

Estudos Económicos e Financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

África Subsariana

Recuperação num contexto de elevada incerteza



ABR **19**

Estudos económicos e financeiros

Perspetivas económicas regionais

África Subsariana

Recuperação num contexto de elevada incerteza

.....

ABR 19

©2019 Fundo Monetário Internacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nomes: International Monetary Fund, publisher.

Título: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : recovery amid elevated uncertainty.

Outros títulos: Sub-Saharan Africa : recovery amid elevated uncertainty. | World economic and financial surveys.

Descrição: Washington, DC : International Monetary Fund, 2019. | Apr. 2019. | Includes bibliographical references.

ISBN 9781484396865 (inglês, edição impressa)

ISBN: 9781498304139 (inglês, PDF, Web)

ISBN: 9781498304177 (PDF, WEB)

LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan.

Classificação: LCC HC800 .S83 2019



O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não necessariamente representam os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (U.S.A.)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

E-mail : publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Índice

Siglas e acrónimos	vii
Agradecimentos	viii
Sumário executivo	ix
1. Recuperação dupla num contexto de elevada incerteza.....	1
Evolução e perspetivas macroeconómicas	2
Riscos para as perspetivas	9
Políticas	12
Referências	25
2. As consequências económicas dos conflitos	27
Prevalência e intensidade dos conflitos	29
Conflito e crescimento económico	33
Impacto espacial do conflito.....	37
Implicações orçamentais do conflito.....	38
Conclusão	39
Referências	41
3. A Zona de Comércio Livre Continental Africana é um ponto de viragem para o continente?	43
Integração do comércio regional em África: Principais padrões.....	45
Como é que a ZCLCA pode apoiar a integração do comércio regional em África?.....	48
Implicações da ZCLCA para os países africanos: Bem-estar, distribuição dos rendimentos e receitas fiscais	54
Resumo e implicações para as política	58
Referências	59
Apêndice estatístico.....	61
Versão ampliada do Anexo Estatístico e Documento de Referência.....	online
https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/April/English/ backgroundpapers.ashx?la=en	
Versão Online Ampliada das Tabelas do Anexo Estatístico; Anexo Online do Capítulo 2 — As Consequências Económicas dos Conflitos; Anexos Online do Capítulo 3 — Oportunidades e Desafios da ZCLCA; Publicações do Departamento de África do FMI 2013–19	
Caixas	
1.1. Transição para a Norma Internacional de Relato Financeiro 9	21
1.2. Desenvolvimento financeiro e crescimento do dinheiro móvel na África Subariana.....	22
1.3. Tendências demográficas e disparidades entre homens e mulheres na educação na África Subariana	24
2.1 O impacto dos conflitos nas mulheres e crianças	40
Tabela	
2.1. África Subariana: Parcela de países em conflito por região geográfica e classificação económica.....	30

Figuras Capítulo 1

1.1.	África Subsariana: PIB real per capita, 1990–23	1
1.2.	Projeções de crescimento mundial: Atuais vs. outubro de 2018	2
1.3.	Índices de preços reais das matérias-primas: Volatilidade das variações nos índices de preços, 2000–08 e 2009–17	3
1.4.	África Subsariana: Crescimento dos termos de troca das mercadorias, 2013–21	3
1.5.	Mercados de fronteira e economias de mercados emergentes da África Subsariana: Volatilidade dos fluxos de ações e obrigações, 2005–11 e 2012–18.....	3
1.6.	África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2013–23	4
1.7.	África Subsariana: Inflação do IPC.....	5
1.8.	África Subsariana: Saldo poupança-investimento 2014–19.....	5
1.9.	África Subsariana: Almofada de reservas	5
1.10.	África Subsariana: Saldo orçamental global, 2018–19.....	6
1.11.	Ciclicidade dos ciclos orçamental e dos termos de troca, 2000–17	6
1.12.	África Subsariana: Planos orçamentais a médio prazo, 2018–23	7
1.13.	África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–18	7
1.14.	África Subsariana: Dívida pública/PIB, 2011–23	8
1.15.	África Subsariana: Rácio de crédito malparado	8
1.16.	África Subsariana: Rácio de crédito malparado e crescimento do crédito real privado não financeiro.....	8
1.17.	África Subsariana: Rácio de capital regulamentar.....	9
1.18.	Tensões comerciais, abrandamento da China e condições financeiras globais	9
1.19.	Fluxos comerciais e de investimento entre a África Subsariana e a China, 2005–16.....	10
1.20.	Fluxos financeiros líquidos: Impacto cumulativo estimado de fatores externos	11
1.21.	Mercados de fronteira e economias de mercados emergentes da África Subsariana: Vencimento das obrigações soberanas internacionais	11
1.22.	Impacto das secas sobre o PIB	11
1.23.	África Subsariana: Impacto cumulativo de conflitos intensos sobre o PIB.....	12
1.24.	África Subsariana: Pagamentos de juros.....	13
1.25.	África Subsariana: Rácio incremental capital/produto do investimento público e dívida pública.....	14
1.26.	África Subsariana: Pressão do mercado cambial, 2017–18	16
1.27.	Decomposição do crescimento do PIB real.....	18
1.28.	Regiões de mercados emergentes e em desenvolvimento selecionadas: Principais constrangimentos às operações de negócios.....	19
1.29.	África Subsariana: Produtividade e ganhos do trabalho em relação ao setor das administrações públicas	20

Figuras Capítulo 2

2.1.	Regiões selecionadas: Parcela de países em conflito	28
2.2.	Número de países em conflito, 1989–2017	29
2.3.	Total de mortes relacionadas com conflitos, 1989–2017	29

2.4. África Subsariana: Países em conflito de alta intensidade, 1989–2017	30
2.5. Número de mortes relacionadas com conflitos na região do Sahel, 1989–2017	30
2.6. Distribuição das mortes relacionadas com conflitos na região do Sahel, 2011–17	31
2.7. África Subsariana: Natureza do conflito.....	31
2.8. África Subsariana: Probabilidades de saída de conflitos.....	32
2.9. Pessoas em dificuldade na África Subsariana, 1980–2017	32
2.10. Destino dos refugiados da África Subsariana, 2017	32
2.11. África Subsariana: Taxa média de crescimento por tipo de país	33
2.12. África Subsariana: Episódios de conflitos: Taxas de crescimento e perda acumulada do PIB per capita.....	33
2.13. Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento: Impacto sobre o crescimento da intensificação do conflito	34
2.14. África Subsariana: Efeito sobre o crescimento de diferentes níveis de intensidade de conflitos.....	34
2.15. Impacto sobre o crescimento da intensificação do conflito, papel das instituições e fundamentos orçamentais	34
2.16. Resposta a impulso do PIB per capita em resposta a choques na intensidade do conflito	35
2.17. África Subsariana: Impacto do conflito sobre o investimento, as exportações e o crescimento da produtividade	35
2.18. África Subsariana: Impacto do conflito sobre indicadores sociais	36
2.19. África Subsariana: Índice do PIB real per capita, efetivo vs. previsto	36
2.20. África Subsariana: Índice do PIB real per capita, efetivo vs. controlo sintético	36
2.21. Nigéria: Variação nos conflitos e no crescimento da iluminação noturna, 2008–10 vs. 2011–13.....	37
2.22. África Subsariana: Conflito e atividade económica ao nível de estados com base na iluminação noturna, nos efeitos diretos e nas repercussões	38
2.23. África Subsariana: Impacto do aumento de conflitos sobre o crescimento real das variáveis orçamentais.....	38
2.24. África Subsariana: Efeito de diferentes níveis de intensidade de conflitos sobre o crescimento real de variáveis orçamentais selecionadas	39
2.25. África Subsariana: Impacto do aumento da intensidade do conflito sobre o rácio dívida/PIB	39
2.26. África Subsariana: Variação acumulada do rácio dívida/PIB durante episódios de conflito	39

Figuras Capítulo 3

3.1. África: Abertura comercial, 1990–2017	45
3.2. Quota de comércio com os parceiros comerciais, 1990–2017.....	46
3.3. Comércio intrarregional em regiões selecionadas, 2007–17	46
3.4. Integração comercial, 2015	46
3.5. Comércio intra-africano vs. comércio com o resto do mundo, 1990–2017	47
3.6. Integração do comércio regional e sofisticação das exportações, 2015.....	48
3.7. Índice intraindustrial Grubel-Lloyd entre regiões, 2015	48
3.8. África: Tarifas médias por comunidade económica regional, 2010–17	48
3.9. África: Integração comercial nas CER	49

3.10. Papel das características nacionais no comércio das regiões.....	49
3.11. Lacunas de comércio das comunidades económicas sub-regionais africanas	50
3.12. África: Lacuna de comércio intrarregional por setor	50
3.13. Elasticidade do comércio intrarregional em relação às tarifas por setor	50
3.14. Custos não tarifários do comércio, 2015	51
3.15. Elasticidade do comércio intrarregional.....	51
3.16. Importância das barreiras não tarifárias	52
3.17. África: Aumento potencial do comércio regional.....	52
3.18. Lacunas na infraestrutura e na logística comercial África	53
3.19. Impacto adicional sobre o PIB da expansão comercial em cenários de reforma estrutural, exportador agrícola	55
3.20. Variação nos coeficientes de Gini e quotas de rendimentos	56
3.21. Receita aduaneira nos países africanos, 2010–15	57
3.22. Perdas estimadas de receitas, estáticas e dinâmicas, resultantes das reduções tarifárias	58

Siglas e acrónimos

AMU	União do Magrebe Árabe	MDRI	Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático	MONA	Médio Oriente e Norte de África
ASS	África Subsariana	NAFTA	Acordo de Comércio Livre da América do Norte
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	OMC	Organização Mundial do Comércio
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	ONU	Organização das Nações Unidas
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central	PAFTA	Área de Livre Comércio Pan-Árabe
CER	Comunidades Económicas Regionais	PIB	Produto interno bruto
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	PRGT	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
EGC	Equilíbrio geral computável	RCB	Relações de correspondente bancário
EP	Empresas públicas	REO	Perspetivas Económicas Regionais/Regional Economic Outlook (FMI)
EUA	Estados Unidos da América	SACU	União Aduaneira da África Austral
FMI	Fundo Monetário Internacional	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
HIPC	Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados	TCEN	Taxa de câmbio efetiva nominal
ICRG	International Country Risk Guide	UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-Africana
IFRS 9	Normal Internacional de Relato Financeiro 9	WEO	Perspetivas Económicas Mundiais/World Economic Outlook (FMI)
IPC	Índice de preços no consumidor	ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
IPE	Incerteza de política económica		
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado		
LAIA	Associação de Integração da América Latina		

Lista de abreviaturas dos Países

DZA	Argélia	DJI	Djibouti	LBR	Libéria	STP	São Tomé e Príncipe
AGO	Angola	EGY	Egipto	LBY	Líbia	SEN	Senegal
BEN	Benim	ERI	Eritreia	MDG	Madagáscar	SLE	Serra Leoa
BWA	Botswana	SWZ	Eswatini	MWI	Malawi	SOM	Somália
BFA	Burkina Faso	ETH	Etiópia	MLI	Mali	SSD	Sudão do Sul
BDI	Burundi	GAB	Gabão	MRT	Mauritânia	SDN	Sudão
CPV	Cabo Verde	GMB	Gâmbia	MUS	Maurícias	TZA	Tanzânia
CMR	Camarões	GHA	Gana	MAR	Marrocos	TGO	Togo
CAF	Rep. Centro Africana	GIN	Guiné	MOZ	Moçambique	TUN	Tunísia
TCD	Chade	GNB	Guiné-Bissau	NAM	Namíbia	UGA	Uganda
COM	Comores	GNQ	Guiné Equatorial	NER	Níger	ZAF	África do Sul
COD	Congo, Rep. Dem. do	KEN	Quénia	NGA	Nigéria	ZMB	Zâmbia
COG	Congo, República do	LSO	Lesoto	RWA	Ruanda	ZWE	Zimbabwe
CIV	Côte d'Ivoire						

Agradecimentos

A edição de abril de 2019 das Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana foi preparada por uma equipa liderada por Papa N’Diaye sob a coordenação de David Robinson.

A equipa foi composta por Reda Cherif, Seung Mo Choi, Hilary Devine, Xiangming Fang, Jesus Gonzalez-Garcia, Cleary Haines, Salifou Issoufou, Lisa Kolovich, Siddharth Kothari, Russell Green, Andresa Lagerborg, Thomas McGregor, Cameron McLoughlin, Miguel Pereira Mendes, Nkunde Mwase, Monique Newiak, Rasmane Ouedraogo, Geremia Palomba, Adrian Peralta-Alva, Mahvash S. Qureshi, Amadou Sy, Brooke Tenison, Bruno Versailles, Jason Weiss, Torsten Wezel, Jiaxiong Yao, Mustafa Yenice e Yunhui Zhao.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Krisztina Fabo. A edição final e produção foram supervisionadas por Linda Long, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2009–10 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a $\frac{1}{4}$ de 1 ponto percentual).

Sumário Executivo

RECUPERAÇÃO DUPLA NUM CONTEXTO DE ELEVADA INCERTEZA

A recuperação económica na África Subsariana prossegue, embora se verifique uma dualidade no desempenho do crescimento e das perspetivas para a região. O crescimento agregado deverá retomar de 3% em 2018 para 3,5% em 2019 e estabilizar ligeiramente abaixo de 4% no médio prazo – ou cerca de 5% excluindo as duas maiores economias, a África do Sul e a Nigéria. Estes valores agregados mascaram uma dualidade considerável das perspetivas de crescimento na região. Espera-se que cerca de metade dos países da região, sobretudo países não ricos em recursos, cresçam 5% ou mais, e registem um aumento mais rápido do rendimento per capita do que o resto do mundo, em média e no médio prazo. No entanto, os restantes países, constituídos sobretudo por países ricos em recursos, deverão ficar atrás. E dado que estes países – incluindo a África do Sul e a Nigéria – acolhem mais de dois terços da população total da região, é importante abordar as incertezas de política que estão a retrair o crescimento para que grande parte da população da África Subsariana possa usufruir de melhores padrões de vida.

Entraves externos e internos estão a influenciar as perspetivas de crescimento.

- A expansão mundial está a perder dinamismo, incluindo nos principais parceiros comerciais como a China e a área do euro; as tensões comerciais permanecem elevadas, as condições financeiras mundiais são voláteis e tornaram-se ligeiramente mais restritivas face a outubro de 2018 e espera-se que os preços das matérias-primas continuem baixos. No plano interno, é provável que os choques climáticos influenciem a produção agrícola no sul de África, ao passo que a incerteza política está a afetar as perspetivas de crescimento em diversos países.
- As vulnerabilidades da dívida continuam elevadas em alguns países. As fragilidades dos balanços do setor público também estão a influenciar as posições externas dos países, com margens de acumulação de reservas abaixo dos níveis considerados, normalmente, como adequados em mais da metade dos países da região.
- Simultaneamente, o crédito malparado elevado continua a exercer pressão sobre os sistemas financeiros, enquanto as fragilidades nos sistemas de gestão das finanças públicas se manifestam em grandes atrasados internos com potenciais efeitos para o crescimento e os sistemas financeiros nacionais.

O desafio familiar de encontrar formas de dar resposta às necessidades de investimento de capital humano e físico está a ser dificultado pela diminuição do espaço orçamental e um ambiente externo menos apoiante. Criar espaço orçamental, melhorar a resistência a choques e fomentar um ambiente conducente a um crescimento sustentado, elevado e inclusivo são fundamentais para a resolução deste desafio. A sua resolução será ainda mais difícil se os riscos em sentido descendente se materializarem (por exemplo, se o crescimento mundial for ainda mais fraco do que o previsto no cenário de base atual). Tal sublinha a necessidade de acelerar as reformas e de calibrar a dimensão e o ritmo dos ajustamentos de política para assegurar que qualquer desvio das políticas é consistente com objetivos macroeconómicos de médio prazo credíveis, o financiamento disponível e a sustentabilidade da dívida.

Embora o dualismo entre países ricos em recursos e não ricos em recursos se manifeste nas respetivas perspetivas económicas, nas prioridades de política e na gravidade das suas limitações orçamentais, estes países também partilham os desafios de reforçar a resistência e de criar um crescimento sustentado, elevado e inclusivo. Abordar estes desafios requererá:

- Intensificar a mobilização de receitas, assegurar um investimento público eficiente, reforçar a gestão das finanças públicas, conter os riscos orçamentais impostos por empresas públicas (EP), melhorar a gestão da dívida e os quadros de resolução e melhorar a transparência da dívida. É também essencial aumentar a flexibilidade cambial nos países que estão fora de uniões monetárias e reforçar a política monetária e os sistemas financeiros.
- Aumentar a produtividade e o investimento privado, assegurando simultaneamente uma partilha mais equitativa dos benefícios de uma maior prosperidade. Para o alcançar serão necessárias políticas que melhorem

a contestabilidade dos mercados e criar um ambiente que propicie um setor privado dinâmico, designadamente fazer face a limitações relevantes à condução dos negócios e a uma integração comercial mais profunda (nomeadamente através da Zona de Comércio Livre Continental Africana, ZCLCA), e melhorando o acesso e a prestação de serviços financeiros e de serviços básicos (incluindo saúde e educação).

AS CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DOS CONFLITOS

O segundo capítulo aborda os desafios enfrentados pelos países afetados por conflitos na África Subsariana, fornecendo uma análise abrangente das tendências e consequências económicas dos conflitos. Não obstante a intensidade dos conflitos dos últimos anos ser inferior à observada nos anos de 1990, a região continua suscetível a conflitos, com cerca de 30% dos países afetados pelos mesmos em 2017. Acresce que a natureza dos conflitos mudou, sendo as tradicionais guerras civis substituídas por conflitos não baseados nos Estados, visando inclusive civis através de ataques terroristas.

Os conflitos na região estão associados a uma diminuição grande e persistente do PIB per capita e têm repercussões significativas nas regiões e países próximos. Também representam tensões significativas para as finanças públicas dos países, diminuindo as receitas, aumentando a despesa militar e afastando os recursos da despesa com desenvolvimento e social, o que agrava ainda mais os custos económicos e sociais dos conflitos.

As conclusões salientam os custos significativos e os enormes desafios enfrentados pelos países sujeitos a conflitos e sublinham a necessidade de evitar os conflitos, incluindo através da promoção do desenvolvimento económico inclusivo, da criação de capacidade institucional e da coesão social. Nos países em conflito, os esforços devem centrar-se na limitação da perda de capital humano e físico, através da proteção social e da despesa com desenvolvimento. Embora isto possa ser especialmente difícil tendo em conta as enormes pressões orçamentais, uma ajuda humanitária bem orientada e coordenada e assistência financeira concessional podem assegurar algum alívio.

A ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA SERÁ DECISIVA PARA O CONTINENTE?

O terceiro capítulo faz o ponto da situação do comércio intrarregional em África e analisa os potenciais benefícios e desafios da implementação da ZCLCA. O acordo da ZCLCA visa eliminar as tarifas sobre a maioria dos bens, liberalizar o comércio de serviços essenciais, abordar os obstáculos não tarifários que prejudicam o comércio intrarregional e, por último, criar um mercado continental único com livre circulação de mão-de-obra e capital.

É provável que a ZCLCA tenha importantes efeitos macroeconómicos e distributivos. Pode impulsionar significativamente o comércio intra-africano, em particular, se os países solucionarem os estrangulamentos não tarifários ao comércio, incluindo infraestrutura física, custos logísticos e outros obstáculos à facilitação do comércio. O cenário não é uniforme. As economias mais diversificadas e as que dispõem de uma melhor logística e infraestrutura beneficiarão relativamente mais da integração do comércio. É provável que as perdas de receitas orçamentais decorrentes das reduções tarifárias sejam, em média, limitadas, com algumas exceções. Além disso, uma integração comercial mais profunda está associada a um aumento temporário da desigualdade de rendimento.

As conclusões sugerem que, para além das reduções tarifárias, os esforços de política para impulsionar o comércio regional devem centrar-se em reformas para enfrentar os estrangulamentos não tarifários específicos dos países. Com vista a garantir que os benefícios da integração do comércio regional são partilhados por todos, os decisores políticos deverão estar cientes dos custos de ajustamento que a integração poderá envolver. No caso das economias menos desenvolvidas e baseadas na agricultura, as políticas comerciais devem ser combinadas com reformas estruturais para melhorar a produtividade e a competitividade agrícolas. Acresce que os governos devem facilitar a realocação de mão-de-obra e de capital entre setores (por ex. programas de mercado de trabalho ativo, como formação e assistência à procura de emprego, e medidas que melhorem a competitividade e a produtividade) e fomentar redes de segurança (programas de apoio ao rendimento e de segurança social) para aliviar os efeitos adversos temporários nas populações mais vulneráveis.

1. Recuperação dupla num contexto de elevada incerteza

A recuperação económica na África Subsariana deverá prosseguir, com a retoma do crescimento de 3% em 2018 para 3,5% em 2019, segundo as projeções. Contudo, o desempenho económico permanece desigual (Figura 1.1).

- Espera-se que cerca de 21 países, sobretudo as economias mais diversificadas da região, mantenham o crescimento de 5% ou superior e permaneçam na impressionante trajetória de convergência per capita em que têm estado desde o início dos anos de 2000.
- No entanto, nas outras 24 economias mais dependentes dos recursos, incluindo as de maiores dimensões (África do Sul e Nigéria), o crescimento parece permanecer anémico no curto prazo. Com cerca de dois terços da população da região a viver nestes países, tal envolve uma melhoria muito mais lenta dos padrões de vida de grande parte da população da África Subsariana.

Neste contexto de um ambiente económico e geopolítico externo complexo e menos apoiante, as implicações para as políticas (em termos mais latos) são duplas:

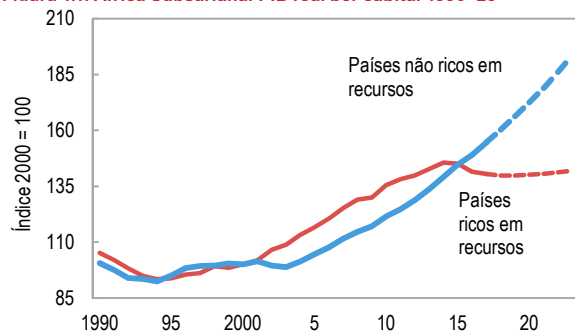
- Para as economias de crescimento rápido, existe a necessidade de transferir as rédeas do crescimento do setor público para o setor privado. O crescimento elevado em muitos

destes países tem sido, em parte, estimulado por níveis superiores de investimento público, o que conduz a um aumento contínuo dos níveis de dívida pública, não obstante o crescimento rápido. Trata-se de um sinal de que a política orçamental tem sido procíclica e de que a orientação se deve deslocar para a limitação do aumento da dívida pública e a procura de abordagens alternativas para criar espaço orçamental para maiores despesas com desenvolvimento, incluindo através de uma maior mobilização de receitas, do reforço da gestão das finanças públicas e da melhoria da eficiência do investimento público.

- Nos países mais ricos em recursos e nas economias de crescimento mais lento, existe uma necessidade premente de concluir os ajustamentos orçamentais das contas externas necessários para diminuir os preços das matérias-primas, de reformas para facilitar a diversificação económica e de abordar prontamente as incertezas de política que estão a conter o crescimento (em particular na Nigéria e na África do Sul). As debilidades nos balanços do setor público e privado estão a afetar o crédito ao setor privado e o crescimento.

Nos planos atuais, as políticas macroeconómicas estão razoavelmente bem ajustadas na maior parte dos países da região. A maioria dos países da África Subsariana segue uma orientação de política monetária neutra ou restritiva e anunciou planos de consolidação orçamental que, se implementados, poderão conter as suas trajetórias da dívida. Estas políticas macroeconómicas podem ter de ser reajustadas para apoiar o crescimento no caso da materialização de riscos externos em sentido descendente. No entanto, os países têm de garantir que qualquer alteração da sua orientação de política é consistente com objetivos macroeconómicos de médio prazo credíveis, com o financiamento disponível e com a sustentabilidade da dívida. Os países de crescimento rápido que enfrentam elevadas vulnerabilidades da dívida têm de dar

Figura 1.1. África Subsariana: PIB real per capita. 1990–23



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Papa N'Diaye, coordenada por Nkunde Mwase e composta por Seung Mo Choi, Jesus Gonzalez-Garcia, Cleary Haines, Andresa Lagerborg, Miguel Pereira Mendes e Torsten Wezel.

prioridade à reconstrução das suas reservas. Pelo contrário, face a choques que sejam considerados temporários, os países de crescimento lento podem procurar financiamento adicional para acomodar um ajustamento macroeconómico mais gradual. Quando este financiamento adicional não estiver disponível deverão conceber a composição dos ajustamentos macroeconómicos com os menores danos para as perspectivas de crescimento no curto e no médio prazo.

Estas políticas, em conjunto com medidas que aumentem o crescimento da produtividade e assegurem uma partilha mais equitativa dos benefícios de uma maior prosperidade, ajudariam os países da África Subariana a reforçar a resistência e a criar as condições para um crescimento sustentado, inclusivo e elevado.

O resto deste capítulo aborda mais aprofundadamente: 1) os desafios impostos pelo ambiente mundial à região, 2) as causas subjacentes e o impacto dos crescentes níveis de dívida pública e 3) algumas das reformas necessárias para fomentar um maior crescimento da produtividade.

O Capítulo 2 apresenta uma análise abrangente dos desafios que os conflitos envolvem e que representam um custo elevado de vidas humanas e para as economias numa série de países na região; em particular, a análise aborda: 1) a evolução da prevalência e da intensidade dos conflitos ao longo do tempo na África Subariana, 2) o impacto (direto e indireto devido aos efeitos de repercussão) dos conflitos para o crescimento económico, 3) os principais canais através dos quais os conflitos afetam a produção e 4) as implicações orçamentais.

O Capítulo 3 analisa as oportunidades para a região representadas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), em processo de ratificação pelos países. O acordo deverá criar uma via importante para expandir o comércio e fomentar uma integração económica mais estreita entre os países da região. A análise centra-se em três questões fundamentais: 1) Como evoluiu o comércio inter-regional e internacional de África ao longo do tempo e que lições podem ser retiradas das comunidades económicas sub-regionais do continente relativas ao potencial de uma maior integração? 2) Qual o potencial impacto da ZCLCA

no comércio intrarregional e que políticas são necessárias para fomentar mais a integração do comércio regional? e 3) Como é que a ZCLCA afetará o bem-estar, a distribuição de rendimento e as receitas orçamentais dos países africanos?

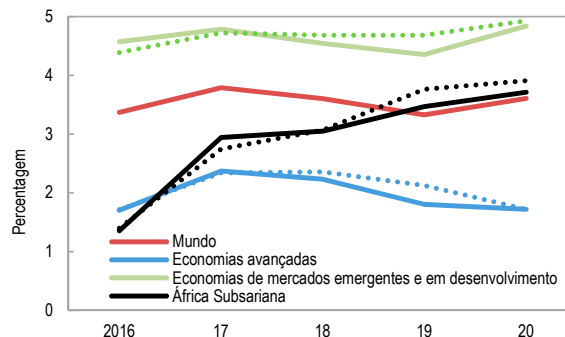
EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS

Um ambiente externo complexo

A expansão mundial enfraqueceu num contexto de crescentes tensões comerciais, condições financeiras mundiais voláteis e preços das matérias-primas mais baixos (Figura 1.2). Estima-se que o crescimento mundial se situe em 3,6% em 2018, 0,1 pontos percentuais abaixo do projetado na edição de outubro de 2018 do *World Economic Outlook* (WEO), devendo abrandar para 3,3% em 2019 antes de recuperar para 3,6% em 2020. As perspectivas da economia mundial refletem um enfraquecimento persistente da atividade nas economias avançadas, em especial, na área do euro, e um abrandamento, embora temporário, nos mercados emergentes. No médio prazo, o crescimento mundial deverá permanecer abaixo da média antes da crise financeira mundial num contexto de menor crescimento da produtividade e de uma diminuição da força de trabalho nas economias avançadas.

Entretanto, os países continuam a enfrentar oscilações acentuadas dos preços das matérias-primas (Figura 1.3). A volatilidade desses preços aumentou com uma forte descida dos preços do

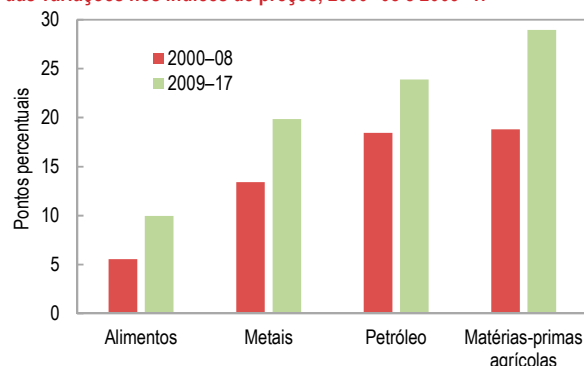
Figura 1.2. Projeções de crescimento mundial: Atuais vs. outubro de 2018



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: As linhas sólidas mostram as atuais projeções; as linhas pontilhadas mostram as projeções de outubro de 2018; FMI, base de dados WEO.

Figura 1.3. Índices de preços reais das matérias-primas: Volatilidade das variações nos índices de preços, 2000–08 e 2009–17



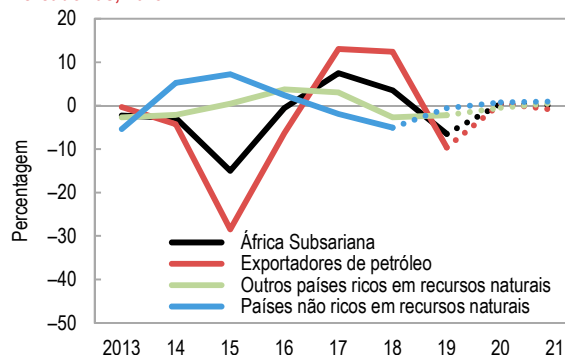
Fonte: FMI, Commodity Price System.

Nota: Desvio padrão da variação bianual dos índices. Todos os índices são deflacionados pelo índice de preços no consumidor dos EUA.

petróleo no último trimestre de 2018. Os preços de outras matérias-primas não petrolíferas também diminuíram, em parte devido à procura moderada da China. Tal marca uma rutura da recuperação sustentada dos preços das matérias-primas desde 2016 e os mercados esperam uma nova descida dos preços desses produtos em 2019–20. Por conseguinte, os termos de troca dos exportadores de petróleo da região deverão deteriorar-se, ao passo que os dos importadores de petróleo deverão melhorar ligeiramente (Figura 1.4).

A volatilidade também aumentou nos mercados mundiais de ativos e, simultaneamente, as condições financeiras mundiais tornaram-se mais restritivas no segundo semestre de 2018 (Figura 1.5). Contudo, o apetite dos investidores estrangeiros por títulos da região permaneceu elevado tendo as emissões de obrigações soberanas internacionais por mercados fronteiriços da África Subariana alcançado USD 17,2 mil milhões em 2018, um valor superior ao total anual de qualquer ano anterior. A Nigéria e Angola representaram mais de metade das emissões de Eurobonds no valor de cerca de USD 5,4 mil milhões e de USD 3,5 mil milhões, respetivamente, sendo o restante uniformemente distribuído entre quatro outros países (Côte d'Ivoire, Gana, Quênia e Senegal). Embora as emissões tenham tido um excesso de procura, o custo de endividamento na emissão a uma maturidade de 30 anos aumentou (por exemplo, em cerca de 162,5 pontos base na Nigéria no ano passado). A restritividade dos custos de financiamento reflete a normalização da política monetária em economias avançadas e uma maior aversão ao risco, com alguma diferenciação com base nos fundamentos subjacentes dos países.

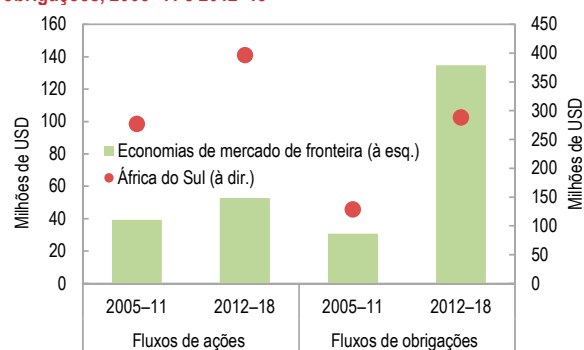
Figura 1.4. África Subariana: Crescimento dos termos de troca das mercadorias, 2013–21



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

Figura 1.5. Mercados de fronteira e economias de mercados emergentes da África Subariana: Volatilidade dos fluxos de ações e obrigações, 2005–11 e 2012–18



Fonte: Haver Analytics.

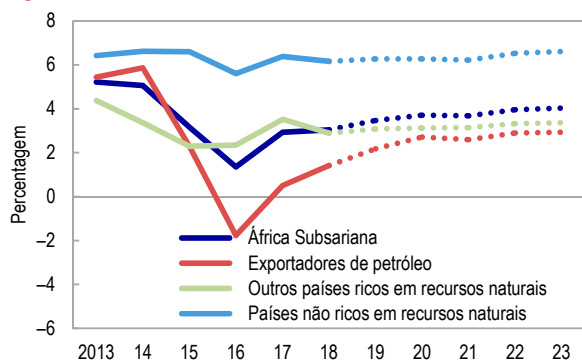
Nota: Desvio padrão dos fluxos mensais.

A recuperação deverá prosseguir a um ritmo mais lento do que o previsto em outubro de 2018

No contexto de um ambiente externo menos apoiante, o crescimento médio da África Subariana (ponderado pelo PIB em termos de paridade do poder de compra) deverá aumentar, de 3,0% em 2018 para 3,5% em 2019 e 3,7% em 2020 (Figura 1.6), cerca de 0,25 pontos percentuais menos do que o previsto na edição de outubro de 2018 do World Economic Outlook. Todavia, estes valores agregados mascaram uma heterogeneidade considerável entre países, com diferenças consideráveis entre países ricos em recursos e países não ricos em recursos.

No tocante a países ricos em recursos, o desempenho global permanece fraco nas maiores economias, em especial na Nigéria e na África do Sul.

Figura 1.6. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2013–23



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

- O crescimento na Nigéria foi de 1,9% em 2018 e espera-se que alcance 2,1% em 2019, impulsionado pela recuperação da produção de petróleo e pela retoma da economia não petrolífera na sequência das eleições. No entanto, as perspectivas de curto prazo continuam moderadas em resultado de preços do petróleo inferiores que têm grandes efeitos de repercussão, incluindo para a economia não petrolífera. No médio prazo e com as políticas atuais, projeta-se que o crescimento estabilize em cerca de 2,75%, o que implica que o rendimento per capita permaneça globalmente inalterado. É provável que estas perspectivas de crescimento moderado influenciem o desempenho de crescimento da região, direta e indiretamente, através das repercussões aos parceiros comerciais da Nigéria, das remessas para países beneficiários e das ligações financeiras (ver FMI 2018a).
- A África do Sul deverá crescer 0,8% em 2018 e 1,2% em 2019. A recuperação baseia-se numa melhoria gradual da confiança empresarial e dos consumidores à medida que a incerteza de política diminui. Com as políticas atuais, espera-se que o crescimento estabilize em cerca de 1,8% no médio prazo, ligeiramente acima do crescimento da população. Por conseguinte, é provável que as repercussões positivas a outros países através da procura de importações e ao setor financeiro sejam limitadas (ver FMI 2018a).

Os países não ricos em recursos deverão continuar a crescer rapidamente a cerca de 6,3%, em média, em 2019–20. A Etiópia, a terceira maior economia

na região, deverá registar uma aceleração do crescimento para 7,7% à medida que a incerteza gerada pelos entraves políticos e os choques externos diminuem. O Governo também anunciou a sua intenção de realizar reformas para transferir as rédeas do crescimento ao setor privado, o que, se implementado apropriadamente, poderá impulsionar o crescimento no médio prazo. O crescimento continuará a ser impulsionado sobretudo pelo rápido investimento público (Senegal) e pelo consumo privado (Côte d'Ivoire, Quênia), em particular, nas partes ocidentais e orientais da região. Espera-se que o crescimento em outros países ricos em recursos retome, contudo a um ritmo mais moderado de cerca de 3,1%, em média.

No conjunto da região e com base nas políticas atuais, o crescimento no médio prazo deverá estabilizar em cerca de 3,75% ou 1,25% em termos per capita. Este valor é bem abaixo do necessário para elevar os padrões de vida da população da região para a média do resto do mundo e para ajudar a criar os 20 milhões de empregos por ano necessários para absorver as novas pessoas que entram nos mercados de trabalho.

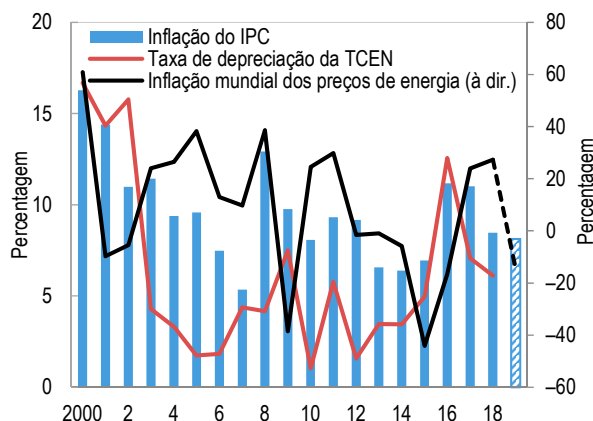
As pressões inflacionistas estão a aliviar impulsionadas pelos baixos preços do petróleo

A projeção é de que a inflação média na África Subsariana diminua para 8,1% em 2019 face a 8,5% em 2018, o que reflete a grande descida dos preços dos produtos energéticos mundiais. A transmissão de preços mais baixos dos produtos energéticos deverá mais do que compensar os efeitos prolongados da depreciação da taxa de câmbio passada (Figura 1.7). As pressões no lado da procura desempenharam um papel limitado na dinâmica da inflação e existe pouca persistência na pressão da inflação, manifestando-se, em média e entre países, apenas um quarto da inflação de cada ano no ano seguinte.

As reservas externas permanecem baixas

O défice médio (simples) da conta corrente deverá alargar-se para 7,3% do PIB em 2019 por comparação com 6,6% do PIB em 2018, refletindo sobretudo um maior défice nos países não ricos

Figura 1.7. África Subariana: Inflação do IPC

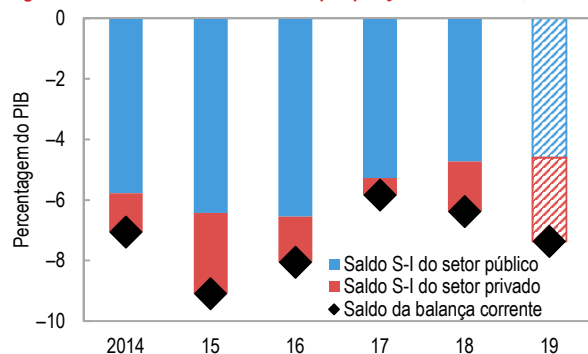


Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: IPC = índice de preços no consumidor; TCEN = taxa de câmbio efetiva nominal.

em recursos e nos países exportadores de petróleo. Espera-se que o déficit nos países exportadores de petróleo aumente devido à projeção de preços do petróleo mais baixos. A dimensão do déficit da conta corrente espelha sobretudo os desequilíbrios das contas públicas (Figura 1.8), com déficits de investimento-poupança pública cerca de três vezes superiores aos do setor privado em países não ricos em recursos. A região é altamente vulnerável aos choques dos termos de troca, que têm um grande impacto nas posições da conta corrente, mormente através da balança comercial. Em particular, uma variação de 1% nos termos de troca de matérias-primas traduz-se numa variação de 0,3–0,6% do PIB na balança comercial, alternando os efeitos entre países e entre choques positivos e negativos.

Figura 1.8. África Subariana: Saldo poupança-investimento, 2014–19



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: S-I = poupança-investimento.

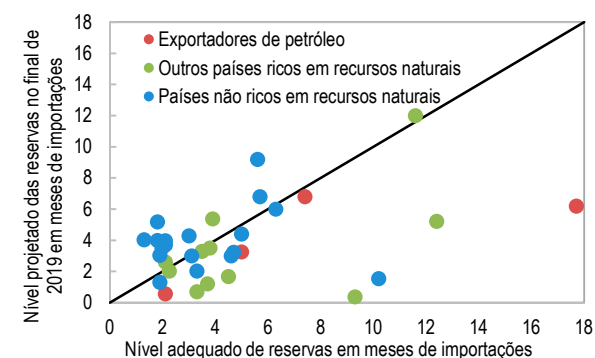
As posições da conta corrente na região permanecem abaixo dos níveis consistentes com os fundamentos de médio prazo e as políticas desejadas.¹ No entanto, a amplitude dos desequilíbrios da conta corrente varia largamente entre países, entre sem desfasamentos nos países exportadores de petróleo e grandes desfasamentos nos países não ricos em recursos e outros países ricos em recursos.

Espera-se que o alargamento dos saldos da conta corrente enfraqueça ainda mais as reservas cambiais, com uma descida projetada para 3,7 meses de importações em 2019, fragilizando em particular os exportadores de petróleo e permanecendo em níveis inferiores aos considerados adequados com base em métricas decorrentes de experiências de crise dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento (Figura 1.9).² O nível de reservas na região foi ligeiramente fomentado em 2018 pelos grandes influxos de capital, em especial na sequência das emissões de Eurobonds por economias de fronteira.

A consolidação orçamental deverá prosseguir a um ritmo mais lento devido à degradação dos termos de troca

Na sequência de uma contração significativa em 2018 de cerca de 0,5% do PIB, espera-se que o déficit orçamental médio (simples) na região estreite para cerca de 3,2% em 2019–20

Figura 1.9. África Subariana: Almofada de reservas



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: Os exportadores de petróleo, excl. Angola, Nigéria e Sudão do Sul, estão agrupados num ponto de dados correspondente à Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Os países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) estão agrupados num único ponto de dados e classificados como não ricos em recursos. Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

¹ Com base nas conclusões da análise do corpo técnico em “The Revised EBA-Lite Methodology” (em breve).

² A avaliação da adequação das reservas é realizada usando ferramentas do FMI especificamente concebidas para economias de mercados emergentes e economias com restrições ao crédito. Ver <http://www.imf.org/external/np/spr/ara/> para mais pormenores.

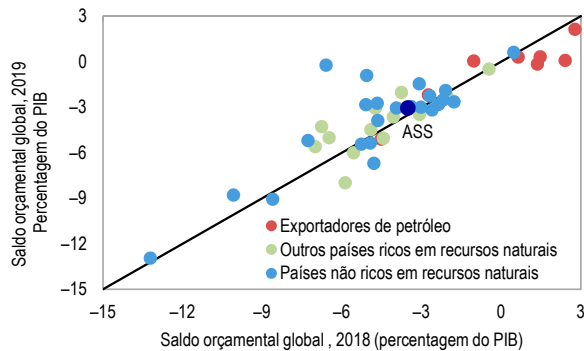
e continue numa trajetória de consolidação para além de 2020. A trajetória de consolidação reflete sobretudo a evolução das posições orçamentais em países exportadores de petróleo que esperam agora receitas do petróleo muito inferiores (Figura 1.10). Isto realça a pró-ciclicidade da receita e da despesa de investimento face aos preços do petróleo. Perante os choques dos termos de troca adversos, o ajustamento orçamental tende a ser desigual e distorcido no sentido das receitas e despesas de investimento, em particular no caso dos países exportadores de petróleo (Figura 1.11).

Mas esta pró-ciclicidade é assimétrica. Em geral, uma melhoria dos termos de troca acima da tendência em “tempos bons” aumenta as receitas dos exportadores de petróleo, ao passo que durante um declínio abaixo da tendência dos termos de troca em “tempos maus”, as receitas diminuem, em geral, por uma margem ainda maior. Isto reflete em parte a sensibilidade dos lucros das empresas face

aos ciclos dos preços das matérias-primas, agravada pelos desafios de conceção fiscal (relacionados, por exemplo, com perdas de exercícios anteriores). Similarmente, os países exportadores de petróleo tendem a expandir a despesa de investimento quando os termos de troca melhoram e a contrair essa despesa em tempos maus por uma margem ainda maior. As despesas recorrentes são muito menos sensíveis aos ciclos dos termos de troca, o que reflete algumas rigidezes nas rubricas da despesa. Espera-se que as posições orçamentais permaneçam, em grande medida, inalteradas noutros países ricos em recursos e melhorem ligeiramente em países não ricos em recursos. A melhoria nos países não ricos em recursos espelha, sobretudo, alguns donativos maiores.

Embora alguns países tenham alcançado alguns progressos em matéria de mobilização da receita interna, a maioria não o conseguiu. As receitas não relacionadas com matérias-primas (excluindo donativos) aumentaram enquanto rácio do PIB em 2018 em 25 países, com os maiores aumentos registados na Guiné Equatorial, no Níger, na República Democrática do Congo, na Serra Leoa e no Togo. A maioria do aumento de receitas proveio de receitas fiscais.³ Os progressos da mobilização da receita interna refletiram: 1) reformas da política fiscal, incluindo menores isenções, e 2) melhorias da administração da receita, incluindo através da atribuição de números de identificação fiscal a importadores comerciais, da melhoria do registo predial e do reforço das auditorias fiscais. Em outros países, as receitas não relacionadas com matérias-primas permaneceram globalmente inalteradas ou

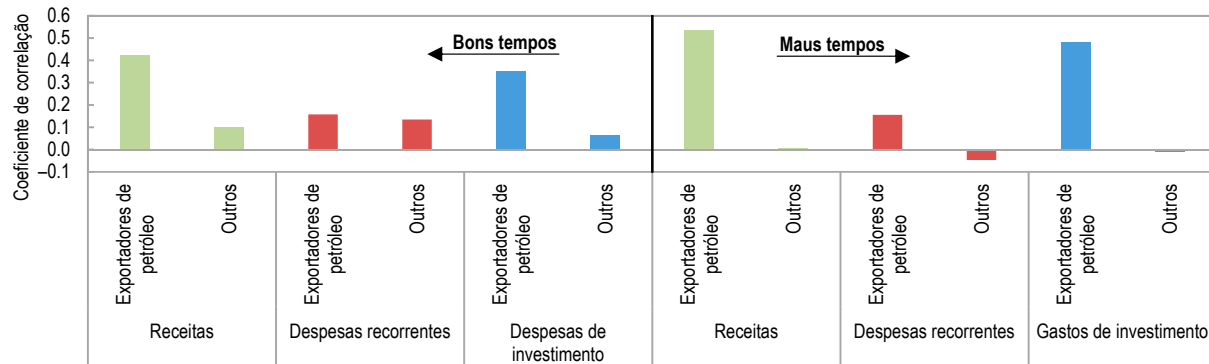
Figura 1.10. África Subsaariana: Saldo orçamental global, 2018–19



Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Nota: Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

Figura 1.11. Ciclicidade dos ciclos orçamental e dos termos de troca, 2000–17 (em termos reais)



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

³ Nos casos bem-sucedidos de mobilização de receitas, identificados pelo FMI (2018b), o aumento anual do rácio receitas/PIB foi de 1,2 pontos percentuais, dois terços do qual se deveu à contribuição dos impostos.

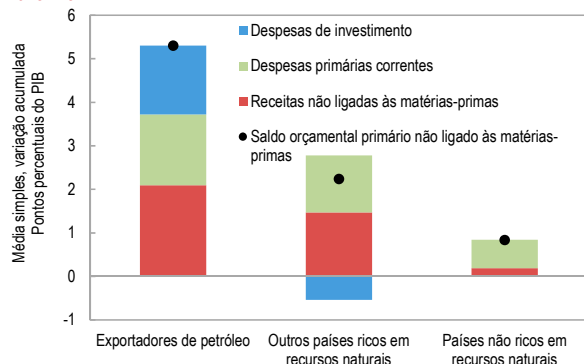
até diminuíram enquanto percentagem do PIB em alguns casos (Botswana, República do Congo, Nigéria). A diminuição das receitas não relacionadas com matérias-primas reflete fatores extraordinários e a introdução de isenções (Botswana). A administração da receita deficiente e bases tributárias estreitas continuam a conter a mobilização da receita interna. No geral, não se espera que o diferencial das receitas, estimado em 3–5% do PIB em média entre países, seja colmatado no médio prazo (Figura 1.12) nos países da África Subariana.

As vulnerabilidades da dívida pública permanecem elevadas

Dezasseis países da África Subariana estão classificados como estando em risco elevado de sobre-endividamento (Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Etiópia, Gana, República Centro-Africana, Serra Leoa, Zâmbia) ou em situação de sobre-endividamento (Eritreia, Gâmbia, Moçambique, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Sudão do Sul, Zimbabwe) (Figura 1.13). Os restantes 19 países de baixos rendimentos e em desenvolvimento apresentam vulnerabilidades moderadas da dívida. No caso de países de rendimento médio ou elevado, a dívida pública permanece sustentável, abaixo do nível de referência na maioria dos casos. No entanto, os rácios de dívida estão próximos ou ultrapassam os limiares de risco em alguns países (Namíbia, Seicheles).

A dívida pública média na África Subariana foi estimada próximo de 56% do PIB no final de 2018, com uma grande heterogeneidade da dinâmica da

Figura 1.12. África Subariana: Planos orçamentais a médio prazo, 2018–23



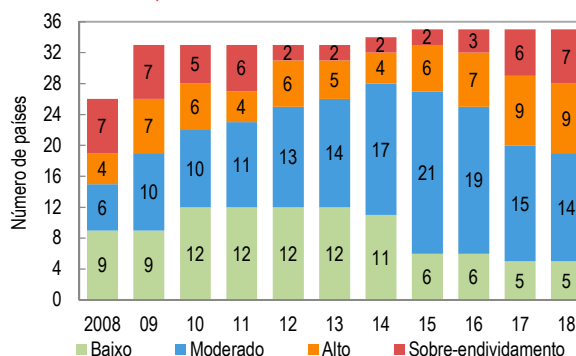
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI. Nota: Exclui Burundi, Eritreia e Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados. Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

dívida entre os países. Os países exportadores de petróleo registaram algumas reduções da dívida, ao passo que outros países ricos em recursos e países não ricos em recursos continuam a assistir ao seu aumento. As reduções da dívida refletem maioritariamente a consolidação orçamental em países não ricos em recursos e uma recuperação do crescimento nos países exportadores de petróleo.

O rebaseamento recente do PIB contribuiu para uma diminuição considerável do rácio da dívida (Gâmbia) e, em menor medida, nos restantes países, uma vez que foi parcialmente compensado pela resolução de um banco comercial (Gana) e pela expansão do perímetro da dívida para cobrir o setor público mais alargado (Senegal). Igualmente, em alguns países altamente endividados, espera-se que a continuação da melhoria do desempenho das receitas (República do Congo) e um maior crescimento do PIB (Gâmbia) reforcem a capacidade de serviço da dívida. Os progressos na resolução da dívida ajudaram a reduzir os atrasados da dívida externa em aberto (Chade), e uma série de outros países altamente endividados estão a realizar bons esforços para chegar a um acordo com os credores (Gâmbia, República do Congo).

Em termos prospetivos e no contexto dos atuais planos de consolidação, os rácios da dívida pública devem estabilizar ou até mesmo diminuir, em média, em determinados grupos de países (Figura 1.14). Contudo, as trajetórias

Figura 1.13. África Subariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–18

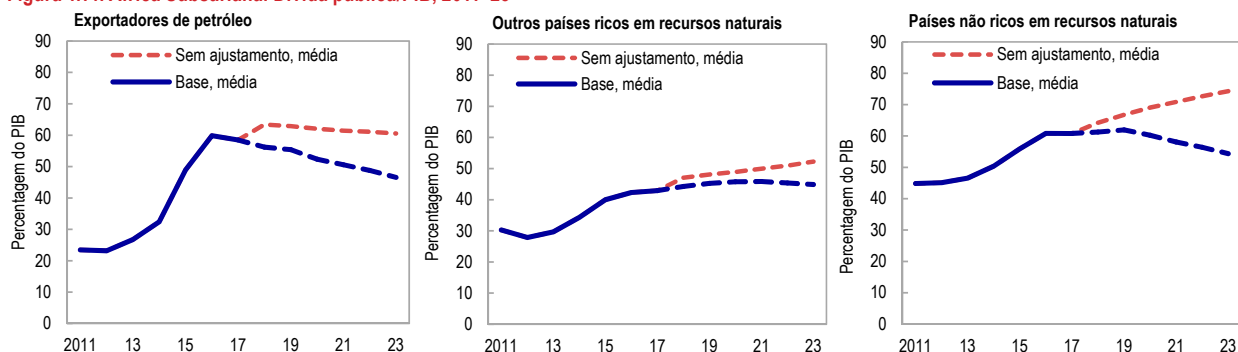


Fonte: FMI, base de dados sobre a análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

Notas: A notação do risco da dívida de Burundi, Chade, Gâmbia, Lesoto, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zimbabwe começa em 2009; a de Cabo Verde em 2014, e a do Sudão do Sul em 2015.

PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

Figura 1.14. África Subariana: Dívida pública/PIB, 2011–23



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

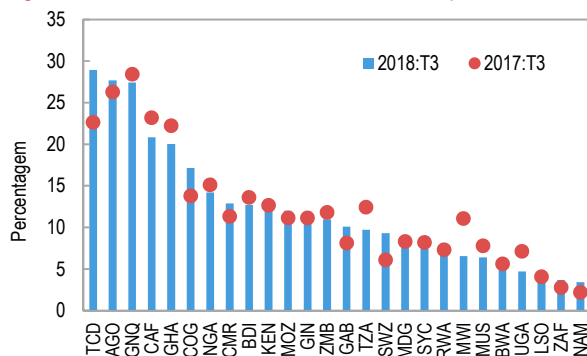
Nota: As projeções de base refletem os cenários de base ou de programas reportados nos mais recentes relatórios do corpo técnico do FMI. As projeções sem ajustamento presumem que o défice primário, a despesa real com juros e outras componentes da acumulação de dívida permanecerão nos seus níveis de 2017, enquanto a taxa de câmbio e o crescimento das componentes do PIB real são os mesmos das projeções de base. Exclui Burundi, Eritreia e Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados. Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

de referência da dívida pública estão sujeitas a incertezas significativas, incluindo riscos cambiais e de refinanciamento. Além disso, as incertezas orçamentais relacionadas com empresas públicas (EP) e a acumulação de atrasados públicos internos também influenciam os balanços (Camarões, Etiópia, Gâmbia, Moçambique). Em alguns casos, as EP representam riscos orçamentais e financeiros significativos, em parte devido à sua dimensão económica relativa (África do Sul, Angola, Cabo Verde), e contribuíram para a exclusão de despesa pública de maior prioridade (Botswana, Cabo Verde, Madagáscar).

As fragilidades dos balanços dos bancos estão a influenciar o crescimento do crédito

O crédito malparado permanece elevado em muitos países da África Subariana e continuou a aumentar, em particular, em alguns países onde os rácios são

Figura 1.15. África Subariana: Rácio de crédito malparado



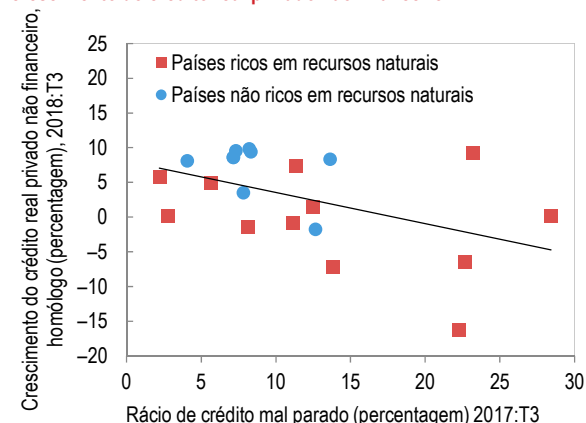
Fontes: Autoridades nacionais; e FMI, base de dados de Indicadores de Solidez Financeira.

Nota: Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

já elevados (Comunidade Económica e Monetária da África Central – CEMAC) (Figura 1.15). Os níveis elevados de crédito malparado refletem o legado do choque das matérias-primas de 2014, práticas de gestão de risco fracas e atrasados do governo (Chade, Guiné Equatorial, República Centro-Africana). No Gana, as liquidações estão a ajudar a reduzir o excesso de crédito malparado, cujo rácio no sistema alcançou 18,2% no final de 2018. Em termos mais gerais, os níveis elevados de créditos malparados estão a afetar o crescimento do crédito (Figura 1.16) e a encorajar os bancos a deter mais obrigações de dívida pública (Bouis, em breve).

Apesar de algumas melhorias nos rácios de adequação de fundos próprios, persistem algumas áreas de vulnerabilidade. Os fundos próprios dos bancos aumentaram enquanto rácio de ativos

Figura 1.16. África Subariana: Rácio de crédito malparado e crescimento do crédito real privado não financeiro



Fonte: FMI, base de dados de Indicadores de Solidez Financeira.

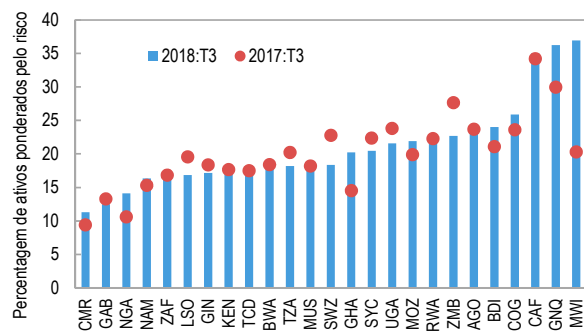
Nota: Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

ponderados pelo risco em vários países (Chade, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Malawi, Namíbia, República do Congo), embora uma ponderação de risco zero das obrigações de dívida pública possa mascarar os requisitos de capital subjacentes caso o risco soberano se materialize (Figura 1.17). Em muitos países, os aumentos de fundos próprios refletem os recentes requisitos mínimos de fundos próprios para resolver bancos insolventes ou para apoiar os que apresentam falta de liquidez (Gana, Quênia). No entanto, numa série de países, alguns bancos de menores dimensões continuam subcapitalizados (Nigéria, Quênia, Togo), e em alguns casos, os bancos de importância sistémica permanecem também subcapitalizados. Outras fontes de preocupação relativamente à solidez dos balanços dos bancos incluem os desfasamentos de liquidez de moeda estrangeira (Angola), a elevada concentração de empréstimos (Benim, Eswatini, Guiné Equatorial, Malawi, Namíbia), um provisionamento insuficiente (Angola) e uma maior dívida das famílias e das empresas (Tanzânia).

RISCOS PARA AS PERSPETIVAS

Os riscos são maioritariamente em sentido descendente no curto prazo e equilibrados no médio prazo. No curto prazo, a deterioração das condições externas pode abrandar o crescimento na África Subsariana num contexto de aumento e alastramento das tensões comerciais, de uma restritividade maior do que antecipado das condições financeiras mundiais e de maior incerteza de políticas. Além disso, a dependência da região da agricultura torna-a vulnerável a condições climáticas extremas. No médio prazo, enquanto o baixo crescimento

Figura 1.17. África Subsariana: Rácio de capital regulamentar



Fontes: Autoridades nacionais; e FMI, base de dados de Indicadores de Solidez Financeira.

Nota: Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

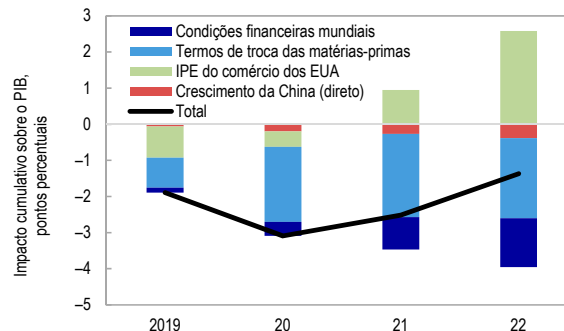
potencial e a criação lenta de emprego aumentam os riscos de deslocação e ameaçam a coesão social, uma maior integração comercial e financeira promete melhorar as condições de vida e fomentar a transformação estrutural.

Tensões comerciais

As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China e diversas economias avançadas contribuíram para o abrandamento da procura mundial, em especial na China que, por seu lado, conduziu a preços das matérias-primas mais baixos e a uma procura mais fraca das exportações de matérias-primas da África Subsariana. A intensificação destas tensões para além do que já está contemplado nas previsões pode abrandar consideravelmente o crescimento na região. De facto, a análise do risco de crescimento indica que tensões comerciais acrescidas em conjunto com uma maior incerteza da política comercial nos Estados Unidos, um menor crescimento na China, preços das matérias-primas mais baixos e condições financeiras mundiais mais restritivas podem diminuir o crescimento na África Subsariana em 2 pontos percentuais em 2019 e em 1,5 pontos percentuais em 2020 (Figura 1.18). Os países da África Subsariana mais afetados pelas tensões comerciais serão os países exportadores de matérias-primas, em conjunto com os países (exportadores e importadores de matérias-primas em igual medida) com ligações mais fortes à China e aos mercados mundiais, assim como os países com grandes necessidades de refinanciamento.

Contudo, se se verificar uma resolução das diferenças comerciais sem o aumento das barreiras distorcivas, um sentimento melhorado e a

Figura 1.18. Tensões comerciais, abrandamento da China e condições financeiras globais



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: IPE = incerteza de política económica

continuação do alívio das condições de financiamento podem impulsionar o crescimento mundial com efeitos positivos na África Subariana.

Abrandamento do crescimento na China mais acentuado do que o antecipado

Os laços económicos da China à região aprofundaram-se marcadamente ao longo dos últimos 20 anos através das ligações comerciais e financeiras. A China é o maior parceiro comercial da região, representando cerca de 20% do comércio total. Cerca de 70% das exportações da região para a China estão relacionadas com matérias-primas, em particular, petróleo, minerais e metais. Aproximadamente 20% das importações da região são da China e são dominadas por importações de bens de consumo (45%) e, em menor medida, por bens de capital físico e produtos intermédios. As importações da China ascenderam a USD 67,5 mil milhões em 2017, comparativamente a USD 13,7 mil milhões de importações dos Estados Unidos e a USD 79,7 mil milhões de importações da Europa. Simultaneamente, a China tornou-se o principal credor da região, fornecendo um crédito significativo a vários países, assim como investimento direto estrangeiro (cerca de 5% do investimento direto estrangeiro total). O investimento direto da China na região é normalmente em metais e produtos energéticos e ocorre sobretudo em países ricos em recursos. Estes investimentos são depois canalizados novamente para a China através das exportações de metais e minerais (Figura 1.19).

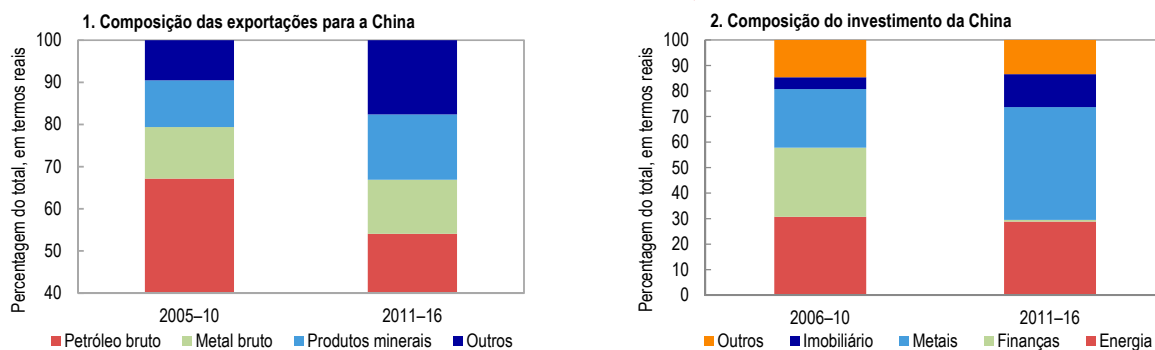
Assim, um abrandamento na China mais acentuado do que o previsto tem o potencial de afetar consideravelmente o crescimento na região, sobretudo devido às ligações comerciais, em

particular, a procura de matérias-primas com os consequentes efeitos sobre os preços destas. No geral, as estimativas empíricas indicam que, num horizonte de um ano, uma diminuição de 1% na produção industrial na China conduz a uma descida de 5–7% dos preços dos metais e dos combustíveis (ver FMI 2016b). Estes efeitos podem ser agravados por diversos fatores, incluindo uma redução do investimento da China em países ricos em recursos e uma maior volatilidade nos mercados financeiros mundiais, à medida que aumenta a incerteza sobre as perspetivas económicas na China. A maior volatilidade nos mercados mundiais pode conduzir a uma restritividade das condições financeiras das economias de fronteira da região.

Condições financeiras mundiais mais restritivas

Pode verificar-se uma restritividade superior ao previsto das condições financeiras mundiais devido a uma série de fatores para além do aumento das tensões comerciais, incluindo uma inflação superior ao projetado nos Estados Unidos, uma saída do Reino Unido da União Europeia com um “Brexit sem acordo” ou um abrandamento mais acentuado do que o previsto na China. Condições financeiras mundiais mais restritivas podem limitar o financiamento e o crescimento em muitos países da África Subariana, em especial, nas economias de fronteira da região, que têm dependido fortemente dos mercados mundiais para financiar as necessidades de desenvolvimento. Além disso, uma vez que é provável que condições financeiras mais restritivas se traduzam em taxas de juro mais elevadas nos EUA, num dólar dos Estados Unidos mais forte e em menores preços das matérias-primas, as saídas de capital e os riscos de refinanciamento – tendo

Figura 1.19. Fluxos comerciais e de investimento entre a África Subariana e a China, 2005–16



Fontes: Nações Unidas, base de dados Commodity Trade Statistics; Chinese Global Investment Tracker; e cálculos do corpo técnico do FMI.

em conta, em particular, a maturidade irregular das obrigações (Figuras 1.20 e 1.21) – podem aumentar, acrescendo a probabilidade de uma crise da balança de pagamentos na África Subsaariana. Os efeitos de segunda ordem podem ser consideráveis, agravados por crescentes interdependências entre os bancos e as entidades soberanas que tornam os setores bancários cada vez mais vulneráveis às condições financeiras mundiais restritivas e aos desafios orçamentais.

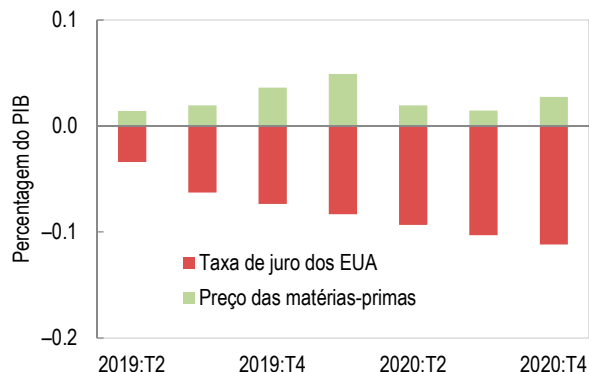
Choques climáticos

Os choques climáticos, como chuvas excessivas ou uma estação das chuvas atrasada, podem diminuir a produção agrícola, aumentar as importações de géneros alimentícios, reduzir as exportações e a capacidade de receitas fiscais e aumentar as necessidades de despesa pública. Uma precipitação abaixo da média pode reduzir o crescimento em até 1,5 pontos percentuais no mesmo ano em casos extremos (Figura 1.22). O ciclone Idai que atingiu o sudeste africano em março de 2019 afetou mais de 2,6 milhões de pessoas e dizimou infraestruturas físicas e terras agrícolas. Além disso, o El Niño pode provocar secas no sul de África (África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe), bem como precipitação acima da média na África Oriental (Etiópia, Quênia, Tanzânia, bacia do Nilo Branco). Assim, é provável que os países do sul de África sofram de uma produção de colheitas inferior, ao passo que a África Oriental pode beneficiar de produção abundante em determinadas áreas enquanto é afetada por inundações em outras (em particular ao longo dos sistemas fluviais do Quênia). Estes imprevistos climáticos podem também ter implicações significativas para o bem-estar com potenciais efeitos nos conflitos.

Segurança

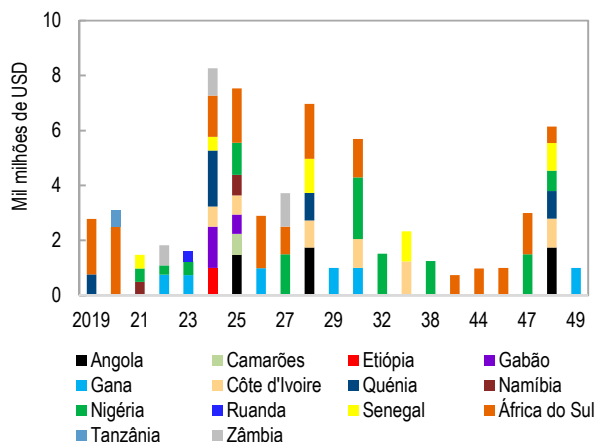
Riscos acrescidos de segurança têm afetado diversos países, deslocando milhões de pessoas e provocando custos económicos e sociais consideráveis. Estima-se que o número de deslocados internos tenha alcançado 18 milhões somente em 2018. Conforme demonstrado no Capítulo 2, a perda de vidas humanas, a destruição de infraestruturas, a qualidade de capital humano e de instituições, a instabilidade política e a incerteza elevada associadas aos conflitos prejudicam o investimento

Figura 1.20. Fluxos financeiros líquidos: Impacto cumulativo estimado de fatores externos



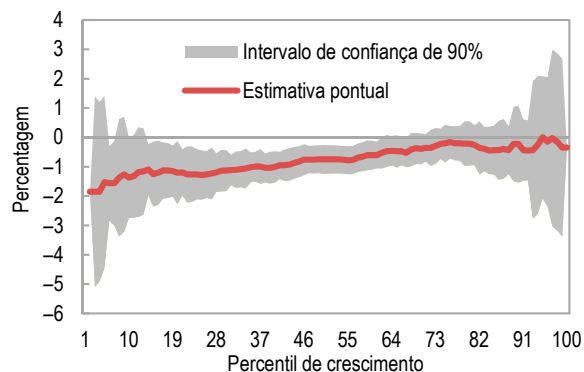
Fonte: FMI, base de dados International Financial Statistics. Estimativas do corpo técnico do FMI com base no capítulo 2 da edição de outubro de 2018 Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana.

Figura 1.21. Mercados de fronteira e economias de mercados emergentes da África Subsaariana: Vencimento das obrigações soberanas internacionais



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

Figura 1.22. Impacto das secas sobre o PIB¹



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ A seca é definida como uma variável dummy da precipitação anual média que é no mínimo um desvio padrão abaixo da média.

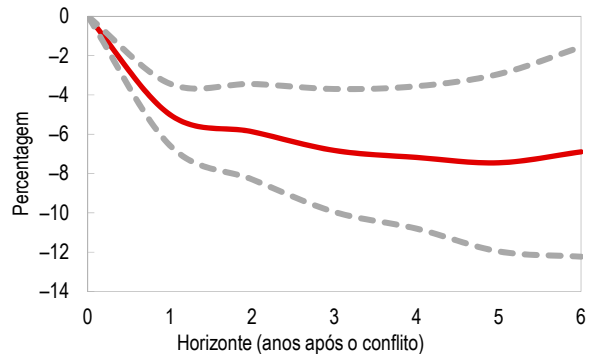
e o crescimento económico – não apenas no ano do conflito, mas também posteriormente, tornando difícil escapar à “armadilha do conflito”. Os conflitos intensos podem diminuir a produção em 7,5 pontos percentuais acumulados no médio prazo (Figura 1.23). Podem também exercer tensões significativas sobre as finanças públicas dos países, aumentando a despesa (incluindo a despesa militar) e diminuindo as receitas, dificultando a capacidade de os governos responderem de forma eficaz aos desafios em matéria de finanças públicas e exacerbando, assim, os custos económicos e sociais dos conflitos. Ademais, estes efeitos também se transmitem às regiões e países vizinhos. Em particular, a evidência empírica no Capítulo 2 mostra que grandes conflitos (que envolvem 100 mortes ou mais) em países vizinhos num raio de 500 km estão associados a uma redução do crescimento de cerca de 2 pontos percentuais. Consequentemente, os persistentes desafios em matéria de segurança podem ter consequências económicas e humanitárias mundiais.

POLÍTICAS

Durante quase 20 anos a partir de meados dos anos de 1990, grande parte dos países da África Subariana registou um forte crescimento económico e melhores resultados de desenvolvimento. Durante este período, o crescimento foi estimulado por reformas e melhores políticas económicas, uma explosão dos preços das matérias-primas que beneficiou os países exportadores de matérias-primas, pelo espaço orçamental criado pelo alívio da dívida e maiores fluxos comerciais e de investimento.

Contudo, a partir de 2015, este período de aumento de rendimentos estagnou, sobretudo nos países ricos em recursos, e as projeções de base indicam uma melhoria limitada no médio prazo. A deterioração dos resultados e perspectivas económicas deve-se principalmente ao choque adverso dos termos de troca historicamente elevados em 2014. Os países exportadores de petróleo enfrentaram o maior declínio do preço do petróleo real desde 1970 – um declínio imprevisível tanto no momento como em magnitude, conduzindo o PIB real nos países exportadores de petróleo e noutros países

Figura 1.23. África Subariana: Impacto cumulativo de conflitos intensos sobre o PIB¹



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ O conflito intenso é definido como a passagem de 0 para o quartil superior de países em termos do rácio mortes por conflito/população.

ricos em recursos para níveis significativamente inferiores às projeções anteriores. Simultaneamente, os resultados económicos nos países não ricos em recursos mantiveram-se globalmente em linha com as projeções, se não ligeiramente melhores do que os esperados, e as projeções de base sugerem a continuação do crescimento forte no médio prazo. No entanto, em 2023 mais de metade dos países da África Subariana não registará um estreitamento do seu desfasamento do rendimento per capita como acontecerá no resto do mundo. E dado que estes países acolhem mais de dois terços da população total da região, é forçoso que estes desafios que enfrentam sejam resolvidos se a região pretender alcançar os respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O cumprimento destes objetivos requererá um investimento considerável em infraestruturas, educação e cuidados de saúde, cujo financiamento condiciona a capacidade de impulsionar os esforços conjuntos das autoridades nacionais, da comunidade de doadores e do setor privado (Gaspar et al. 2019).

O resto desta secção aborda as reformas necessárias para alcançar um equilíbrio entre a continuação do investimento no tão necessário capital humano e físico, a manutenção da dívida pública em níveis controláveis e a criação de condições para gerar empregos para os cerca de 20 milhões de pessoas novas que entram no mercado de trabalho todos os anos.

Garantir a estabilidade financeira e macroeconómica

Estabelecimento de um equilíbrio adequado entre as necessidades de desenvolvimento e a contenção dos níveis da dívida pública

As razões para o pronunciado aumento da dívida pública em muitos países da África Subsariana são, de uma forma geral, específicas de cada país. Em alguns casos, o aumento da dívida reflete os esforços envidados pelos países para satisfazerem as tão necessárias necessidades de desenvolvimento em matéria de capital humano e infraestruturas, num contexto de condições financeiras globais menos restritivas. Noutros casos, o aumento da dívida foi inesperado e reflete, ao invés, o impacto adverso do choque dos preços das matérias-primas – em muitos casos, o impacto da queda dos preços das matérias-primas entre 2014 e 2016 na produção (e na dívida pública) foi proporcional ao observado em muitas das economias avançadas e mercados emergentes, após a crise financeira mundial. Noutros contextos, os fatores que contribuíram para o agravamento da dívida pública foram, entre outros, a migração de passivos contingentes para os balanços do setor público, por vezes refletindo os prejuízos das empresas públicas, e efeitos de valorização associados a depreciações cambiais.

São três os tipos de preocupações com o crescente nível da dívida.

Em primeiro lugar, sete países, principalmente em situações frágeis e/ou severamente atingidos pela queda dos preços das matérias-primas, não conseguiram cumprir suas obrigações de pagamento do serviço da dívida e, por conseguinte, tiveram necessidade de reestruturar a mesma. Entre estes, estão o Chade, Moçambique e a República do Congo.

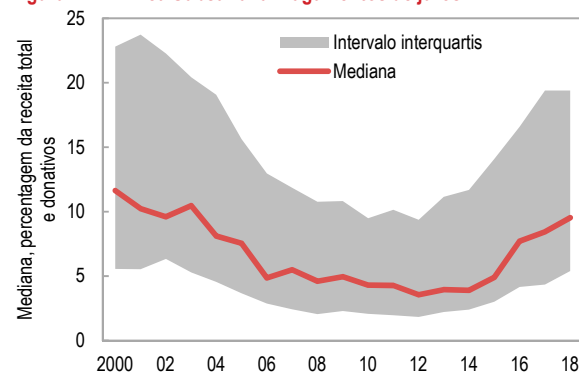
Em segundo lugar, mesmo nos casos em que a dívida pública continua em níveis controláveis, o aumento da mesma está a traduzir-se em maiores pagamentos do serviço da dívida que consomem uma parte crescente das receitas fiscais. Os custos com o serviço da dívida registaram uma subida considerável na África Subsariana, com a mediana dos encargos com o pagamento de juros

a duplicar para cerca de 10% das receitas desde 2011 (Figura 1.24). Este aumento no serviço da dívida deve-se, por um lado, a níveis de dívida mais elevados e, por outro, a uma mudança na composição da dívida. À luz da queda da assistência oficial ao desenvolvimento como percentagem do PIB dos países beneficiários e do maior espaço orçamental resultante do alívio da dívida, muitos países na região contraíram empréstimos comerciais e não concessionais para satisfazerem as suas necessidades de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, em muitos casos, a composição da dívida pública tornou-se mais complexa. Entre 2010 e 2017, a dívida cresceu USD 366 mil milhões, dos quais cerca de dois terços se devem a empréstimos no mercado (junto de sistemas financeiros nacionais e/ou mercados internacionais de capitais) e, como tal, sujeitos a um risco de variação dos preços; aproximadamente 43% foram efetuados em moeda estrangeira e, como tal, são sensíveis às flutuações nas taxas de câmbio; e 13% foram contraídos junto de credores bilaterais. Naturalmente, a maior disponibilidade de fontes alternativas de financiamento também foi útil em alguns casos. Por exemplo, a Côte d'Ivoire, o Gana, a Nigéria, o Quênia e o Senegal aproveitaram condições de financiamento favoráveis a nível mundial para melhorarem a estrutura da maturidade da dívida, substituindo a dívida a curto prazo por dívida a mais longo prazo, assim reduzindo o risco de refinanciamento.

Estes desafios sublinham a necessidade de uma política orçamental muito criteriosa a fim de se evitar a acumulação insustentável da dívida e reforçar as práticas de gestão da dívida.

Figura 1.24. África Subsariana: Pagamentos de juros

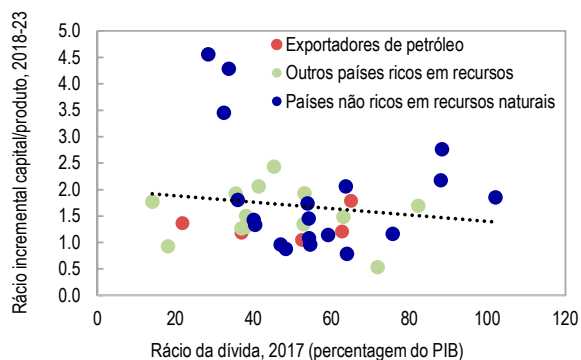


Fonte: FMI, Base de dados WEO.

Embora os rácios da dívida tenham subido, as necessidades de investimento continuam a ser elevadas, incluindo nos setores das infraestruturas, educação e saúde. Para superar estes desafios e estabelecer um equilíbrio adequado entre as necessidades de desenvolvimento e a redução da vulnerabilidade da dívida, os esforços devem centrar-se em:

- Garantir investimentos públicos eficientes. Tal exige um melhor planeamento, alocação e implementação dos projetos (FMI 2015a). Em especial, implica uma avaliação das consequências macroeconómicas e potenciais riscos associados às estratégias alternativas de financiamento, diferentes trajetórias de investimento público e mudanças ao nível da eficiência dos investimentos. A justa medida entre estas duas prioridades concorrentes depende, claramente, das circunstâncias e condições específicas de cada país, incluindo as modalidades de financiamento. As projeções num cenário de base assumem uma maior eficiência dos investimentos públicos nos países com uma dívida elevada (Figura 1.25). Porém, os fundamentos para se aumentar a despesa em infraestruturas variam consoante os países com base nas respetivas necessidades, capacidade e margem de manobra orçamental. Quando as dinâmicas da dívida são um motivo de séria preocupação, os argumentos a favor da utilização das poupanças orçamentais para conter a acumulação de dívida e restabelecer as margens de manobra orçamentais são mais fortes. Ainda assim, um processo de reequilíbrio da despesa pública deslocando-a das despesas

Figura 1.25. África Subsariana: Rácio incremental capital/produto do investimento público e dívida pública



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A amostra exclui os valores extremos e rácio incremental negativo capital/produto. Ver no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

recorrentes e subsídios não essenciais para as despesas sociais e de desenvolvimento poderia ajudar a garantir espaço para fazer avançar as necessidades de desenvolvimento. Nos casos em que as lacunas em termos de infraestruturas estão a travar o crescimento e existe uma elevada capacidade de gestão de investimentos públicos, há um argumento forte para usar o espaço orçamental para fins de desenvolvimento.

- Implementar políticas orçamentais favoráveis ao crescimento. Os multiplicadores tanto do investimento público como das despesas de consumo são significativamente superiores nos países onde o investimento público é mais eficiente e inferiores nos países onde é menos eficiente (FMI 2017). Em muitos casos, para melhorar a composição e a qualidade da despesa é necessária uma ação decisiva a fim de cortar, de forma substancial, as despesas de investimento de baixa prioridade e as despesas recorrentes, ao mesmo tempo que se salvaguarda a despesa social de maneira a atenuar o impacto nas populações mais vulneráveis. Uma maior eficiência nas despesas de bens e serviços (incluindo a redução dos subsídios), a racionalização da massa salarial e limites às compensações não salariais (como foi efetuado com êxito no Benim) são medidas que poderiam ajudar a conter as despesas recorrentes e dar prioridade às despesas sociais nos setores da saúde e educação, e às redes de proteção social. As políticas orçamentais favoráveis ao crescimento também poderiam estimular o potencial de crescimento da região. Por exemplo, algumas simulações indicam que a redução da disparidade em matéria de rendimentos e entre géneros na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) poderia aumentar o PIB real per capita em 0,5 pontos percentuais, em média, e reduzir a volatilidade do crescimento do PIB.
- Incrementar a mobilização de receitas. Com um défice de receitas médio estimado em 3–5% do PIB, todos os países têm uma margem significativa para aumentar as receitas. Mesmo assim, foram registados poucos progressos em matéria de mobilização de receitas internas. Em 2018, as receitas cresceram, em média, cerca de 0,3% do PIB suportadas, principalmente, por

preços do petróleo superiores ao esperado. Este valor compara com um crescimento médio das receitas (excluindo donativos) de 1,25% do PIB em casos de mobilização de receitas bem-sucedidos, impulsionados sobretudo pelas receitas não relacionadas com produtos de base (Libéria, 2006–10; Moçambique, 2007–12; Ruanda, 2012–14; Senegal, 2001–03; Tanzânia, 2005–07; Uganda, 2014–16). O sucesso destes países baseou-se em melhorias na administração das receitas e em reformas na política tributária (FMI 2018c). Para aumentar a eficiência do sistema tributário e reforçar a administração tributária, vários países estão a ponderar medidas de alargamento da base tributária, entre as quais: a introdução ou a reforma do sistema do imposto sobre o valor acrescentado (Angola, Senegal); o alargamento da rede fiscal ao setor informal (Senegal) e a redução das despesas tributárias (Benim, Quênia) – simplificando as isenções fiscais e garantindo que as isenções em vigor são concedidas através de um processo baseado em regras e transparente.

- Melhorar a eficiência económica e conter os riscos orçamentais das empresas públicas. À luz dos contínuos esforços de reestruturação, muitos países aumentaram a transparência mediante: a publicação das conclusões dos relatórios oficiais sobre o desempenho das empresas públicas (Cabo Verde, Camarões, Gana); o reforço e a melhoria da governação da agência de supervisão das empresas públicas (Angola, Gana); a auditoria à governação e às operações das empresas públicas (Gâmbia, Níger, Seicheles); a atualização do quadro jurídico das empresas públicas (Camarões, Guiné, Moçambique); e a externalização da gestão das empresas públicas (Guiné-Bissau). Em alguns casos, o programa de reestruturação das empresas públicas inclui a resolução das empresas públicas insolventes (Angola) ou a possível privatização de empresas públicas não estratégicas (África do Sul, Angola, Cabo Verde, Chade, Etiópia).
- Reduzir a pró-ciclicidade da despesa. Alguns países planeiam introduzir uma regra fiscal para apoiar a transparência e a gestão prudente das receitas petrolíferas futuras e adotar um fundo de estabilização orçamental de

modo a ajudar a reduzir a pró-ciclicidade da despesa (Angola, Senegal, Uganda).

- Reforçar a administração financeira do Estado. O fracasso dos sistemas existentes e as condições financeiras restritivas traduzem-se num elevado volume de atrasados internos (África do Sul, Cabo Verde, Camarões, Gana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia), com os inerentes efeitos negativos no crescimento e nos sistemas financeiros nacionais. O reforço do quadro de despesas a médio prazo (Angola, Botswana), a mudança para a conta única do Tesouro (Côte d'Ivoire, República do Congo), a transição para a orçamentação com base no desempenho (Botswana) e a aplicação de controlos internos (Angola, Uganda) poderiam ajudar a evitar uma deficiente afetação da despesa e a facilitar uma boa gestão dos atrasados. Além disso, uma melhor seleção dos projetos de investimento (Benim, Senegal, Seicheles, Tanzânia) iria incrementar a eficiência dos investimentos e reduzir os riscos potenciais decorrentes das empresas públicas e parcerias público-privadas (Seicheles).
- Melhorar os quadros de gestão da dívida para gerir melhor os riscos cambiais e de refinanciamento. Vários países recorreram a operações de recompra da dívida para aliviar os riscos de refinanciamento a curto prazo e reformular o perfil da dívida externa (por exemplo o Gana procedeu à recompra dos Eurobonds que venciam em 2022 com os proveitos da emissão de Eurobonds de 2018, que também foi a sua primeira obrigação de sempre com uma maturidade a 30 anos) e alinhar melhor a moeda de reembolso com as receitas em divisas (Seicheles). A maioria dos países viraram-se para as emissões de Eurobonds em várias tranches a fim de reduzir a concentração dos reembolsos dos empréstimos externos. Contudo, é necessária cautela porque as operações de recompra tardias com os proveitos das Eurobonds podem comportar custos desnecessários.

Reforçar a eficácia da política monetária

Registou-se um reforço do mecanismo de transmissão monetária na região, mas existem grandes diferenças entre os países. Dados empíricos

sugerem que o mecanismo de transmissão é muito mais robusto nos países onde as autoridades monetárias comunicam, de forma clara, o objetivo, os instrumentos e a estratégia da política monetária. O reforço da comunicação e da transparência ajudou a reduzir os casos de decisões inesperadas em matéria de política monetária (África do Sul, Moçambique). Contudo, nos últimos anos, em vários países (Malawi, Nigéria, Quênia) assistiu-se a uma inversão em alguns destes ganhos. Nesses casos, o financiamento do banco central, a reorientação dos empréstimos bancários para títulos do Tesouro (Malawi), os efeitos de exclusão (Nigéria) e os limites máximos às taxas de juro que reduzem o efeito de sinalização da taxa diretora do banco central (Quênia) afetaram o mecanismo de transmissão. Além disso, as preocupações sobre o acesso ao crédito e os custos dos empréstimos conduziram a pressões populistas para a introdução de mecanismos de controlo das taxas de juro (Malawi, Quênia), com as expectáveis consequências adversas sobre a disponibilidade de crédito.

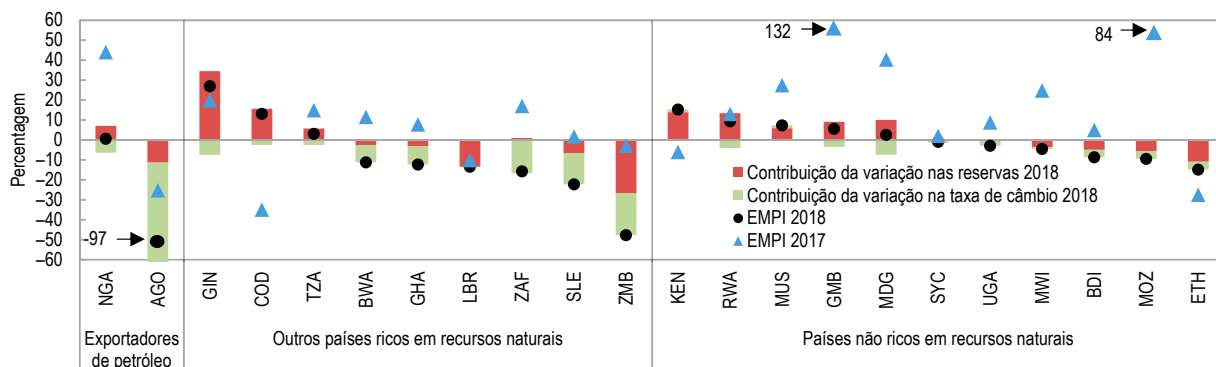
Tendo em vista a melhoria do mecanismo de transmissão monetária, é necessário: aumentar os limites máximos das taxas de juro; avançar para um sistema de política monetária mais direcionado para o mercado e reduzir a dominância orçamental; melhorar os mercados secundários de obrigações e os mercados interbancários; reduzir o excesso de liquidez nos sistemas bancários por meio de uma utilização ativa de operações em mercado aberto; reforçar as transações nos mercados interbancários,

respondendo às preocupações relativas aos riscos de contraparte, incluindo através de um novo mecanismo de garantias para as operações de refinanciamento (CEMAC, UEMOA); e expandir o quadro de garantias de maneira a incluir todos os títulos do Tesouro (CEMAC, Botswana). Outras recomendações de política incluem trazer e manter as taxas de juro a curto prazo em território positivo em termos reais (em especial em Angola); reduzir a amplitude do corredor de taxa de juro overnight e estabelecer um corredor de taxa de juro simétrico com taxas indexadas à taxa de juro de referência; desenvolver quadros prospetivos robustos para previsão de liquidez e gestão da inflação; e reforçar a independência dos bancos centrais.

Aumentar a flexibilidade da taxa de câmbio real

Os menores amortecedores externos significaram maiores pressões cambiais em alguns países e exacerbaram a escassez de divisa. Tal traduziu-se em grandes prémios entre as taxas de câmbio do mercado oficial e do mercado paralelo, em especial nos países exportadores de petróleo (Angola, Sudão do Sul) (Figura 1.26) e em outros países ricos em recursos, como o Gana. De um modo geral, os países responderam às pressões de mercado apoiando-se mais nas reservas do que na flexibilidade da taxa de câmbio. Em parte, tal reflete as preocupações sobre o elevado volume de passivos denominados em moeda estrangeira, a repercussão significativa das variações cambiais sobre a inflação (cerca de 40% de acordo com as estimativas) e a limitada capacidade de resposta da produção e

Figura 1.26. África Subsariana: Pressão do mercado cambial, 2017–18



Fontes: FMI, base de dados International Financial Statistics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O indicador do índice de pressão do mercado cambial é a soma da variação percentual negativa na taxa de câmbio USD/moeda local mais a variação percentual nas reservas. As variações são medidas de dezembro de dezembro do ano anterior. Os valores negativos indicam pressão. EMPI = índice de pressão do mercado cambial. Nota: Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países e no Apêndice Estatístico o quadro de grupos de países.

das exportações a variações na taxa de câmbio real (devido à pequena dimensão do setor industrial). Contudo, uma maior flexibilidade cambial e a resolução das vulnerabilidades dos balanços, no âmbito de uma reforma mais ampla do mercado de produtos e mercado de trabalho, iriam incrementar a resiliência e facilitar a transformação estrutural. Nos países com regimes de taxa de câmbio fixa de jure, tal flexibilidade resultaria sobretudo de ajustamentos dos preços relativos e, como tal, iria implicar mais reformas estruturais a fim de promover a flexibilidade dos salários e preços.

Garantir a estabilidade financeira

Vários países da África Subariana fizeram uma gestão mais atenta das políticas macroprudenciais para salvaguardarem a estabilidade financeira, incluindo através da imposição de restrições às posições em divisas dos bancos e da aplicação de requisitos de reservas e capital mais elevados (Angola, Gana, Moçambique, Nigéria). Alguns países estão a adotar medidas para reduzir o crédito malparado, designadamente: reforço dos direitos dos credores e redução da duração dos processos judiciais com vista à recuperação das garantias; contenção da acumulação líquida de atrasados públicos internos ao setor privado (Guiné Equatorial); melhoria dos sistemas de informação de crédito; modernização do regime de insolvência; implementação de programas de educação financeira para empresas de média dimensão; e fornecimento de salvaguardas adequadas aos mutuários, incluindo através de medidas de proteção dos clientes.⁴

Contudo, são necessárias estratégias abrangentes de redução do crédito malparado para resolver o crédito malparado persistente, entre as quais, esforços regulatórios para acelerar o reconhecimento

das perdas, um maior enfoque da supervisão nas ações de recuperação adotadas pelos bancos e reformas dos quadros de insolvência e execução da dívida de modo a permitir uma reestruturação célere da dívida de mutuários em dificuldades mas viáveis, e fomento da coerência e eficiência dos processos judiciais. As autoridades poderiam ainda instituir reservas macroprudenciais permanentes (como complemento ao mínimo microprudencial) que poderiam ser aligeiradas, ao critério dos reguladores, em caso de choques, assim permitindo que o crédito malparado fosse absorvido pelo capital e provisionamento contínuo do crédito.⁵

Os países da África Subariana registaram progressos em matéria de fortalecimento do setor bancário. A CEMAC adotou vários regulamentos novos, incluindo sobre a definição de instituições importantes do ponto de vista sistémico (em consonância com as recomendações do Comité de Basileia); a aceleração da resolução das pequenas instituições de microfinanciamento; e um quadro robusto de cedência de liquidez de emergência. A UEMOA adotou novas regras prudenciais em linha com os princípios de Basileia II/III que devem ajudar a consolidar os balanços dos bancos e a suprimir as vulnerabilidades. Apesar destes progressos, a transição para a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 (IFRS 9) exige um maior reforço dos balanços dos bancos, uma vez que a necessidade de aumento das provisões traduziu-se em mais aumentos de capital em muitos países. O cumprimento da IFRS 9 por parte dos bancos pode ter significativas implicações macrofinanceiras durante o período de transição, incluindo ao nível do crescimento do crédito e das exposições soberanas, muito embora ainda seja demasiado cedo para dizer se a transição para a IFRS 9 teve este efeito (Caixa 1.1).

⁴ Muitos países da região empreenderam, recentemente, várias iniciativas para promover os empréstimos bancários. Cabo Verde pondera conceder garantias parciais nos empréstimos às pequenas e médias empresas; a CEMAC planeia atualizar o cadastro de crédito (embora a iniciativa tenha sido adiada para o final de 2020) e ter uma central de crédito em funcionamento no início de 2020; a Guiné operacionalizou um novo sistema de informações de crédito para fornecer melhores informações sobre a fiabilidade creditícia dos clientes; o Quênia está a melhorar as informações das centrais de referência de crédito e adotou uma lei sobre o registo de garantias de bens móveis de forma a alargar as garantias disponíveis para os empréstimos bancários; e o Níger reforçou a central de crédito por meio de legislação que entrou em vigor em março de 2018 e obriga as empresas de serviços básicos a fornecer informações sobre a disciplina de pagamento dos seus clientes, e está a preparar uma lei relativa à “warrantage” (conceder empréstimos recebendo como garantia cereais que são guardados em armazéns seguros).

⁵ Para mais pormenores, ver FMI (2014 a, b).

A perda nas relações de correspondente bancário agrava os desafios do setor financeiro

Vários países reagiram à perda das relações de correspondente bancário (RCB) através da atualização dos quadros de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como outras alterações legais e regulamentares conexas em conformidade com as normas do Grupo de Ação Financeira Internacional (Angola, Seicheles). O declínio das RCB resultou numa maior concentração nas relações remanescentes, o que comporta um risco para a estabilidade financeira, caso algum dos poucos bancos correspondentes restantes tenha dificuldades em honrar os seus compromissos. Futuramente, espera-se que as reformas em curso para reforçar o quadro de estabilidade financeira ajudem a reduzir o risco de mais perdas de RCB, em especial através dos requisitos internacionais de adequação de fundos próprios (Seicheles). Além disso, os países estão em contactos ativos com os bancos correspondentes e os respetivos supervisores de maneira a compreenderem melhor as razões específicas para a perda (Seicheles). Estão em curso várias iniciativas para auxiliar os países a desenvolverem quadros mais sustentáveis, incluindo a nível multilateral. Por exemplo, o FMI levou a cabo iniciativas regionais por forma a facilitar o diálogo de políticas e identificar soluções para os problemas relativos às RCB, incluindo um workshop de alto nível para os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a retirada das RCB, realizado em 2018. Estão previstos para 2019 mais três eventos para abranger todo o continente africano. Alguns países também estão a implementar

um quadro de monitorização de dados (Angola, Gâmbia, Seicheles) com algum apoio do FMI em termos de capacitação.

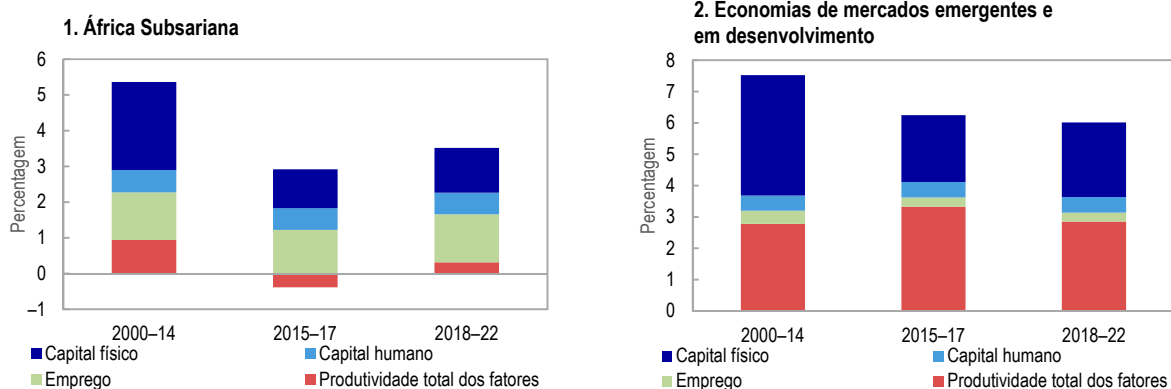
Acelerar o crescimento a médio prazo

As perspetivas de crescimento a médio prazo para a região estão condicionadas por baixos níveis de crescimento da produtividade e pela limitada acumulação de capital físico, face a países com níveis de desenvolvimento semelhantes na Ásia, na América Latina e nos países em desenvolvimento na Europa (Figura 1.27). Para aumentar estas perspetivas de crescimento é necessário incrementar a produtividade bem como promover o investimento privado e a assunção de riscos, incluindo mediante o aprofundamento dos sistemas financeiros. Enquanto que, para garantir a sustentabilidade dos ganhos, será necessário tornar o crescimento mais inclusivo.

Aumentar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios

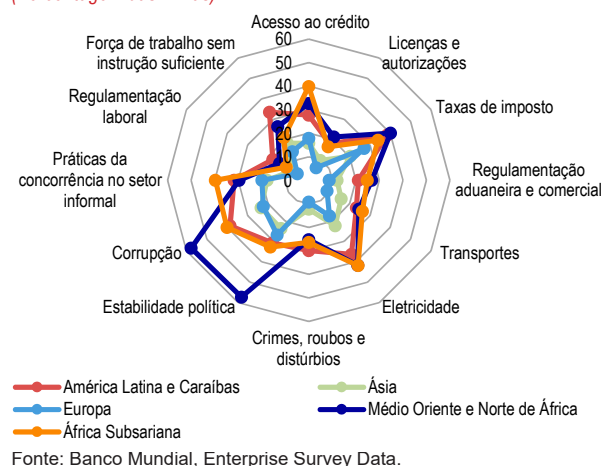
Para aumentar a produtividade é necessário promover a contestabilidade dos mercados e promover um setor privado dinâmico. Tal implica eliminar os constrangimentos mais relevantes às operações empresariais, principalmente acesso a fornecimento fiável de eletricidade, procura de rendas, práticas dos setores informais, preocupações de segurança, taxas dos impostos e acesso ao crédito (Figura 1.28). Por conseguinte, medidas com o objetivo de nivelar o terreno entre as empresas públicas e privadas nos setores formal e informal, reforçar a governação e promover a abertura e a

Figura 1.27. Decomposição do crescimento do PIB real



Fontes: FMI, base de dados WEO; Penn World Tables; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 1.28. Regiões de mercados emergentes e em desenvolvimento selecionadas: Principais constrangimentos às operações de negócios (Porcentagem das firmas)



integração comercial poderiam estimular a competitividade e ajudar a aumentar a produtividade.⁶ Conforme indicado no Capítulo 3, uma maior integração comercial através da ZCLCA poderia impulsionar de forma significativa o comércio, fomentar a concorrência e aumentar a eficiência. O impacto no crescimento seria positivo, mas relativamente tímido, cifrando-se num aumento de 1% no PIB, se as tarifas forem eliminadas e as barreiras não tarifárias forem reduzidas para metade.

Aprofundar os mercados financeiros

O aprofundamento dos sistemas financeiros através do aumento da oferta e acesso aos serviços financeiros, assim como uma maior eficiência dos mesmos, implica a melhoria da regulamentação e supervisão financeira, e, de uma forma mais geral, do ambiente institucional relevante. Estes esforços poderiam ajudar a promover o acesso ao financiamento, sobretudo para as pequenas e médias empresas, tendo em conta que os dados dos inquéritos às empresas indicam que o acesso a financiamento tende a ser mais difícil nas economias com rácios de crédito malparado muito elevados ou graves problemas de corrupção. Os países da África Subsaariana concentraram-se no reforço dos controlos e dos quadros de combate à corrupção (Angola, Benim). Outras medidas para aprofundar

os mercados financeiros incluem a promoção de centrais de crédito/garantias (Angola, Benim, Tanzânia), a promoção da literacia financeira (Seicheles), o desenvolvimento de mercados regionais de capitais e a alavancagem das fintech (por exemplo, dinheiro móvel, ver Caixa 1.2) para uma maior inclusão financeira.

Igualdade de oportunidades

Os dados empíricos sugerem que, na África Subsaariana, a maioria dos rendimentos do capital vai para as empresas não financeiras (55%), enquanto as famílias são as que recebem a fatia mais pequena (20%), sendo que a proporção destas últimas tem vindo a cair ao longo dos anos. Entre as empresas, aquelas que têm elevados graus de propriedade estatal parecem gozar de mais benefícios, incluindo maior acesso ao crédito. Entre as famílias, registaram-se alguns progressos rumo a uma maior igualdade, com a percentagem dos rendimentos auferidos pelos 20% do topo da distribuição de rendimentos a cair,⁷ em sentido inverso, a percentagem de pessoas com rendimentos médios a aumentar. Isto é consistente com um cenário no qual existe uma classe média em crescimento com mais oportunidades para colher os benefícios dos rendimentos do capital. Não obstante, há margem para fomentar uma maior inclusão. Cerca de 40% das pessoas na África Subsaariana ainda vivem com menos de USD 1,25 por dia e a região encontra-se entre as que têm os maiores níveis de desigualdade de género no mundo. Para ultrapassar estes desafios, será necessário, designadamente:

- Facilitar a deslocação da mão de obra para outros setores, que não o setor público e a agricultura, a fim de gerar ganhos de eficiência significativos (Figura 1.29).
- Encetar reformas fiscais, incluindo a mobilização de receitas a nível interno, e rever os regimes de subsídios, para criar espaço para mecanismos de transferência direcionados para os pobres e despesa eficiente em capital físico e humano.

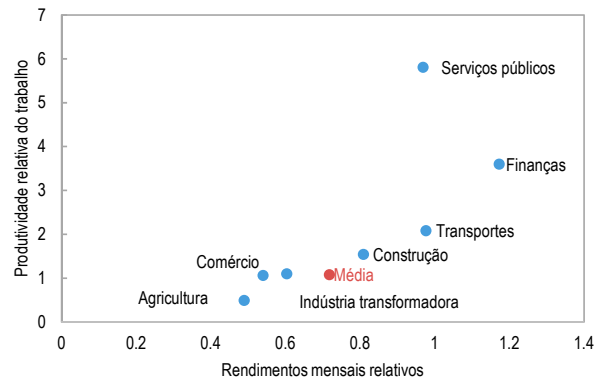
⁶ Ver FMI 2019a para uma análise sobre os problemas de governação.

⁷ Contudo, existem problemas bem conhecidos de subdeclaração dos contribuintes que estão no topo da distribuição de rendimentos.

- Aprofundar os sistemas financeiros através de uma maior inclusão financeira para ajudar a reduzir mais as desigualdades.
- Encorajar a participação das mulheres na economia, incluindo por meio da abolição das restrições legais que impedem as mulheres de abrirem contas bancárias ou aceitarem empregos, e da resolução dos problemas de desigualdade na educação (Caixa 1.3) por forma a consolidar o crescimento inclusivo e o reforçar o potencial de crescimento.

Estas ações devem ser apoiadas por medidas que promovam sistemas de ensino flexíveis, ao mesmo tempo que garantem a plena participação com recurso a tecnologias digitais para ultrapassar os estrangulamentos existentes.

Figura 1.29. África Subariana: Produtividade e ganhos do trabalho em relação ao setor das administrações públicas



Fontes: de Vries, Timmer e de Vries (2015); Organização Internacional do Trabalho; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Média ponderada.

Caixa 1.1. Transição para a Norma Internacional de Relato Financeiro 9

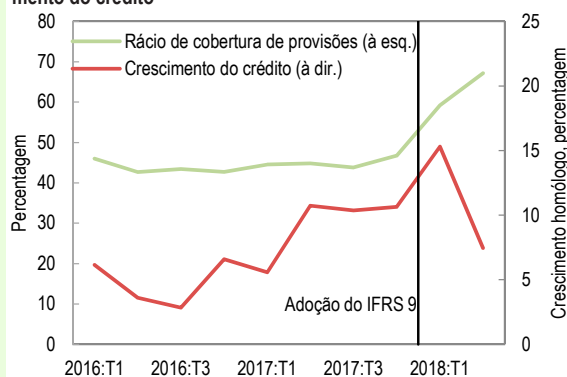
A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 9, que altera as regras contábilísticas para os instrumentos financeiros, entrou em vigor em todo o mundo em 2018. A adoção da IFRS 9 deverá garantir uma divulgação mais transparente sobre os instrumentos financeiros, mas é provável que os bancos tenham de aumentar as suas provisões e proceder a aumentos de capital durante o período de transição. Os dispositivos transitórios, conforme introduzidos em alguns países na região, podem ajudar a mitigar o potencial impacto no crédito, enquanto os estudos quantitativos sobre o impacto podem ajudar a avaliar a sua gravidade.

Durante a transição para a IFRS 9, os bancos poderão ter de aumentar as provisões para perdas com empréstimos e realizar operações de aumento de capital, o que é dispendioso. A IFRS 9 é utilizada em aproximadamente quatro quintos dos países da África Subsaariana. Embora a aplicação das normas a nível setorial varie consoante os países, em muitos países os bancos são obrigados a usar a IFRS 9. Ao abrigo da anterior norma (Norma Internacional de Contabilidade 39), as provisões dependiam dos casos de incumprimento, subentendendo-se que se não existisse uma situação de incumprimento, os bancos não tinham de criar imparidades. Tal implicou um reconhecimento tardio de perdas com empréstimos em alguns casos, o que foi considerado uma insuficiência da antiga norma após a crise financeira internacional. Assim, a nova norma, a IFRS 9, visa garantir que o risco de crédito dos ativos financeiros é avaliado com base num quadro prospetivo de “perdas de crédito esperadas”. Tal significa que as provisões baseiam-se na probabilidade de incumprimento e nas perdas potenciais. De uma forma geral, a IFRS 9 deverá proporcionar uma divulgação mais transparente dos instrumentos financeiros. Contudo, os bancos poderão ter de aumentar os seus níveis de capital regulamentar devido a um aumento das provisões durante a transição para a IFRS 9, o que é dispendioso.

As modalidades de transição para a IFRS 9 para os bancos variam entre os países da África Subsaariana. Algumas autoridades permitiram que os bancos ajustassem o seu nível de capital ao longo de um período alargado (por exemplo, três anos na África do Sul, quatro anos no Ruanda e Nigéria, e cinco anos no Quênia) a fim de mitigarem o potencial impacto da IFRS 9 nas posições de capital. Algumas autoridades foram ainda mais longe, definindo o provisionamento para títulos do Tesouro a zero (Ruanda).¹

Existe a preocupação de que a adoção da IFRS 9 poderá ter impactos macrofinanceiros adversos durante o período de transição, incluindo uma pressão descendente sobre o crescimento do crédito. Uma avaliação quantitativa do impacto da transição para a IFRS 9 nos bancos sul africanos identificou um aumento de 39% nas imparidades de crédito, mas não encontrou violações dos rácios de adequação de fundos próprios (SARB [2018]). No Ruanda, o rácio de cobertura de provisões apresenta uma tendência crescente desde a adoção da IFRS 9 e o crescimento do crédito mantém-se a níveis inferiores à média de 2017 (Figura 1.1.1). Dito isto, até ao momento, tem sido difícil provar o nexo de causalidade entre a adoção da IFRS 9 e a evolução do crédito (em especial tendo em conta os dispositivos transitórios). Os supervisores na região terão de prosseguir os trabalhos para garantir o cumprimento da nova norma internacional e, ao mesmo tempo, evitar um impacto excessivo da mesma sobre a capacidade de concessão de crédito bancário.

Figura 1.1.1. Ruanda: Rácio de cobertura de provisões e crescimento do crédito¹



Fonte: FMI, Indicadores de Solidez Financeira.

¹ O crédito se refere ao total de empréstimos brutos.

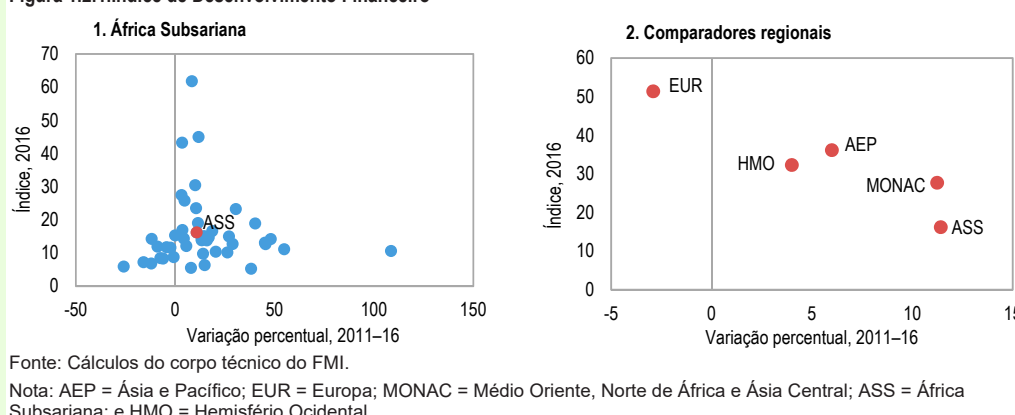
Esta caixa foi preparada por Seung Mo Choi e Amadou Sy.

¹ Contudo, o estabelecimento do provisionamento para títulos do Tesouro a zero poderá distorcer as decisões dos bancos relativas à afetação de ativos.

Caixa 1.2. Desenvolvimento financeiro e crescimento do dinheiro móvel na África Subsariana

O desenvolvimento financeiro—excluindo as transações em dinheiro móvel—cresceu a um ritmo mais rápido na África Subsariana do que em outras regiões, mas o seu nível geral continua aquém do de outras economias.¹ Os progressos no desenvolvimento financeiro variam consoante os países, sendo que se observa um crescimento mais rápido nos países que tinham um ponto de partida mais baixo (Burkina Faso, Chade, Côte d’Ivoire, Gabão, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Togo). Em termos globais, entre 2011 e 2016, o ritmo de desenvolvimento nos mercados financeiros suplantou largamente o das instituições financeiras, embora tenha partido de um nível baixo. Os mercados financeiros beneficiaram principalmente do aprofundamento dos mercados acionistas e obrigacionistas, enquanto o desenvolvimento das instituições financeiras foi impulsionado pelo maior acesso às infraestruturas do setor bancário (sucursais e máquinas multibanco). Os países da África Subsariana superaram regiões comparáveis na Ásia, no Médio Oriente e na Ásia Central nestas categorias, mas ficaram aquém em termos de aprofundamento financeiro dos setores bancário e não bancário (Figura 1.2.1).

Figura 1.2.1. Índice de Desenvolvimento Financeiro



A utilização de contas de dinheiro móvel continuou a crescer a um ritmo mais forte do que noutras regiões. Na realidade, as contas de dinheiro móvel ultrapassaram as contas em depósitos tradicionais na África Subsariana (FMI 2019a) (Figuras 1.2.1 e 1.2.2).

Figura 1.2.2. África Subsariana: Contas de dinheiro móvel, 2017

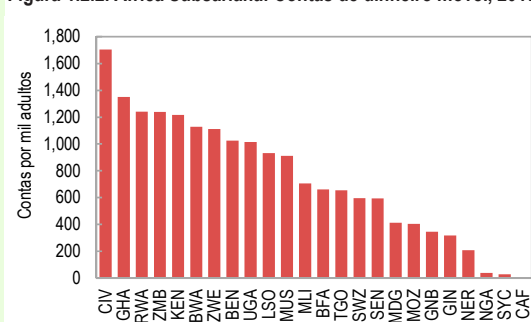
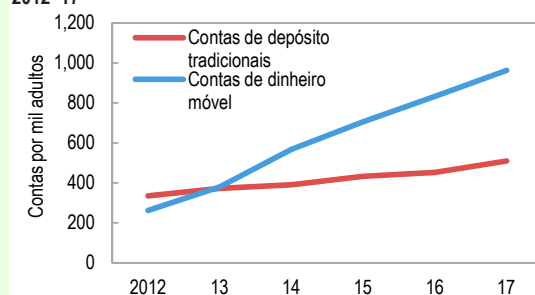


Figura 1.2.3. África Subsariana: Dinheiro móvel vs. banca tradicional, 2012-17



Esta caixa foi preparada por Amadou Sy e Torsten Wezel com base nas conclusões do documento FMI 2019b.

¹ O desenvolvimento financeiro é medido através do Índice de Desenvolvimento Financeiro, que abrange as instituições financeiras – bancárias e não bancárias – assim como os mercados em três dimensões: profundidade, acesso e eficiência (Sahay et al. 2015).

A experiência da África Oriental, que apresenta a maior taxa de utilização de dinheiro móvel na África Subsariana, permite retirar ensinamentos úteis na medida em que desenvolveu uma infraestrutura que aproveitou, de forma singular, a procura latente por serviços financeiros móveis na região.

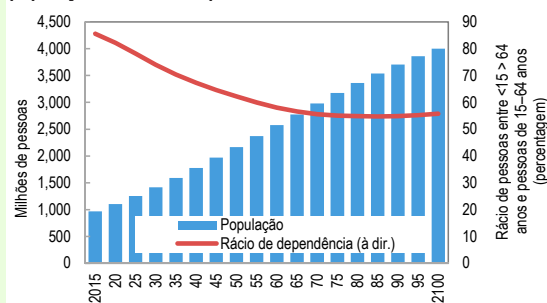
- Os países da África Oriental favoreceram um modelo regulamentar liderado pelos operadores de telecomunicações. Neste quadro, o operador de telecomunicações trabalha com o regulador financeiro para criar a infraestrutura para os pagamentos móveis. O modelo liderado pelos operadores de telecomunicações teve mais sucesso na captação de utilizadores do que o modelo liderado pelos bancos, promovido por outros países da África Subsariana.
- Os países da África Oriental tendem a ter um operador de telecomunicações dominante com uma grande quota de mercado, o que forneceu, numa fase inicial, a massa crítica de utilizadores necessária para que o dinheiro móvel não fosse apenas um nicho de mercado. No Quênia, a Safaricom tem uma quota de mercado próxima dos 70%; na Tanzânia, a Vodacom tem quase metade do mercado. O facto de existir uma grande quota de mercado permitiu que a maioria dos utilizadores dos pagamentos móveis utilizassem uma única plataforma sem se depararem com problemas de compatibilidade, muito embora tal suscite preocupações em termos de concentração e potencial estabilidade. A interoperabilidade do dinheiro móvel possibilita, cada vez mais, transações ente utilizadores de diferentes prestadores de serviços.
- Os países da África Oriental, sobretudo na Comunidade da África Oriental, possuem sistemas nacionais de identificação. Estes sistemas facilitam a adoção mais rápida dos pagamentos móveis e possibilitam transações mais seguras.

Caixa. 1.3. Tendências demográficas e disparidades entre homens e mulheres na educação na África Subariana

A população da África Subariana está a crescer rapidamente, o que constitui uma oportunidade para um dividendo demográfico. A população da região poderá duplicar nas próximas três décadas e quadruplicar até ao final do século (Figura 1.3.1). A entrada de um grande número de jovens na vida ativa está associada a um declínio do rácio de dependência, uma vez que as taxas de fertilidade deverão cair face aos níveis atuais. Esta queda do rácio de dependência constitui uma grande oportunidade para a região. De facto, muitas economias em desenvolvimento no sudeste asiático – cujos rácios de dependência diminuíram – testemunharam um dividendo demográfico e um rápido crescimento (FMI 2015b, Aiyar e Mody 2011). Porém, para a região tirar partido do seu dividendo demográfico, não é suficiente a diminuição do rácio de dependência. Este declínio deve ser complementado, por um lado, pela criação de emprego para absorver os jovens recém-chegados ao mercado de trabalho e, por outro, pelo reforço do capital humano através de melhorias na saúde e educação a fim de garantir que os novos trabalhadores entram no mercado de trabalho com melhores salários e em empregos com maior produtividade.

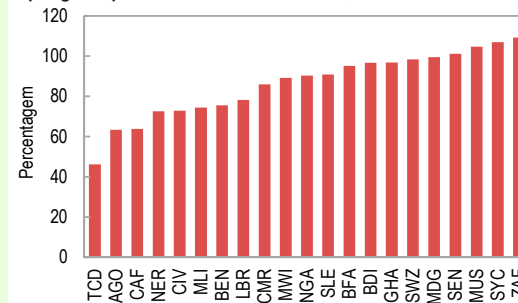
O desenvolvimento do capital humano para apoiar o crescimento implica a redução das disparidades de género na educação o que, por seu turno, exige trabalho em várias frentes. Ainda que a disparidade entre géneros na educação tenha diminuído consideravelmente em muitos países, em alguns países da África Subariana o número de raparigas que se matriculam no ensino secundário por cada quatro rapazes é inferior a três (Figura 1.3.2). A solução passa, em parte, por realizar mais despesa pública na educação. Melhores infraestruturas, em especial, melhorias em termos de saneamento e saúde feminina, e em alguns casos o aumento da idade legal para casar para os homens e as mulheres, são outros fatores que estão associados a menores disparidades educativas entre homens e mulheres em todas as economias em desenvolvimento (Jain-Chandra et al. 2018). Estas políticas devem ser complementadas por medidas para nivelar o terreno a fim de promover a participação das mulheres na economia, nomeadamente num contexto de rápida evolução tecnológica, incluindo a automação. De uma forma geral, estas medidas iriam garantir condições equitativas entre mulheres e homens e poderiam resultar num maior crescimento da produtividade e num reforço da estabilidade (Cuberes e Teignier 2016; Sahay e Cihak 2018).

Figura 1.3.1. África Subariana: Tamanho projetado da população e rácio de dependência



Fonte: Divisão de População das Nações Unidas.

Figura 1.3.2. Países selecionados da África Subariana: Rácio de raparigas/rapazes no ensino secundário, 2016



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Nota: Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

REFERÊNCIAS

- Aiyar, S. e A. Mody. 2011. “The Demographic Dividend: Evidence from the Indian States.” IMF Working Paper 11/38, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Bouis, R. Em breve. “Bank Holdings of Government Securities, Banking Sector Profitability, and Credit to the Private Sector,” IMF Working Paper, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Cuberes, D. e M. Teignier. 2016. “Aggregate Effects of Gender Gaps in the Labor Market: A Quantitative Estimate.” *Journal of Human Capital*. (10) 1: 1–32.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2014a. “Staff Guidance Note on Macroprudential Policy.” Policy Papers, Washington, DC.
- . 2014b. “Staff Guidance Note on Macroprudential Policy—Considerations for Low Income Countries.” Policy Papers, Washington, DC.
- . 2015a. “Making Public Investment More Efficient.” IMF Staff Report, Washington, DC, Junho.
- . 2015b. “How Can Sub-Saharan Africa Harness the Demographic Dividend?” Capítulo 2 em *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2016a. “Methodological Note on EBA-Lite.” Policy Papers, Washington, DC.
- . 2016b. “Spillovers from China: Financial Channels.” Spillover Notes 5, Washington, DC.
- . 2017. “The Impact of Fiscal Consolidation on Growth in sub-Saharan Africa.” Capítulo 2 em *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2018a. “Regional Spillovers in Sub-Saharan Africa: Exploring Different Channels.” Spillover Notes 18/01, Washington, DC.
- . 2018b. “Domestic Revenue Mobilization in Sub-Saharan Africa: What Are the Possibilities?” Capítulo 2 em *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2018c. “Balancing Act: Managing the Public Curse.” *Finance and Development*, Washington, DC, Março.
- . 2019a. “Curbing Corruption.” Capítulo 2 em the *Fiscal Monitor*, Washington, DC, Abril.
- . 2019b. “Fintech and Financial Development in Sub-Saharan Africa: A Game Changer?” African Department Paper 19/04, Washington, DC.
- Jain-Chandra, S., K. Kochhar, M. Newiak, Y. Yang e E. Zoli. 2018. “Gender Equality: Which Policies Have the Biggest Bang for the Buck?” IMF Working Paper 18/105, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Gaspar, V., D. Amaglobeli, M. Garcia-Escribano, D. Prady e M. Soto. 2019. “Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical Investment for the SDGs.” IMF Staff Discussion Note 19/03, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Sahay, R. e M. Cihak. 2018. “Women in Finance: A Case for Closing Gaps.” IMF Staff Discussion Notes 18/05, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Sahay, R., M. Čihák, P. N’Diaye, A. Barajas, R. Bi, D. Ayala, Y. Gao, A. Kyobe, L. Nguyen, C. Saborowski, K. Svirydenka e S. R. Yousef. 2015. “Rethinking Financial Deepening: Stability and Growth in Emerging Markets.” IMF Staff Discussion Notes 18/08, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- South African Reserve Bank (SARB). 2018, Financial Stability Review, Segunda Edição, Pretória.
- Timmer, M. P., G. J. de Vries e K. de Vries. 2015. “Patterns of Structural Change in Developing Countries.” In J. Weiss, & M. Tribe (Eds.), *Routledge Handbook of Industry and Development*. 65–83. Routledge.

2. As Consequências Económicas dos Conflitos

Os conflitos armados nas suas diversas formas e manifestações continuam omnipresentes em todo o mundo.¹ Na África Subsariana, embora se tenha observado uma tendência de declínio na incidência e intensidade dos conflitos desde o início dos anos de 2000, tem-se verificado um ressurgimento da violência nos últimos anos que espelha o aumento mundial dos conflitos. No geral, cerca de um terço dos países da região foram afetados por conflitos nos últimos anos.

Conforme repetidamente demonstrado pela história, os conflitos impõem um sofrimento humano incomensurável e grandes custos económicos e sociais. A perda de vidas humanas, a destruição de infraestruturas, de capital humano e de instituições, a instabilidade política e a maior incerteza associadas aos conflitos podem impedir o investimento e o crescimento económico – não apenas durante o conflito, mas também depois, tornando difícil escapar à “armadilha do conflito”.² Além disso, os conflitos tendem a complicar as finanças públicas, diminuindo as receitas ao destruir parte da base tributária e aumentando a despesa militar, tendo como consequência o aumento dos défices orçamentais e da dívida pública e o afastamento dos recursos da despesa social e do desenvolvimento, o que acentua ainda mais as consequências debilitantes dos conflitos.

A nível regional, os conflitos representam um desafio adicional devido às suas potenciais repercussões. Os conflitos podem alastrar-se aos países vizinhos – um efeito de repercussão direto (Hegre e Sambanis 2006). Podem também ter repercussões indiretas ao reduzir a atividade económica (por exemplo, devido à maior incerteza ou a interrupção do comércio) ou criar pressões sociais (por exemplo, devido a um grande influxo de

refugiados) nos países próximos, mesmo que esses países permaneçam fora do conflito (Murdoch e Sandler 2002; Gomez et al. 2010; Qureshi 2013).

Neste contexto, este capítulo explora as consequências económicas dos conflitos na África Subsariana, centrando-se em quatro questões principais:

- Como evoluiu a prevalência e a intensidade do conflito ao longo do tempo?
- Qual o impacto dos conflitos no crescimento económico, tanto direta como indiretamente, através dos efeitos de repercussão?
- Quais os principais canais através dos quais os conflitos afetam o crescimento económico?
- Quais as implicações orçamentais dos conflitos?

A análise, baseada em dados ao nível de países e de estados de uma amostra de 45 países da África Subsariana no período 1989-2017, mostra que após ter atingido um máximo no final dos anos de 1990, o número de incidentes de conflito e mortes na região diminuiu consideravelmente durante os anos de 2000. Desde 2010, contudo, verificou-se um ressurgimento das mortes relacionadas com conflitos, em especial na região do Sahel – embora permaneçam em níveis inferiores aos observados nos anos de 1990. Acresce que a natureza dos conflitos também mudou nos últimos anos, sendo as tradicionais guerras civis em grande medida substituídas por conflitos que não envolvem o Estado, visando inclusive civis através de ataques terroristas.

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Siddharth Kothari e composta por incluiu Xiangming Fang, Lisa Kolovich, Cameron McLoughlin, Monique Newiak, Rasmane Ouedraogo, Brooke Tenison, Jiaxiong Yao e Mustafa Yenice, sob a supervisão de Mahvash Qureshi e de David Robinson.

¹ Este capítulo usa uma definição abrangente de conflito baseada na Base de Dados de Eventos Georreferenciados de Uppsala, que inclui guerras civis e incidentes terroristas. A atividade criminal é, normalmente, excluída. Ver Anexo Online 2.1 para pormenores relacionados com os dados.

² A “armadilha do conflito” refere-se ao círculo vicioso entre conflitos e desempenho económico, em que os conflitos atrasam o crescimento económico e o desenvolvimento, aumentando, por sua vez, a probabilidade de um conflito (Collier e Sambanis 2002).

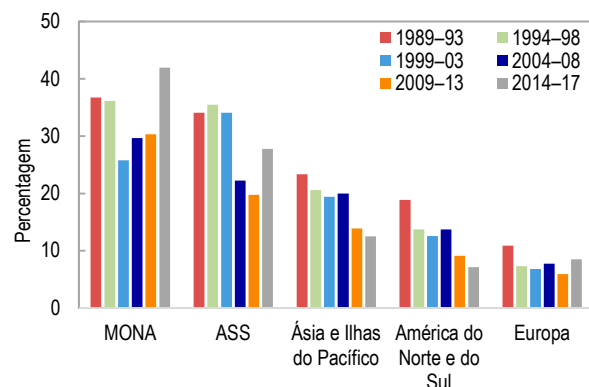
As conclusões apresentadas neste capítulo mostram que o impacto económico dos conflitos na África Subsariana é grande e persistente. Em média, o crescimento anual de países em conflito é cerca de 3 pontos percentuais inferior, e o impacto acumulado sobre o PIB per capita aumenta com o tempo. Este efeito pode ser atribuído sobretudo a conflitos intensos (ou seja, aqueles com, pelo menos, cinco mortes relacionadas com o conflito por milhão de pessoas). Contudo, tendo em conta a intensidade dos conflitos, os que afetam os principais centros económicos e comerciais dentro de um país têm um efeito maior para o crescimento macroeconómico do que os que se localizam na periferia. O efeito dos conflitos também parece ser condicional a determinadas características macroeconómicas, em que instituições e fundamentos orçamentais mais sólidos ajudam na mitigação do impacto económico adverso dos conflitos.

Um menor investimento, comércio e produtividade, em conjunto com a destruição do capital humano e físico (através do deslocamento forçado e dos efeitos devastadores para a educação e os cuidados de saúde) são alguns dos principais canais através dos quais os conflitos impedem o crescimento económico. Em conjunto, estes fatores conduzem a uma diminuição persistente da capacidade produtiva de uma economia, e a análise contrafactual sugere que os conflitos envolvem uma diminuição do PIB real per capita de 15 a 20% ao longo de cinco anos comparativamente a um cenário sem conflito.

Estas conclusões ao nível do país são corroboradas por dados mais granulares de satélite relativos à iluminação noturna ao nível do estado, que mostram uma redução estatisticamente significativa da atividade de iluminação noturna na África Subsariana durante os conflitos, o que indica um forte impacto local dos conflitos sobre o crescimento económico. Além do mais, os dados ao nível dos países indicam fortes efeitos de repercussão dos conflitos, o que sugere que o crescimento é menor nas regiões vizinhas, um impacto de um terço do efeito no estado de origem.

³ A literatura documenta que o desenvolvimento económico, a ausência de inclusividade económica, política e social, uma maior intensidade de recursos e uma fraca capacidade do Estado são impulsores importantes dos conflitos (Blattman e Miguel 2010; Nações Unidas e Banco Mundial 2018).

Figura 2.1. Regiões selecionadas: Parcela de países em conflito



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As figuras mostram a parcela de países-anos em conflito em cada período. MONA = Médio Oriente e Norte de África; ASS = África Subsariana.

Paralelamente ao crescimento, as finanças públicas também se deterioraram significativamente na sequência de conflitos, diminuindo as receitas fiscais reais em mais de 10%, em média, em termos reais nos casos de conflito intenso em comparação aos casos sem conflito. Embora, em média, as conclusões não sugiram um efeito estatisticamente importante dos conflitos no total da despesa pública, a composição desta afasta-se da despesa de investimento e orienta-se para a despesa militar. Por conseguinte, o saldo orçamental deteriora-se e verifica-se um aumento acentuado da despesa pública ao longo do período do conflito.

A análise salienta, assim, os custos significativos e os enormes desafios enfrentados pelos países sujeitos a conflitos, sublinhando a necessidade de evitar que ocorram – incluindo através da promoção do desenvolvimento económico inclusivo e da coesão social.³ Nos países em conflito, os esforços devem centrar-se na limitação da perda de capital humano e físico, protegendo a despesa social e de desenvolvimento, e tentando manter instituições funcionais, de modo a atenuar os efeitos económicos nocivos de longo prazo dos conflitos. Ainda que seja talvez uma tarefa hercúlea tendo em conta as pressões orçamentais, uma ajuda humanitária bem orientada e coordenada e a assistência financeira concessional podem assegurar algum alívio e ajudar a criar espaço para dar resposta aos devastadores

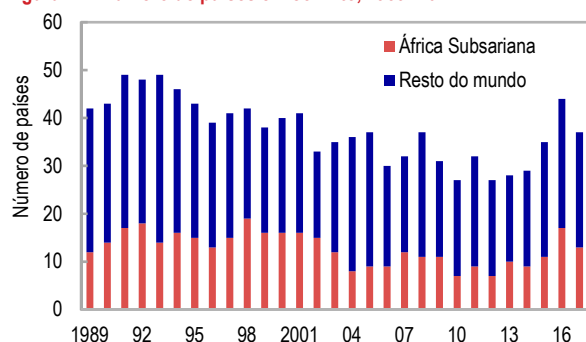
efeitos dos conflitos. Além disso, a assistência pode ser também essencial para os países sujeitos a repercussões dos conflitos com vista a proteger as populações deslocadas e a aliviar as pressões económicas e sociais muitas vezes geradas nos países de acolhimento.

PREVALÊNCIA E INTENSIDADE DOS CONFLITOS

A África Subariana tem sido prejudicada pelos conflitos ao longo das últimas décadas, embora a intensidade, a natureza e a distribuição geográfica dos conflitos tenham variado com o tempo. A região foi particularmente propensa a conflitos nos anos de 1990, com cerca de 15 países afetados por conflitos entre 1990–99 (cerca de 35% do número total de países na região; Figura 2.1).⁴ Seguindo a tendência de declínio global, o número médio de países em conflito na região desceu para nove entre 2004–12. No entanto, esta tendência inverteu-se nos últimos anos, tendo o número de países em conflito atingido um máximo de 17 em 2016 (Figura 2.2).⁵

Os conflitos na África Subariana têm sido particularmente mortíferos. Embora o número exato de mortes relacionadas com conflitos seja difícil de avaliar, em especial no caso de conflitos generalizados e persistentes, as estimativas sugerem que somente nos anos de 1990, as mortes relacionadas com conflitos verificadas ascenderam a 825

Figura 2.2. Número de países em conflito, 1989–2017



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os países classificados como em conflito são aqueles que registam pelo menos 25 mortes relacionadas com conflitos.

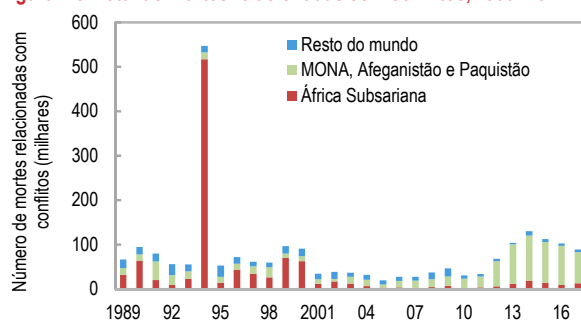
⁴ De acordo com o Programa de Dados de Conflitos de Uppsala, um país é definido como estando em conflito se apresentar, pelo menos, 25 mortes relacionadas com o conflito num ano civil. Ver o Anexo Online 2.1 e Sundberg e Melander (2013) para mais pormenores.

⁵ A diminuição de conflitos na região durante os anos de 2000 foi atribuída a diversos fatores, incluindo o final da Guerra Fria e o reforço dos mecanismos de redução de conflitos, em especial, ações internacionais de manutenção da paz e a diplomacia regional (ver Strauss 2012).

000 (mais de dois terços das mortes mundiais em conflitos). O elevado número de mortes foi provocado pelo genocídio dos tutsi no Ruanda, a guerra Eritreia-Etiópia e a violência prolongada em Angola, Libéria, República Democrática do Congo, e Serra Leoa. Dado que muitos destes conflitos terminaram no início dos anos de 2000, o número de mortes relacionadas com conflitos na região desceu acentuadamente, alcançando o seu nível mínimo de cerca de 2 200 mortes em 2010. O ressurgimento da violência nos últimos anos, contudo, implica um aumento das mortes relacionadas com conflitos, situando-se, em média, em cerca de 14 000 por ano desde 2014 (um número expressivo, ainda que bem abaixo da média de 82 000 verificada durante os anos de 1990; Figura 2.3). Este aumento reflete a tendência mundial de um aumento das mortes relacionadas com conflitos, impulsionado em grande medida pela violência no Médio Oriente, em especial na Síria.

O número de mortes relacionadas com conflitos em relação à população total – uma medida da intensidade do conflito – mostra também uma tendência variável ao longo do tempo. Em oito países da África Subariana, em média, o rácio mortes relacionadas com conflito/população situava-se no quartil superior da distribuição mundial nos anos de 1990, mas o número de países na região com esse tipo de conflitos intensos caiu

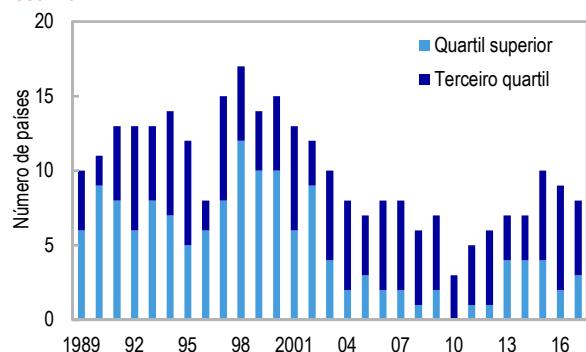
Figura 2.3. Total de mortes relacionadas com conflitos, 1989–2017



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no número de mortes comprovadas. As estimativas podem representar o limite inferior, na medida que os relatos da imprensa e as fontes históricas talvez não captem todos os eventos de conflitos. MONA = Médio Oriente e Norte de África.

Figura 2.4. África Subsariana: Países em conflito de alta intensidade, 1989–2017



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os países são distribuídos em quintis com base na distribuição mundial de mortes relacionadas com conflitos como parcela da população (entre os países em conflito). O quartil superior corresponde a cerca de 29 mortes relacionadas com conflitos por milhão.

para zero em 2010. Contudo, verificou-se um ressurgimento de conflitos mortíferos recentemente: desde 2013, cerca de quatro países (em média) viveram conflitos intensos, enquadrando-se no quartil superior (nomeadamente, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, o Sudão do Sul, e vários países do Sahel; Figura 2.4).

Distribuição dos conflitos

Em toda a região, a distribuição geográfica dos conflitos alterou-se um pouco com o tempo. O sul de África tornou-se relativamente pacífico desde a mudança do século, mas os conflitos continuam generalizados noutros locais (Tabela 2.1; Figura

Tabela 2.1 África Subsariana: Parcela de países em conflito por região geográfica e classificação económica

1. Regiões geográficas		
	Pré 2000	Pós 2000
África Central	42.4	36.4
África Oriental	35.2	27.4
África Ocidental	35.2	24.4
África Austral	20.0	1.1
2. Por nível de recursos		
	Pré 2000	Pós 2000
Exportadores de petróleo	52.0	39.9
Outros países ricos em recursos	35.2	25.2
Países não ricos em recursos	29.3	20.5

Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A Tabela mostra a percentagem de países-anos em conflito num grupo. Ver na Tabela 2.2 do Anexo online as classificações dos países.

⁶ Neste capítulo, considera-se que a região do Sahel inclui o Burkina Faso, os Camarões, o Chade, o Mali, o Níger e a Nigéria. Os Estados incluídos na Bacia do Lago Chade são: Estados de Yobe, Borno e Adamawa na Nigéria; o círculo de Diffa no Níger, a região de Lac no Chade e o Extremo-Norte nos Camarões.

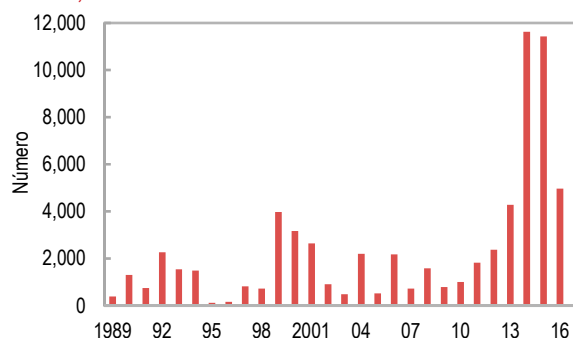
2.4 do Anexo Online). Entre os diferentes tipos de países (países ricos em recursos e países não ricos em recursos), o conflito continua a prevalecer mais entre os exportadores de petróleo e menos entre os países não ricos em recursos.

Embora a prevalência mundial de conflitos nos anos de 2000 tenha diminuído nas regiões e nos grupos de países comparativamente aos anos de 1990, a região do Sahel vivenciou um aumento significativo da violência no período após 2000, em especial desde 2010 (Figura 2.5). Nos países do Sahel, a Bacia do Lago Chade (onde a Nigéria, os Camarões, o Chade e o Níger partilham uma fronteira) assistiu a um aumento particularmente significativo da violência no período 2010–17, e o número de mortes na região representou 77% de todas as mortes relacionadas com conflitos no Sahel, e cerca de 40% de todas as mortes relacionadas com conflitos na África Subsariana (Figura 2.6).⁶

Natureza do conflito

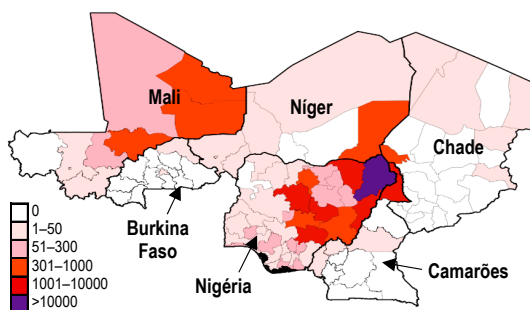
Em princípio, os conflitos podem ser distinguidos segundo várias dimensões – por exemplo, os intervenientes envolvidos (Estado versus não Estado), motivação (religiosa, política, étnica), localização (nacional versus internacional, central versus periférica), etc. Na prática, todavia, as classificações não costumam ser mutuamente exclusivas e tendem a envolver algum julgamento subjetivo. Além disso, pode não se dispor da informação necessária para efeitos de classificação.

Figura 2.5. Número de mortes relacionadas com conflitos na região do Sahel, 1989–2017



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

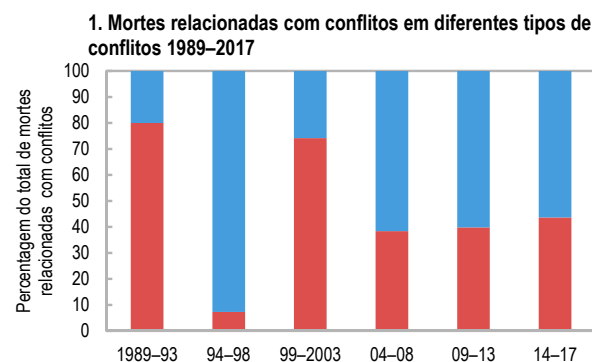
Figura 2.6. Distribuição das mortes relacionadas com conflitos na região do Sahel, 2011–17



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Apesar destas limitações, este capítulo utiliza as informações disponíveis sobre conflitos que envolvem o Estado e aqueles que não envolvem o Estado (mas que envolvem outros grupos armados organizados) para diferenciar entre os tipos de conflitos. Ele mostra que conflitos de grande escala, baseados no Estado como os de Angola, Eritreia, Etiópia e Serra Leoa contribuíram largamente para mortes relacionadas com conflitos na África Subsaariana no período anterior a 2000 (Figura 2.7, painel 1).⁷ Desde então, contudo, a percentagem de mortes decorrentes de conflitos não baseados

Figura 2.7. África Subsaariana: Natureza do conflito



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O período de 1994–98 inclui o genocídio dos Tutsis em Ruanda, que é classificado como um conflito que não envolve o Estado por ter como alvo populações civis.

⁷ A Base de Dados Georreferenciados de Uppsala define conflitos como baseados no Estado (entre dois grupos organizados em que, pelo menos, uma parte é o Governo), não baseados no Estado (entre dois grupos organizados, em que nenhum é um Governo) e unilateral (em que um grupo organizado – quer um Governo ou um interveniente não governamental – visa civis). Uma vez que a maioria dos conflitos unilaterais envolve intervenientes não estatais, neste capítulo as duas últimas categorias serão conjuntamente referidas como conflitos não baseados no Estado.

⁸ Os dados sobre incidentes terroristas da Base de Dados Mundial sobre o Terrorismo estão sujeitos a uma quebra estrutural em 2012 em consequência de uma alteração na metodologia de recolha de dados que aumentou, provavelmente, o número registado de incidentes. O período após 2012, todavia, usa uma metodologia consistente, o que significa que o aumento acentuado de incidentes terroristas após 2013 não resulta da alteração de metodologia, mas representa antes um verdadeiro aumento da atividade terrorista (ver o Anexo Online 2.1 para mais informações).

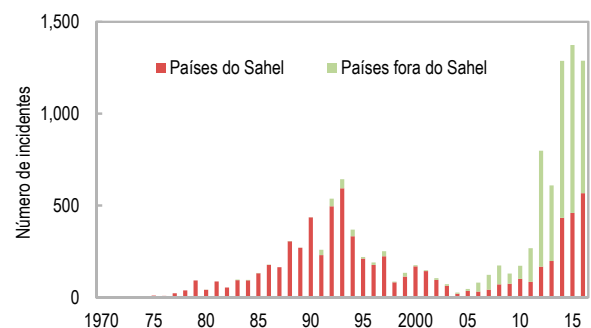
no Estado – definida em termos abrangentes para incluir conflitos entre dois grupos armados não-governamentais, assim como eventos violentos como ataques terroristas, em que grupos armados organizados visam civis – aumentou consideravelmente. O número de incidentes terroristas aumentou não apenas na região do Sahel, mas também noutros locais, sendo a Nigéria, o Quênia e a República Democrática do Congo os países mais afetados (Figura 2.7, painel 2; Figura 2.2 do Anexo Online).⁸

Persistência do conflito

O conflito na África Subsaariana tende a ser persistente, embora exista uma variação considerável na duração dos conflitos na região (Figura 2.7 do Anexo). Embora alguns países, como a República Democrática do Congo e a Nigéria têm estado envolvidos em alguma forma de conflito ao longo da maioria do período da amostra (29 anos e 27 anos, respetivamente), a duração média dos conflitos na região é de cerca de quatro anos.

No entanto, a persistência dos conflitos diminuiu em geral ao longo do tempo: a probabilidade de um

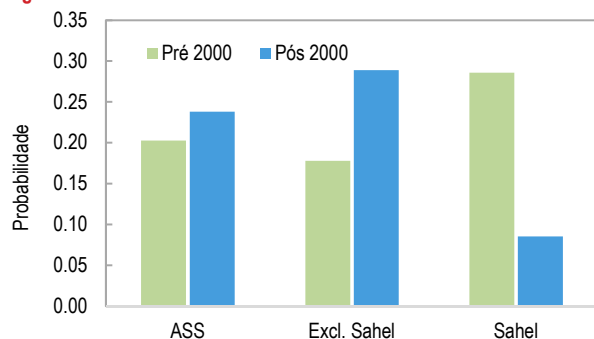
2. África Subsaariana: Incidentes de terrorismo, 1970–2016



Fontes: Base de Dados Mundial sobre o Terrorismo; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Cálculos sujeitos à mudança na metodologia da Base de Dados Mundial sobre o Terrorismo em 2012 (mais pormenores disponíveis no anexo online).

Figura 2.8. África Subsariana: Probabilidades de saída de conflitos



Fontes: Base de Dados de Eventos Georreferenciados (GED) de Uppsala; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Indica a probabilidade de um país não estar em conflito no próximo ano, condicionada ao facto de estar em conflito no presente.

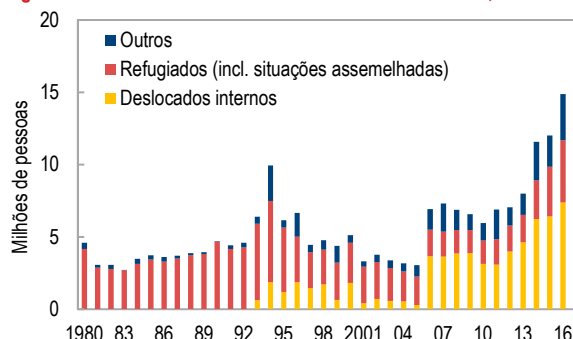
país sair do conflito aumentou de 20% no período anterior a 2000 para cerca de 24% posteriormente. Todavia, esta tendência agregada não se aplica à região do Sahel, onde os conflitos se tornaram consideravelmente mais persistentes nos anos após 2000 (Figura 2.8; Tabela 2.3 do Anexo Online).

Deslocação de população

Uma das principais consequências dos conflitos na África Subsariana, bem como em outras regiões, é a deslocação das populações. Tal envolve custos económicos, orçamentais e sociais significativos para a região envolvida no conflito mas também, com frequência, para as regiões próximas que acolhem os deslocados. Com o tempo, o número de pessoas em dificuldade (tal como reconhecidas pelas Nações Unidas) dos países da África Subsariana – incluindo os deslocados internos, requerentes de asilo e refugiados – mais do que triplicou, passando de menos de 5 milhões nos anos de 1980 para 18 milhões em 2017 (Figura 2.9), com conflitos mais intensos a implicar normalmente maiores populações deslocadas (Figura 2.9 do Anexo Online).

Em particular, em 2017, a maioria dos quase 6 milhões de refugiados e 1 milhão de requerentes de asilo provenientes da África Subsariana reasentaram na região; um número relativamente pequeno foi cadastrado como refugiados em economias avançadas (Figura 2.10). Os refugiados representavam mais de 3% da população do Chade e do Uganda em 2017 (somente a Jordânia, o

Figura 2.9. Pessoas em dificuldade na África Subsariana, 1980–2017

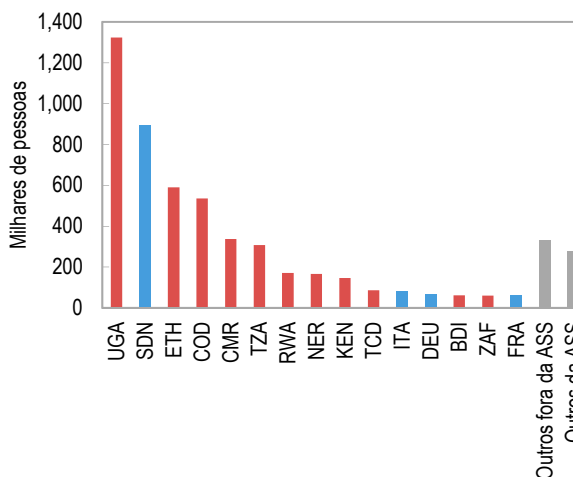


Fonte: Base de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Nota: A disponibilidade de dados sobre os deslocados internos anteriores a 2006 é limitada. A categoria outros abrange os requerentes de asilo, refugiados retornados, deslocados internos retornados, apátridas, outras pessoas em dificuldades.

Líbano, e a Turquia, após a crise síria, têm um rácio refugiados/população superior; ver a Figura 2.8 do Anexo).⁹ Similarmente, o número de deslocados internos na região quintuplicou – passando de menos de 2 milhões para 10 milhões ao longo das duas últimas décadas (Figura 2.10 do Anexo). A República Democrática do Congo (4,4 milhões de pessoas), o Sudão do Sul (1,9 milhões) e a Nigéria (1,7 milhões) apresentam os números mais elevados de deslocados internos, comparáveis, em determinada medida, aos números de deslocados na Síria e no Iraque em 2017 (6,2 e 2,6 milhões, respetivamente; Figura 2.11 do Anexo Online).

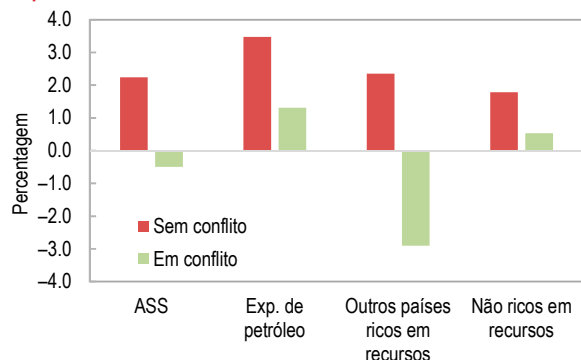
Figura 2.10. Destino dos refugiados da África Subsariana, 2017



Fonte: Base de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Nota: Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

⁹ Ver Banco Mundial (2016) para consultar um estudo detalhado sobre a experiência de gestão de refugiados no Uganda, incluindo o papel das leis progressivas dos refugiados no Uganda relativas ao movimento e acesso dos refugiados aos mercados de trabalho.

Figura 2.11. África Subariana: Taxa média de crescimento por tipo de país

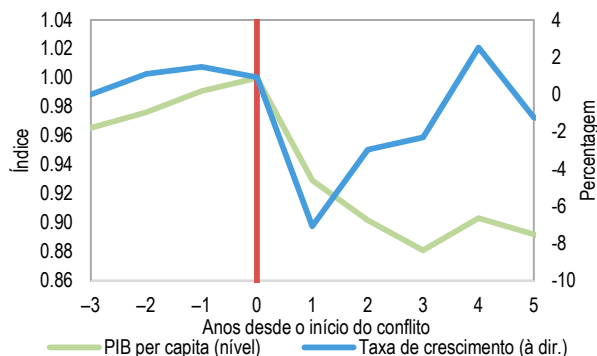
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Define-se como em conflito um país que regista 25 mortes ou mais relacionadas com conflitos num dado ano.

CONFLITO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Como é que o conflito afeta o crescimento económico na África Subariana? Uma comparação simples das taxas de crescimento económico em casos de conflito e sem conflito sugere que o crescimento do PIB real é, em média, cerca de 2,5 pontos percentuais inferior onde há conflito (Figura 2.11), e o crescimento é o menor em casos de conflito de alta intensidade (Figura 2.13 do Anexo). O crescimento tende a ser inferior nos casos de conflito em todos os grupos de países, mas os exportadores de matérias-primas (em especial, exportadores de matérias-primas não petrolíferas) sofreram mais. Isso reflete, em parte, os conflitos intensos em muitos destes países (Libéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Serra Leoa; ver Figura 2.11).

Nos casos em que o início de episódios de conflito intenso pode ser claramente identificado, o efeito do conflito para o crescimento é visto, em geral, como mais pronunciado no primeiro ano de conflito, após o qual diminui gradualmente (Figura 2.12).¹⁰ No entanto, dado que as taxas de crescimento

Figura 2.12. África Subariana: Episódios de conflitos: Taxas de crescimento e perda acumulada do PIB per capita

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base em 11 episódios de conflitos definidos na Tabela 2.9 do Anexo online. Taxas de crescimento medianas de 11 episódios de conflito em cada horizonte. PIB per capita indexado = 1 no ano anterior ao início do conflito e taxa de crescimento mediana usada para construir as perdas acumuladas.

permanecem negativas, em média, ao longo de um período de tempo prolongado, o efeito acumulado para o produto aumenta, sendo o PIB real per capita 12% inferior cinco anos após o início do conflito (Figura 2.12).

Estes resultados são confirmados por uma análise empírica mais rigorosa, que — embora controle outras determinantes do padrão do crescimento — mostra que os conflitos têm um efeito negativo significativo no crescimento económico na África Subariana. Um aumento da medida de intensidade do conflito de país sem conflito para o quartil superior de conflito (29 mortes relacionadas com conflitos por milhão de pessoas) está, em média, associado a uma redução do PIB real per capita de 3,2 pontos percentuais ao ano (Figura 2.13).¹¹ Estes resultados mantêm-se normalmente se abordarmos potenciais preocupações de causalidade inversa do crescimento no conflito usando uma variedade de abordagens.¹²

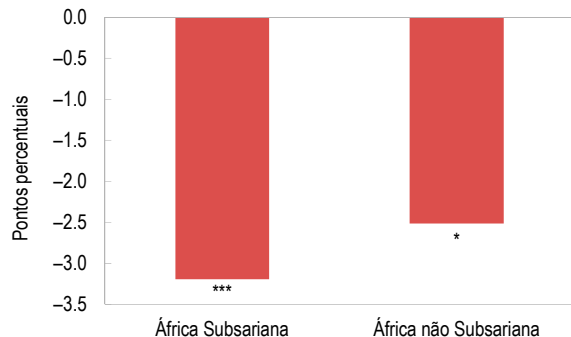
O efeito do conflito deriva sobretudo dos conflitos mais intensos (ou seja, aqueles que envolvem, pelo

¹⁰ Os casos de conflito considerados são Libéria, 1990; Serra Leoa, 1991; Burundi, 1993; República Democrática do Congo, 1996; República do Congo, 1997; Etiópia, 1998; Eritreia, 1998; Guiné-Bissau, 1998; Côte d'Ivoire, 2002; Mali, 2012 e República Centro-Africana, 2013. Ver Tabela 2.9 do Anexo para mais pormenores.

¹¹ Tendo em conta as observações extremas na medida do rácio mortes/população, a análise considera a medida em termos de percentil nas regressões de crescimento. Ver no Anexo Online os pormenores técnicos.

¹² Mais especificamente, os resultados são robustos à aplicação da metodologia das diferenças e do método de momentos generalizado, em que o conflito é processado com valores desfasados (ver Anexo Online), assim como para considerar episódios de conflito individuais que não foram precedidos por um período de atividade económica particularmente fraca (ver discussão a seguir). Os resultados são também robustos para usar uma variável alternada de conflito baseada na Base de Dados de Conflitos Armados de Uppsala, que inclui apenas os conflitos que envolvem o Estado, mas fornece informações que remontam a 1946.

Figura 2.13. Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento: Impacto sobre o crescimento da intensificação do conflito



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no aumento da intensidade do conflito, de sem conflito para o 75.º percentil. Para mais pormenores, ver Tabela 2.4 do Anexo online, colunas 1 e 2. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

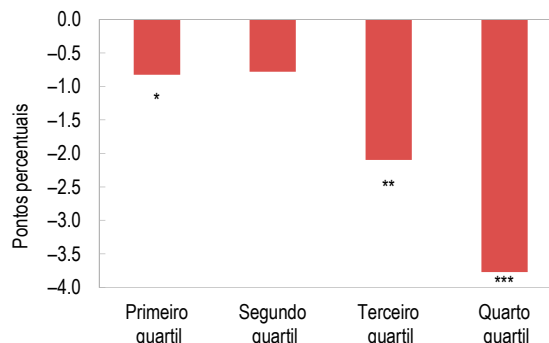
menos, cinco mortes relacionadas com o conflito por milhão de pessoas; Figura 2.14). Este resultado é similar ao obtido por Rother et al. (2016), que também documentou efeitos maiores no caso de conflitos mais intensos no Médio Oriente e no Norte de África. Acresce que existem evidências de a violência nos centros económicos/urbanos dos países ter um efeito mais pronunciado sobre o crescimento do que a que ocorre nas periferias (Tabela 2.4 do Anexo Online). Em termos de tipo de conflito, não existem evidências fortes de um efeito diferencial e tanto os conflitos baseados no Estado como os não baseados têm um impacto estatisticamente forte para o crescimento (Figura 2.12 do Anexo Online; Tabela 2.7 do Anexo Online).

O efeito dos conflitos no crescimento parece, contudo, ser condicional a algumas características macroeconómicas – nomeadamente, a qualidade institucional e os fundamentos orçamentais – no início do conflito (Figura 2.15). Mais especificamente, um aumento da intensidade do conflito está associado a um crescimento 1,5 pontos percentuais inferior em países com instituições relativamente robustas (definidas como enquadrando-se no quartil superior da distribuição do Índice de Qualidade Institucional) por comparação com 3 pontos percentuais naqueles com instituições mais fracas (no quartil inferior da distribuição).¹³ Da mesma forma, os países com fundamentos orçamentais mais fracos em termos de défices ou de dívida superiores

¹³ Embora o efeito dos conflitos possa estar condicionado à solidez das instituições, os conflitos podem igualmente minar a qualidade institucional, exacerbando ainda mais as suas consequências negativas.

¹⁴ Entre outros fatores, os resultados também mostram uma associação estatisticamente significativa do crescimento e o investimento e a abertura comercial. Ver o Anexo Online 2.1 para mais pormenores.

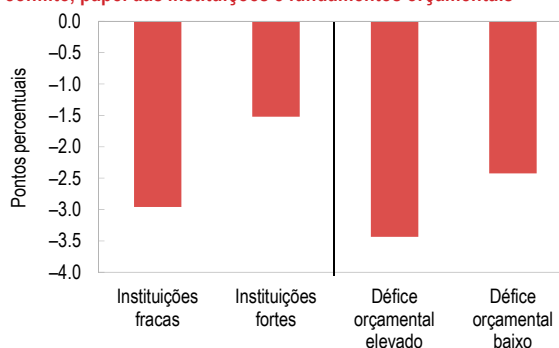
Figura 2.14. África Subsariana: Efeito sobre o crescimento de diferentes níveis de intensidade de conflitos



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os quartis são baseados na distribuição mundial de mortes como parcela da população (entre os países com ao menos 1 morte). As barras indicam a diferença em relação aos casos sem conflito. Com base nos resultados das regressões na coluna 1 da Tabela 2.6 do Anexo online. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

Figura 2.15. Impacto sobre o crescimento da intensificação do conflito, papel das instituições e fundamentos orçamentais



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no aumento da intensidade do conflito, de sem conflito para o 75.º percentil. Por definição, “instituições fracas” refere-se aos países situados no 25.º percentil do índice ICRG de qualidade institucional, e “instituições fortes” aos países no 75.º percentil. Os défices elevados e baixos correspondem a saldos orçamentais de -5 e 0 por cento, respetivamente. Para mais pormenores, ver Tabela 2.4 do Anexo online, colunas 4 e 5.

registam uma maior diminuição do crescimento, presumivelmente por existir menos espaço para dar resposta à destruição provocada pelo conflito. Em particular, um país com um défice orçamental negligenciável apresenta uma diminuição do crescimento de 2,4 pontos percentuais quando se inicia o conflito face a uma diminuição de 3,4 pontos percentuais nos países com um défice orçamental de 5% do PIB (Figura 2.15; Tabela 2.4 do Anexo).¹⁴

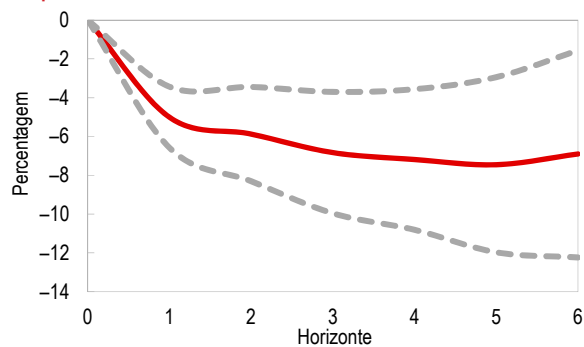
Ademais, os efeitos dos conflitos são dinâmicos, durando, pelo menos, cinco anos após o início do conflito (Figura 2.16). Estima-se que o início de um conflito de alta intensidade (29 mortes relacionadas com o conflito por milhão ou o 75.º percentil da distribuição) diminua o crescimento per capita em 5% no primeiro ano, situando-se o efeito em cerca de 7,5% passados cinco anos e mantendo-se estatisticamente significativo.

Canais de perturbação

Quais são os principais canais através dos quais os conflitos tendem a ter estes efeitos elevados e persistentes? A análise empírica mostra que o investimento e o comércio – importantes impulsores do crescimento económico na África Subariana – são ambos consideravelmente afetados pelos conflitos. O aumento da intensidade do conflito de país sem conflito para o quartil superior está associado a um menor crescimento do investimento real de 4,5 pontos percentuais, provocado, em parte, por um declínio do crescimento do crédito ao setor privado. Além disso, os conflitos também reduzem o crescimento das exportações e da produtividade em 5,5 e 1,3 pontos percentuais, respetivamente (Figura 2.17).

Este declínio da produtividade, do investimento e do crescimento das exportações na sequência de um conflito pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo maiores preocupações relativas à segurança que dificultam a condução normal dos negócios, a interrupção das rotas comerciais

Figura 2.16. Resposta a impulso do PIB per capita em resposta a choques na intensidade do conflito



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no aumento da intensidade do conflito no 75.º percentil da distribuição mundial utilizando o método de projeção local (ver Anexo 2.1 online). As linhas tracejadas a cinza indicam o intervalo de confiança de 90 por cento.

normais (conforme ocorreu, por exemplo, à volta da Bacia do Lago Chade devido à insurgência do Boko Haram; ver AFD 2018), a destruição de capital humano e infraestrutura física, a deslocação de mão-de-obra qualificada, a perturbação e o enfraquecimento das instituições e um aumento da incerteza económica e política gerais que levam os investidores a postergar investimentos com horizontes longos.

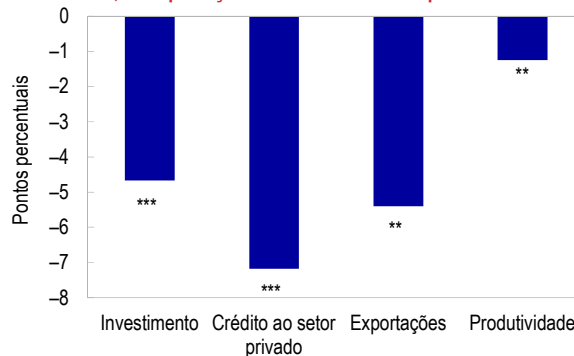
Bem-estar social

Que os conflitos destroem capital humano é evidente pelo seu impacto sobre os resultados em matéria de educação e saúde. Em média, as taxas de escolaridade no ensino primário de raparigas e rapazes são quase 13 e 9 pontos percentuais mais baixas, respetivamente, em casos de conflitos intensos do que em casos sem conflito (Figura 2.18, painel 1).

No que se refere aos resultados em matéria de saúde, a esperança de vida diminui significativamente durante os conflitos, em parte devido a mortes diretamente relacionadas com o mesmo. No entanto, outros indicadores de saúde – como a mortalidade materna – também se deterioram (Figura 2.18, painel 2).

Acresce que mulheres e crianças são, com frequência, desproporcionadamente afetadas pelos conflitos em termos de taxas de desnutrição infantil superiores e de um aumento da violência de género, o que dificulta o acesso das mulheres a educação

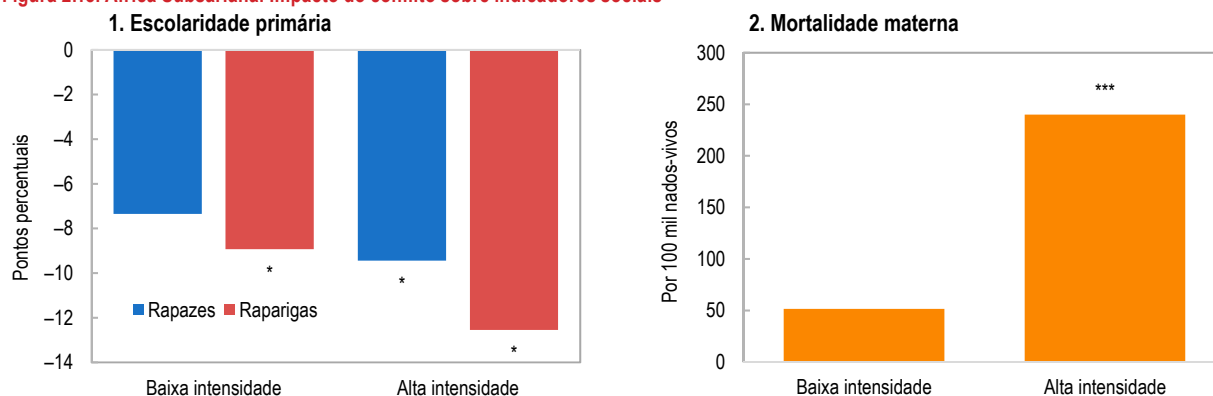
Figura 2.17. África Subariana: Impacto do conflito sobre o investimento, as exportações e o crescimento da produtividade



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no aumento da intensidade do conflito, de sem conflito para o 75.º percentil. Ver Tabela 2.8 do Anexo online para mais pormenores. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

Figura 2.18. África Subsariana: Impacto do conflito sobre indicadores sociais



Fontes: Base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

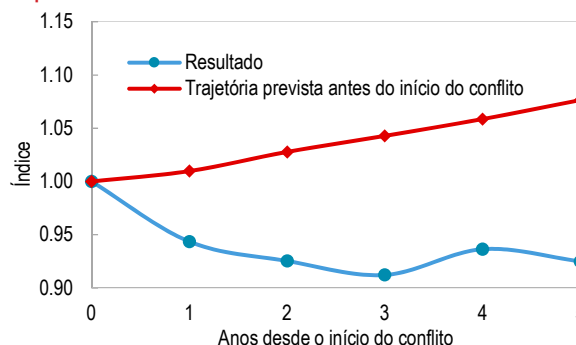
Nota: As barras mostram a diferença entre a escolaridade primária e a mortalidade materna em relação ao caso sem conflito, controlando os efeitos temporais fixos e dos níveis de rendimento (desfasados). “Baixa intensidade” se refere a conflitos abaixo da mediana e “Alta intensidade” se refere a conflitos acima da mediana na distribuição mundial das mortes relacionadas com conflitos como parcela da população. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

e a oportunidades de emprego (Caixa 2.1). Estas consequências sociais dos conflitos, frequentemente de grande alcance e duradouras, ajudam a explicar o efeito persistente dos conflitos no crescimento.

Perdas permanentes de produto

Considerando o impacto adverso dos conflitos para o crescimento económico e o bem-estar social, qual a dimensão da perda de produto no longo prazo? Embora seja difícil prever a situação contrafactual do produto se o conflito não tivesse ocorrido, a comparação do PIB real per capita projetado antes do início do conflito com o produto efetivo após o início do conflito pode ser ilustrativa. Usando as previsões da base de dados do World Economic Outlook do FMI, uma comparação dos 10 maiores conflitos na África Subsariana revela que no início do conflito ($t = 1$), a taxa de crescimento mediana efetiva desaba para 6%, comparativamente à taxa de crescimento projetado de quase 1% – o que implica uma redução do PIB real per capita de cerca de 7% (Figura 2.19).¹⁵ Cinco anos após o início do conflito, o PIB per capita é, em média, 8% inferior ao seu nível antes do conflito por comparação a um aumento projetado de 7%, o que sugere uma diminuição do PIB per capita de cerca de 15% em consequência do conflito.

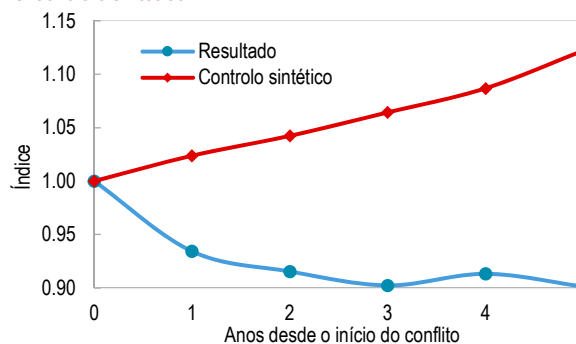
Figura 2.19. África Subsariana: Índice do PIB real per capita, efetivo vs. previsto



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base em 10 episódios de conflito indicados na Tabela 2.9 do Anexo online.

Figura 2.20. África Subsariana: Índice do PIB real per capita, efetivo vs. controlo sintético



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base em 10 episódios de conflito indicados na Tabela 2.9 do Anexo online. Pormenores sobre a metodologia de controlo sintético podem ser consultados na Secção III do Anexo 2.1 online.

¹⁵ Para explicar qualquer viés de otimismo, as previsões do WEO para cada país são ajustadas pelo desvio médio nas previsões de crescimento. Ver o Anexo Online 2.1 para mais pormenores. Os 10 casos incluem todos os episódios indicados na Tabela 2.9 do Anexo, exceto a Libéria (1990), uma vez que as projeções do WEO só estão disponíveis a partir de 1991. Ver a Figura 2.17 do Anexo para informações sobre casos de países individuais.

Estas conclusões são similares às obtidas na abordagem de controlo sintético na qual, para cada episódio de conflito, se cria um grupo de controlo sintético (uma média ponderada de países sem conflito) com características semelhantes às do país em conflito antes do início da violência. Os resultados mostram que após cinco anos de conflito, o grupo sintético registou um aumento do PIB per capita de 12% em média face a uma diminuição de 10% nos casos em conflito (Figura 2.20).¹⁶

IMPACTO ESPACIAL DO CONFLITO

Os conflitos na África Subariana localizam-se e concentram-se com frequência em regiões particulares de um país – de facto, na condição de um país estar em conflito, em média, apenas 40% dos estados do país registam mortes relacionadas com o conflito (Figura 2.14 do Anexo). Assim, é improvável que o impacto dos conflitos seja uniforme em todo o país. No entanto, a ausência de dados disponíveis sobre a atividade económica ao nível espacial desagregado dificulta a avaliação do impacto do conflito a nível local, ou as suas potenciais repercussões a regiões próximas nos (ou entre) países.

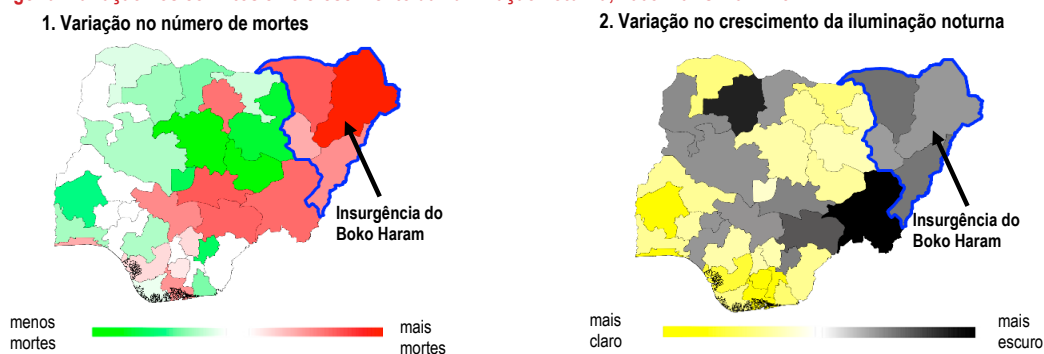
Para analisar os efeitos localizados e as repercussões dos conflitos usa-se dados de iluminação noturna registados por satélite em substituição da

atividade económica real. Com base nestes dados, comprova-se que a atividade económica no nordeste da Nigéria, por exemplo, diminuiu depois de 2010 quando a insurgência do Boko Haram se tornou mais violenta (Figura 2.21).

A análise econométrica confirma que existe, estatística e economicamente, um forte efeito adverso do conflito no crescimento da iluminação noturna ao nível dos estados. Os conflitos que resultam em 100 mortes (próximo da mediana da distribuição das mortes relacionadas com conflitos ao nível estatal) estão associados a, em média, um crescimento inferior em 17 pontos percentuais da atividade de iluminação noturna na África Subariana – o que se traduz num crescimento do PIB real cerca de 6,5% inferior a nível estatal (Figura 2.22).

Para além do efeito direto do conflito na África Subariana existem também evidências de repercussões do conflito em países vizinhos, embora o efeito diminua com a distância ao vizinho. Mais especificamente, controlando os efeitos fixos do estado e do tempo, conclui-se que 100 mortes nos países vizinhos num raio de 500 quilómetros estão associadas a uma redução do crescimento de cerca de 2 pontos percentuais, ao passo que o efeito é estatisticamente insignificante no caso de países mais distantes (Figura 2.22).¹⁷

Figura 2.21. Nigéria: Variação nos conflitos e no crescimento da iluminação noturna, 2008–10 vs. 2011–13



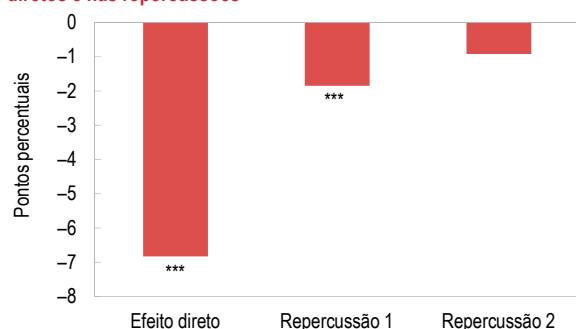
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Para cada estado, o painel 1 ilustra a diferença no número de mortes no período 2011–13 em comparação a 2008–10 e o painel 2 ilustra a diferença no crescimento médio da iluminação noturna entre os mesmos dois períodos.

¹⁶ Os casos incluem todos os episódios na Tabela 2.9 do Anexo exceto Eritreia, para a qual não estão disponíveis dados sobre variáveis de controlo.

¹⁷ Cada vez mais a literatura mostra que a atividade de iluminação noturna é uma boa substituta do PIB real (Henderson, Storeygard e Weil 2012; Figura 2.15 do Anexo Online). A natureza independente da atividade da iluminação noturna torna esta medida de atividade económica real menos suscetível a erro de medição sistemático, sendo assim uma variável útil para casos de conflito quando os dados sobre a atividade económica tendem a não estar disponíveis ou a não serem fiáveis. Ver no Anexo Online 2.1 os pormenores técnicos sobre os dados e a metodologia de estimativa.

Figura 2.22. África Subsariana: Conflito e atividade económica ao nível de estados com base na iluminação noturna, nos efeitos diretos e nas repercussões



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Impacto de 100 mortes ao nível de estados. Presume uma elasticidade de 2,5 entre a iluminação noturna e o PIB. Efeito direto = efeito de mortes no próprio estado; Repercussão 1 = efeito de mortes nos estados, num raio de 500 km; Repercussão 2 = efeito de mortes nos estados, entre 500 e 1.000 km de distância. As barras baseiam-se nos resultados reportados na coluna 1 da Tabela 2.11 do Anexo online.

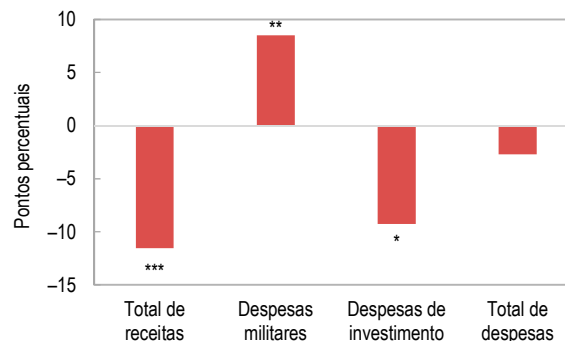
IMPLICAÇÕES ORÇAMENTAIS DO CONFLITO

O conflito pode ter efeitos consideráveis tanto do lado da receita como da despesa das finanças públicas de um país. Tal limita a capacidade de o Governo responder a conflitos de uma forma eficaz, agravando, assim, os seus custos económicos e sociais. Do lado da receita, os conflitos podem reduzir as arrecadações perturbando a atividade económica, destruindo parte da base tributária e reduzindo a eficiência da administração tributária.

Existem evidências de estes canais serem potencialmente importantes para a África Subsariana, onde um aumento da intensidade do conflito de sem conflito para o quartil superior dos conflitos está associado a uma diminuição da receita total de cerca de 12% em termos reais ou de cerca de 2% enquanto percentagem do PIB (Figura 2.23; Tabela 2.17 do Anexo Online).

Do lado da despesa, um aumento da intensidade do conflito está associado a, em média, uma despesa orçamental militar real 9% superior (ou cerca de 0,6% do PIB), ao passo que a despesa de investimento real diminui cerca de 9%. Por conseguinte, a despesa pública total não aumenta significativamente durante os conflitos. Tal sugere que as preocupações com segurança provocam uma mudança na despesa, passando de despesas

Figura 2.23. África Subsariana: Impacto do aumento de conflitos sobre o crescimento real das variáveis orçamentais



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

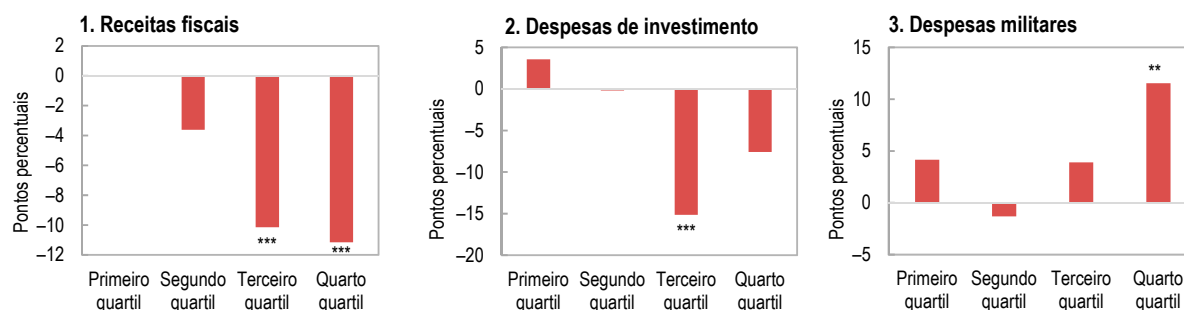
Notas: Com base no aumento da intensidade do conflito, de sem conflito para o 75.º percentil. Com base nos resultados das regressões reportadas na Tabela 2.13 do Anexo online, colunas 1, 3, 4 e 6, respetivamente. As variáveis são corrigidas pela inflação.

de investimento que favorecem o crescimento para despesas militares (Figura 2.23). Além disso, o efeito líquido de um aumento da intensidade do conflito envolve, conseqüentemente, um aumento do défice orçamental de cerca de 1,7% do PIB (Tabela 2.17 do Anexo Online).

À semelhança do crescimento económico, os efeitos orçamentais do conflito derivam sobretudo da elevada intensidade dos conflitos. Tanto a receita real como as despesas de capital real diminuem significativamente quando a intensidade do conflito se situa nos quartis superiores, ao passo que a despesa militar aumenta (Figura 2.24).

Analisando o impacto do conflito para a dívida pública, a deterioração do saldo orçamental combinada com um menor crescimento traduz-se em níveis de dívida mais elevados. O rácio dívida pública/PIB aumenta em média 9 pontos percentuais durante conflitos intensos, o que é sensivelmente equivalente à diminuição anual média na dívida, observada durante as Iniciativas para os Países Pobres Muito Endividados e de Alívio da Dívida Multilateral (Figura 2.25). No tocante a episódios de conflito intenso na África Subsariana, de acordo com a Figura 2.12, o rácio dívida pública/PIB aumenta 16 pontos percentuais do PIB nos dois primeiros anos, e o efeito ascende a quase 20% do PIB no quinto ano (Figura 2.26).

Figura 2.24. África Subariana: Efeito de diferentes níveis de intensidade de conflitos sobre o crescimento real de variáveis orçamentais selecionadas



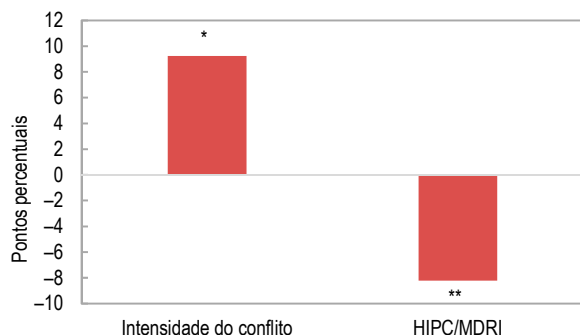
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os quartis são baseados na distribuição mundial de mortes relacionadas com conflitos como parcela da população (entre os países com ao menos 1 morte). As barras indicam a diferença em relação aos casos sem conflito. Com base nos resultados da Tabela 2.15 do Anexo online, colunas 1, 3 e 4. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. As variáveis são corrigidas pela inflação.

CONCLUSÃO

Após um declínio no início dos anos de 2000, tem-se verificado um ressurgimento dos conflitos nos últimos anos na África Subariana. A análise realça os grandes custos económicos impostos pelos conflitos, tanto no país envolvido no conflito como nos países vizinhos. Em particular, o impacto do conflito depende da sua intensidade, em que os conflitos mais intensos provocam uma maior destruição de capital humano e físico e envolvem custos económicos mais persistentes devido ao investimento, comércio e produtividade reduzidos. A análise contrafactual sugere que o PIB real per capita pode ser até 20% inferior cinco anos após o início de um conflito, comparativamente a um cenário sem conflito. Acresce que os conflitos

Figura 2.25. África Subariana: Impacto do aumento da intensidade do conflito sobre o rácio dívida/PIB



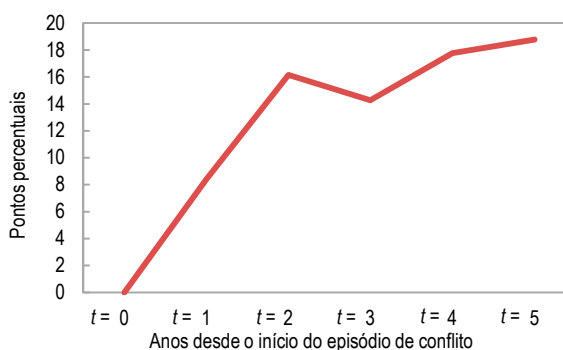
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base no aumento da intensidade do conflito, de sem conflito para o 75.º percentil. Ver Tabela 2.16 do Anexo online para mais pormenores. ***, ** e * indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. HIPC = Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados, MDRI = Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral.

exercem pressão sobre as finanças públicas, reduzindo as receitas, alterando a composição da despesa, de despesa de investimento para despesa militar, e aumentando a dívida pública – o que prejudica ainda mais a estabilidade socioeconómica e aumenta o risco de conflitos prolongados.

Tendo em conta estes custos elevados, é forçoso evitar a ocorrência de conflitos. Conforme indicado por literatura anterior, vários fatores económicos e estruturais, como níveis de rendimentos baixos, resultados do crescimento fracos, capacidade deficiente do Estado e desigualdade em termos de oportunidades – em especial entre grupos étnicos, religiosos e regionais – estão associados a uma maior probabilidade de conflitos. Abordar esses desafios ajudará a prevenir conflitos (Nações Unidas e Banco Mundial 2018). Nos países em conflito, os esforços devem centrar-se na limitação da perda

Figura 2.26. África Subariana: Variação acumulada do rácio dívida/PIB durante episódios de conflito



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O ano de início dos episódios de conflito é definido com base na Tabela 2.9 do Anexo online.

de capital humano e físico, através da proteção social e da despesa com desenvolvimento, bem como na tentativa de manter instituições em bom funcionamento para atenuar os efeitos económicos nocivos de longo prazo do conflito. Isso pode ser especialmente desafiador tendo em conta as pressões orçamentais, mas uma ajuda humanitária bem orientada e coordenada e a assistência externa

concessional podem ajudar a criar espaço para dar resposta aos devastadores efeitos dos conflitos. Além disso, a assistência externa pode ser também essencial para países sujeitos a efeitos de repercussão dos conflitos por forma a proteger as populações deslocadas e a aliviar as pressões económicas e sociais muitas vezes geradas nos países de acolhimento.

Caixa 2.1. O Impacto dos Conflitos nas Mulheres e Crianças

As crianças das regiões afetadas por conflitos passam por dificuldades significativas em matéria de saúde. As taxas de desnutrição são superiores em aproximadamente 8 pontos percentuais nas crianças em países com grandes conflitos face a países sem conflito, amiúde devido a uma maior insegurança alimentar provocada pela destruição de meios de subsistência e das cadeias de abastecimento agrícola (Programa Alimentar Mundial 2018). No Burundi, Côte d'Ivoire e Nigéria, por exemplo, a exposição a conflitos demonstrou afetar a altura das crianças (Bundervoet, Verwimp e Akresh 2009; Akresh et. al. 2012; Minoiu e Shemyakina 2014). Os efeitos desta desnutrição no longo prazo incluem, por seu lado, um desempenho cognitivo, escolaridade e rendimentos ao longo da vida menores. As crianças-soldados sobreviventes tendem a ser afetadas muito depois de o conflito terminar. No Uganda, por exemplo, concluiu-se que estas frequentavam a escola um ano a menos do que as crianças que não tinham sido soldados, com um impacto significativo para os rendimentos ao longo da vida (Blattman e Annan 2010).

É mais provável que as mulheres sejam sujeitas a violência de género durante os conflitos. Enquanto os homens são mais suscetíveis a morte relacionada com o combate, as mulheres apresentam uma maior probabilidade de serem vítimas de violência de género e tráfico durante os conflitos, usados como uma tática para subjugar as populações civis (Buvinic et. al. 2012). Acresce que a insegurança muitas vezes restringe o movimento de raparigas e mulheres, limitando o seu acesso a escolas e oportunidades de emprego (ONU Mulheres 2015). As mulheres em campos de refugiados são particularmente vulneráveis a deslocação (Banco Mundial 2017). Uma em cada seis mulheres em campos de refugiados e migrantes mulheres em situação irregular são sobreviventes de violência de género (OIT 2003; Banco Mundial 2017).

Tendo em conta a insegurança enfrentada pelas mulheres e pelas crianças durante os conflitos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou diversas resoluções que salientam a necessidade de proteger as crianças e as mulheres durante os conflitos. A proteção destes grupos vulneráveis poderia ajudar a mitigar os efeitos económicos adversos de longo prazo dos conflitos.

REFERÊNCIAS

- Agence Française de Développement (AFD). 2018. “Crisis and Development: The Lake Chad Region and Boko Haram.” Agosto 15, AFD, Paris. https://issuu.com/objectif-developpement/docs/web-lac_tchad_va-20180809_465c23d2fc5934.
- Akresh, R., S. Bhalotra, M. Lene e U.O. Osili. 2012. “War and Stature: Growing up During the Nigerian Civil War.” *American Economic Review: Papers and Proceedings* 102 (3): 273–77
- Banco Mundial. 2016. “An Assessment of Uganda’s Progressive Approach to Refugee Management.” Banco Mundial, Washington, DC.
- . 2017. “Forcibly Displaced: Toward a Development Approach Supporting Refugees, the Internally Displaced, and their Hosts.” Banco Mundial, Washington, DC.
- Blattman, C. e J. Annan. 2010. “The Consequences of Child Soldiering.” *The Review of Economics and Statistics* 92 (4): 882–98
- Blattman, C. e E. Miguel. 2010. “Civil War.” *Journal of Economic Literature* 48 (1): 3–57
- Bundervoet, T., R. Verwimp e R. Akresh. 2009. “Health and Civil War in Rural Burundi.” *The Journal of Human Resources* 44: 536–63
- Buvinic, M., M. Das Gupta, U. Casabonne e P. Verwimp. 2012. “Violent Conflict and Gender Inequality: An Overview.” Policy Research Working Paper 6371, Banco Mundial, Washington, DC.
- Collier, P. e N. Sambanis. 2002. “Understanding Civil War: A New Agenda.” *Journal of Conflict Resolution* 46 (1): 3–12.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. “Online Annex –The Economic Consequences of Conflict.” Background Paper: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/April/English/backgroundpapers.ashx?la=en>
- Gomez, M., A. Christensen, Y. Araya e N. Harild. 2010. “The Impacts of Refugees on Neighboring Countries: A Development Challenge.” World Development Report 2011 Background Note, Banco Mundial, Washington, DC.
- Hegre, H. e N. Sambanis. 2006. “Sensitivity Analysis of Empirical Results on Civil War Onset.” *The Journal of Conflict Resolution* 50 (4): 508–35
- Henderson, J.V., A. Storeygard e D.N. Weil. 2012. “Measuring Economic Growth from Outer Space.” *American Economic Review* 102 (2): 994–1028
- Minoiu, C. e O.N. Shemyakina. 2014. “Armed conflict, household victimization, and child health in Côte d’Ivoire.” *Journal of Development Economics* 108, 237–255.
- Murdoch, J.C. e T. Sandler. 2002. “Economic Growth, Civil Wars and Spatial Spillovers.” *Journal of Conflict Resolution* 46 (1): 91–110
- Nações Unidas e Banco Mundial. 2018. “Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict.” <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>.
- ONU Mulheres. 2015. “Preventing Conflict, Transforming Justice, Securing the Peace: Global Study on the Implementation of United Nations Security Council Resolution 1325.” ONU Mulheres, Nova Iorque.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2003. “Preventing Discrimination, Exploitation and Abuse of Women Migrant Workers: An Information Guide.” OIT, Genebra.
- Programa Alimentar Mundial. 2018. “Global Report on Food Crises.” Food Security Information Network. <https://www.wfp.org/content/global-report-food-crisis-2018>.
- Qureshi, M.S. 2013. “Trade and Thy Neighbor’s War.” *Journal of Development Economics* 105 (C): 178–95
- Rother, B., G. Pierre, D. Lombardo, R. Herrala, P. Toffano, E. Roos, A.G Auclair e K. Manasseh. 2016. “The Economic Impact of Conflicts and the Refugee Crisis in the Middle East and North Africa.” Nota de discussão do corpo técnico do FMI n.º 16/8, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Straus, S. 2012. “Wars do end! Changing patterns of political violence in sub-Saharan Africa.” *African Affairs* 111.443 (2012): 179–201
- Sundberg, R. e E. Melander. 2013. “Introducing the UCDP Georeferenced Event Dataset.” *Journal of Peace Research* 50(4): 523–32

3. A Zona de Comércio Livre Continental Africana é um ponto de viragem para o continente?

Em 2018, os Estados-Membros da União Africana deram um passo importante para promover o comércio regional e a integração económica com o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Concordaram em eliminar as tarifas sobre a maioria dos bens, liberalizar o comércio de serviços essenciais, combater as barreiras não tarifárias ao comércio intrarregional e, em última análise, criar um mercado único a nível continental com livre circulação de pessoas e capitais. É provável que a ZCLCA entre em vigor em 2019, embora ainda estejam em curso negociações sobre elementos específicos do acordo. Quando estiver em funcionamento, a ZCLCA irá criar um mercado com 1,2 mil milhões de pessoas com um PIB combinado de USD 2,5 biliões de dólares. Tal poderá revolucionar a economia do continente.¹

A integração comercial pode ajudar a impulsionar o desenvolvimento e já deu azo a incríveis histórias de sucesso noutros continentes (ver FMI 2018a). A integração comercial possibilita que os países se especializem na produção de bens e serviços relativamente aos quais gozam de uma vantagem comparativa e tirem proveito de economias de escala, assim melhorando a produtividade e o crescimento. Ao disseminar os conhecimentos e as tecnologias e ao promover o desenvolvimento de novos produtos, a integração comercial pode igualmente fomentar a transformação estrutural (ver FMI 2016). Uma grande zona de livre comércio em África irá ampliar o potencial de transformação económica na região. Não só irá impulsionar o comércio intrarregional, como também irá atrair investimento direto estrangeiro e facilitar o desenvolvimento de cadeias de abastecimento regionais, que têm assumido uma preponderância fundamental na transformação económica de outras regiões.

Contudo, embora o comércio contribua para o crescimento, também implica custos, e os seus benefícios poderão ser distribuídos de forma desigual entre e dentro dos países. Muitas vezes, os decisores políticos estão, justificadamente, preocupados de que uma maior integração das suas economias com as de outros países possa beneficiar umas indústrias e prejudicar outras, afetar negativamente os rendimentos e as oportunidades de emprego em determinados setores e em determinados níveis de competências e reduzir as receitas fiscais.

O presente capítulo analisa as potenciais vantagens e os desafios associados à implementação da ZCLCA em África. Centra-se em três perguntas:

- Como é que o comércio intrarregional em África evoluiu ao longo do tempo e em que medida é distinto do comércio internacional de África? O que é que a experiência das comunidades económicas sub-regionais africanas sugere sobre o potencial para uma maior integração no continente?
- Qual é o impacto potencial da ZCLCA no comércio intrarregional e quais as políticas necessárias para promover mais a integração regional?
- De que forma é que a ZCLCA irá afetar o bem-estar, a distribuição de rendimentos e as receitas fiscais dos países africanos?

A análise demonstra que:

- O comércio intrarregional em África cresceu rapidamente e alguns centros regionais dominam relativamente bem vários fluxos

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Geremia Palomba, coordenada por Reda Cherif e Yunhui Zhao e composta por Russell Green, Salifou Issoufou, Thomas McGregor, Adrian Peralta-Alva, Amadou Sy, Bruno Versailles e Jason Weiss. Hilary Devine e Miguel Pereira Mendes forneceram assistência de investigação.

¹ Até abril de 2019, 22 países haviam ratificado o acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental África, atingindo o número de ratificações necessárias para o acordo entrar em vigor. A ZCLCA prevê acordos sobre reduções tarifárias específicas, procedimentos para liberalização do comércio de serviços e regras de origem durante 2019. As negociações estão em curso. Além disso, os países preveem o início de uma segunda ronda de negociações em 2020 para tratar dos direitos de propriedade intelectual e da política da concorrência (Anexo Online 3.1).

comerciais. As importações intrarregionais como percentagem do total de importações quase que triplicaram ao longo das duas últimas décadas, situando-se agora entre os 12% e 14% (cerca de USD 100 mil milhões), como resultado do aumento do comércio na região graças às novas comunidades económicas sub-regionais (CER). Em 2017, três quartos do comércio intrarregional africano realizou-se dentro das principais comunidades sub-regionais. Durante este processo, emergiram centros de comércio regional, como África do Sul, Côte d'Ivoire, Quênia e Senegal (ver FMI 2015). Ao contrário das exportações para o resto do mundo, os fluxos comerciais intrarregionais são relativamente diversificados, incluem bens de maior valor acrescentado do que as exportações para o resto do mundo e abrangem uma proporção considerável de produtos transformados (por exemplo, veículos motorizados e vestuário).

- Apesar desta expansão, ainda existem oportunidades significativas para aprofundar mais a integração do comércio regional. Tendo em conta os menores níveis de rendimentos e a dimensão económica e, em geral, as maiores distâncias face a outras regiões, as características particulares dos países africanos parecem limitar a sua capacidade comercial (quando comparados com países noutras regiões). Algumas destas características são estruturais e a sua mudança exige um compromisso a longo prazo. Outras resultam de políticas – como as tarifas, os regulamentos comerciais e os requisitos regulamentares – e a sua eliminação iria impulsionar a integração regional. As oportunidades de expansão do comércio intrarregional são especialmente assinaláveis para alguns produtos relacionados com a agricultura (por exemplo, produtos alimentares) e indústria transformadora, assim como em algumas comunidades económicas sub-regionais de África onde o volume comercial é significativamente inferior ao das suas homólogas.
- As tarifas e, mais importante, as barreiras não tarifárias estão a limitar a integração comercial intrarregional. A experiência das comunidades económicas sub-regionais sugere que a redução das tarifas por si só não basta para impulsionar o comércio intrarregional. A fraca

qualidade da logística comercial e, em menor grau, das infraestruturas afiguram-se como obstáculos importantes a uma maior integração comercial na região. Estes estrangulamentos são particularmente importantes para países interiores e países de baixos rendimentos.

- A eliminação das barreiras comerciais para promover o comércio intrarregional pode afetar de forma heterogénea os países na região. As perdas de receitas fiscais decorrentes da redução das tarifas serão provavelmente limitadas, em média, mas poderão ser significativas em alguns países que ainda aplicam tarifas de exportação elevadas. Além disso, uma integração comercial mais profunda poderá produzir efeitos adversos na distribuição dos rendimentos dos países, sobretudo em países com economias mais diversificadas e grandes fatias de mão de obra qualificada. Contudo, estes efeitos são limitados porque a vasta informalidade da economia aumenta a desigualdade de uma forma geral e, ao mesmo tempo, impede que alguns segmentos da população sintam os efeitos a curto prazo dos fluxos comerciais. Além disso, estes efeitos têm tendência para desaparecer com o passar do tempo. Por fim, é provável que os países pequenos, as economias mais diversificadas e os centros de comércio regional, que já estão expostos à concorrência internacional, beneficiem mais de uma maior integração regional do que as economias dominadas pela agricultura e pelos recursos naturais.

As principais conclusões do presente capítulo sugerem que a ZCLCA poderia impulsionar significativamente o comércio intrarregional em África, se fossem utilizadas alavancas de política tarifária e não tarifária. As reduções tarifárias devem ser abrangentes para que tenham um impacto significativo nos fluxos de comércio intrarregional. A eliminação das tarifas em 90% dos fluxos de comércio intrarregional – a meta mais ambiciosa ao abrigo da ZCLCA – iria provocar um crescimento de 16% no comércio regional, ou seja, USD 16 mil milhões, ao longo do tempo. As reduções tarifárias devem ser acompanhadas de políticas que combatam as barreiras não tarifárias. Mesmo pequenas melhorias na resolução destes estrangulamentos deverão ter um impacto considerável. Medidas como a melhoria da logística

comercial (por exemplo, serviços aduaneiros) e o aumento da qualidade das infraestruturas podem ser até quatro vezes mais eficazes na promoção do comércio do que as reduções tarifárias. Além disso, a diminuição das barreiras não tarifárias ao comércio iria aumentar a eficácia das reduções tarifárias para impulsionar o comércio, especialmente em países interiores e países de baixos rendimentos. Por conseguinte, as políticas para combater as barreiras não tarifárias, em especial a fraca qualidade da logística comercial e das infraestruturas, devem estar no âmago dos esforços para aprofundar a integração comercial em África.

A fim de assegurar que a integração comercial regional beneficie a todos, devem ser implementadas políticas para compensar os custos de ajustamento que a integração poderá implicar. Para as economias menos diversificadas e de base agrícola, as políticas comerciais devem ser combinadas com reformas estruturais com vista a aumentar a produtividade agrícola e reforçar a vantagem competitiva destas economias. Alguns países carecem de medidas para mobilizar as receitas internas por forma a mitigar as previsíveis perdas de receitas resultantes das reduções tarifárias (FMI 2018b). Os efeitos adversos temporários da liberalização do comércio sobre a distribuição dos rendimentos devem ser atenuados – principalmente em países com economias mais diversificadas – por meio de programas sociais (por exemplo, apoio ao rendimento) e de formação direcionados para facilitar a mobilidade dos trabalhadores entre empresas e indústrias e promover o emprego (FMI 2017a).

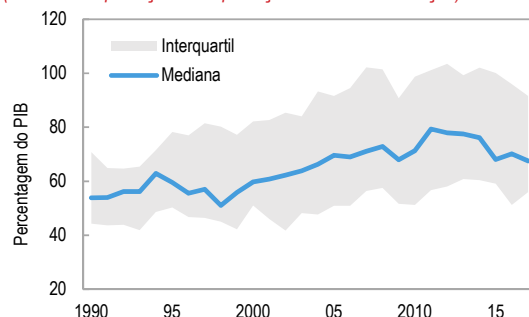
INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO REGIONAL EM ÁFRICA: PRINCIPAIS PADRÕES

Maior abertura e potencial para um maior grau de integração comercial regional

Ao longo das últimas duas décadas, os fluxos de comércio intrarregional aumentaram a um ritmo acelerado em conjunto com a rápida integração do continente africano no sistema de comércio internacional (Anexo Online 3.2).

- O comércio em África cresceu rapidamente nas últimas décadas. No período 1990–2017, a abertura comercial da região (importações e exportações de bens e serviços) passou de cerca de 53% para 67% do PIB, tendo atingido o auge por volta de 2011 devido à escalada dos preços dos produtos de base. A expansão refletiu um aumento nos volumes comerciais, assim como uma evolução favorável ao nível dos preços. Ao longo deste processo, o panorama dos parceiros comerciais de África mudou. Foram forjadas novas parcerias com economias de mercados emergentes, como a China. O comércio de serviços em África também registou uma subida neste período. O total de importações (e exportações) de serviços mais do que triplicou, passando de USD 27 mil milhões (USD 20 mil milhões) em 1990 para USD 90 mil milhões (USD 89 mil milhões) em 2017 (Figura 3.1).
- Em paralelo, o comércio intrarregional em África cresceu significativamente. Como percentagem do total de importações africanas, o comércio intrarregional passou de cerca de 5% em 1990 para 12% em 2017. Porém, estas estatísticas subestimam os fluxos efetivos de comércio intrarregional, dado que não captam o comércio informal transfronteiriço que é um fenómeno generalizado.² De qualquer forma, a percentagem de comércio com países africanos em 2017 só foi suplantada pelo comércio com a União Europeia e com

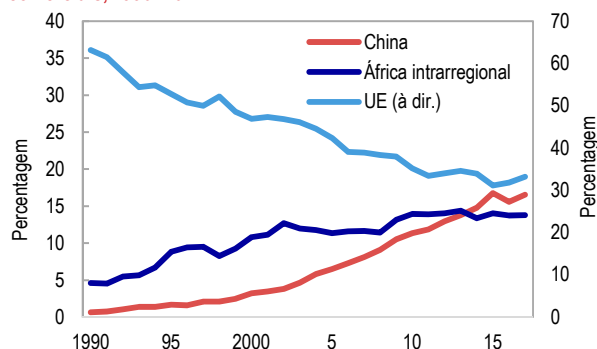
Figura 3.1. África: Abertura comercial, 1990–2017
(Total das importações e exportações de bens e serviços)



Fonte: Banco Mundial, base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

² Os dados dos estudos sugerem que o comércio informal transfronteiriço em África é significativo. Na África oriental, no início da década, as exportações informais do Uganda para outros países na região representavam um terço do comércio formal. Na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o comércio informal de certos produtos alimentares no início dos anos 2000 chegou a atingir 30% a 40% do comércio oficial (BAfD 2012).

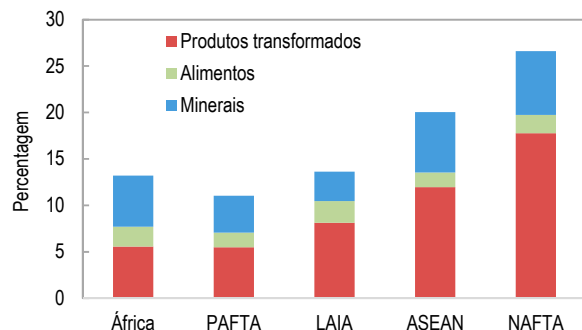
Figura 3.2. Quota de comércio intra-africano e com os parceiros comerciais, 1990–2017



Fontes: Base de Dados COMTRADE das Nações Unidas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As quotas de comércio são definidas como a média de dois rácios: 1) quota no total das exportações africanas e 2) quota no total das importações africanas. UE = União Europeia.

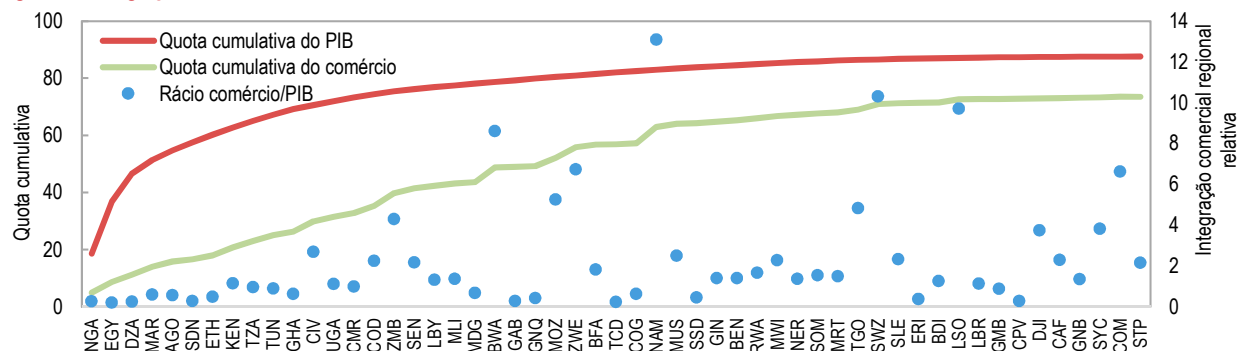
Figura 3.3. Comércio intrarregional em regiões selecionadas, 2007–2017
(Quota média do total de importações com origem na região)



Fontes: Base de dados COMTRADE das Nações Unidas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ASEAN = Associação das Nações do Sudeste Asiático; LAIA = Associação de Integração da América Latina; NAFTA = Acordo de Comércio Livre da América do Norte; PAFTA = Área de Livre Comércio Pan-Árabe.

Figura 3.4. Integração comercial, 2015



Fontes: Base de dados COMTRADE das Nações Unidas; e FMI, base de dados WEO.

Nota: Países classificados do maior para o menor PIB, excluindo a África do Sul (incluída como resíduo). Para cada país, a quota do comércio é a média das exportações e importações como parcela do total do comércio regional africano. A integração comercial regional relativa é definida como o rácio da quota do comércio regional sobre a quota do PIB regional. Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

³ Vale a pena referir que as reexportações, que são consideráveis em algumas sub-regiões, como na União Aduaneira da África Austral (SACU), podem contribuir para aumentar os indicadores de integração comercial intrarregional e tornar as comparações desiguais. Contudo, a ausência de dados impede uma investigação relativa ao papel das reexportações sobre as tendências das importações.

a China, que tem vindo a crescer a um ritmo acelerado na última década (Figura 3.2).

- Em média, a dimensão do comércio intrarregional em África está, em termos gerais, em linha com os padrões observados noutras regiões de mercados emergentes e em desenvolvimento, mas muito aquém do verificado em regiões mais avançadas. Medido como percentagem do total de importações com origem na região, o comércio intrarregional em África equipara-se ao ou supera o comércio regional em zonas como a Área de Livre Comércio Pan-Árabe (PAFTA) e a Associação de Integração da América Latina (LAIA). Contudo, é bastante inferior ao das áreas de livre comércio da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA)³ (Figura 3.3).

No entanto, o substancial grau de integração comercial regional oculta uma grande heterogeneidade entre países e sub-regiões. A expansão do comércio regional resultou no surgimento de centros de comércio, incluindo na África do Sul, Côte d'Ivoire, Quênia e Senegal (medidos como uma percentagem do total de importações regionais). Só a África do Sul é a fonte de cerca de 35% de todas as importações intrarregionais em África (e aproximadamente 40% das importações de produtos transformados). As economias mais pequenas do continente, sobretudo na SACU,

estão igualmente bem integradas (Figura 3.4). Pelo contrário, algumas das maiores economias africanas continuam a apresentar uma deficiente integração na região. A Argélia, o Egito e a Nigéria, que em conjunto totalizam cerca de metade do PIB total da região, representam apenas uma fatia limitada do comércio regional (cerca de 11%).

O comércio intrarregional em África é distinto do comércio com o resto do mundo e oferece oportunidades para exportações mais sofisticadas

Uma característica essencial das exportações intrarregionais em África é o facto de serem mais diversificadas e terem maior conteúdo tecnológico do que as exportações africanas para o resto do mundo. Estas últimas continuam fortemente orientadas para o setor dos minerais (por exemplo, o crude e o cobre) que em média representava cerca de 75% do total de exportações no período 2007–17, face a 16% para os produtos transformados. Pelo contrário, as exportações intrarregionais incluem produtos de maior valor acrescentado, com os produtos transformados a representarem, em média, cerca de 40% do comércio intrarregional (por exemplo, camiões e veículos motorizados), os minerais 44% (por exemplo, cobre) e os produtos agrícolas 16% (por exemplo, milho) durante o mesmo período (Figura 3.5).

Neste contexto, os países com economias mais diversificadas tendem a ter um nível relativamente mais elevado de trocas comerciais dentro da região. Mesmo dentro das CER africanas, a sofisticação

da estrutura exportadora dos países está associada a mais exportações intrarregionais (Figura 3.6).

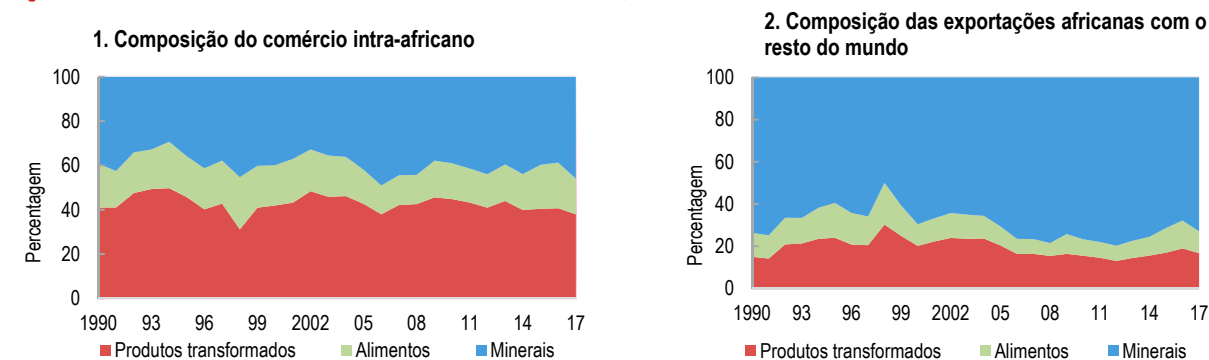
Contudo, o comércio em África continua mais concentrado em bens de baixa tecnologia e bens menos transformados do que o comércio noutras regiões do mundo e mostra poucos sinais de criação de valor. Comparado com outras regiões, o comércio intrarregional em África está mais focado nos minerais e menos nos produtos fabricados (Figura 3.3). Além disso, o comércio intraindustrial em África é menor do que noutras regiões, o que aponta para um menor grau de integração nas cadeias de valor regionais (Figura 3.7).

A experiência das comunidades económicas sub-regionais no reforço da integração comercial e o papel dos custos do comércio tarifários e não tarifários

A experiência das CER africanas lança alguma luz sobre os fatores que podem afetar o comércio intrarregional no continente. A expansão dos fluxos comerciais regionais em África nas últimas décadas ocorreu em conjunto com o estabelecimento e a expansão de várias CER, muitas das quais aplicam tarifas preferenciais praticamente nulas ao comércio intracomunitário (Figura 3.8). Hoje em dia, a maioria dos países africanos faz parte de uma comunidade desse género, e 75% do comércio intrarregional realizou-se em cinco CER em 2017; só a SADC representou metade destes fluxos comerciais.⁴

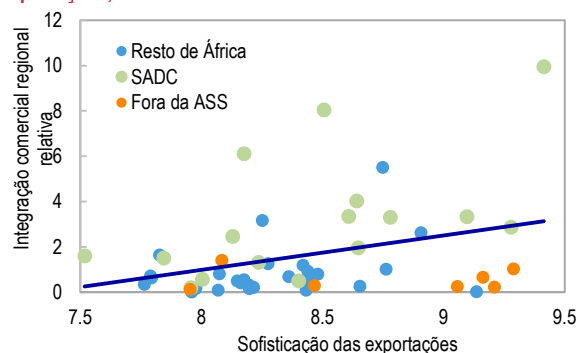
Porém, a redução das tarifas comerciais dentro

Figura 3.5. Comércio intra-africano vs. comércio com o resto do mundo, 1990–2017



⁴ A análise centra-se nas cinco principais CER que cobrem a maior parte de África com o mínimo de sobreposição. Trata-se de uma subamostra de muitas CER africanas interligadas, incluindo zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e uniões monetárias (Anexo Online 3.2).

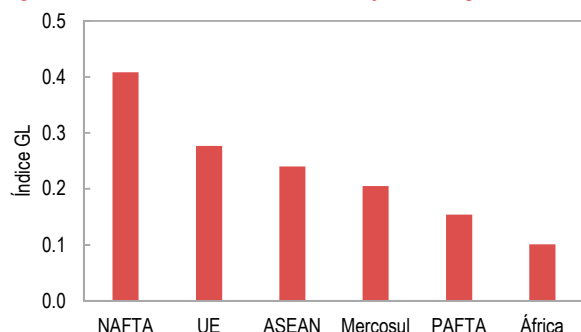
Figura 3.6. Integração do comércio regional e sofisticação das exportações, 2015



Fontes: Base de dados COMTRADE das Nações Unidas; Cherif, Hasanov e Wang (2018); e cálculos do corpo técnico do FMI.
 Nota: O índice de sofisticação das exportações é baseado em Hausmann, Hwang e Rodrik (2007) e corrige os efeitos das exportações de petróleo. A integração comercial regional relativa é definida como o rácio da quota do comércio regional sobre a quota do PIB regional. SADC = Comunidade de Desenvolvimento da África Austral; ASS = África Subsariana.

das CER africanas produziu efeitos desiguais nos fluxos comerciais dentro das sub-regiões, o que sugere a presença de estrangulamentos não tarifários significativos. Em algumas CER, os fluxos comerciais escalaram no seguimento da redução das tarifas (por exemplo, SADC) e a proporção das trocas comerciais dentro da comunidade subiu consideravelmente. Contudo, em outras CER, as reduções tarifárias não estiveram associadas a maiores fluxos comerciais sub-regionais (por exemplo, na Comunidade Económica e Monetária da África Central – CEMAC) o que sugere que há outros fatores, para além das tarifas, que limitam o comércio, entre os quais os elevados custos não tarifários e bases exportadoras pouco diversificadas.

Figura 3.7. Índice intraindustrial Grubel-Lloyd entre regiões, 2015



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.
 Nota: O índice (entre 0–1) mede a propensão de dois países para comercializar no mesmo setor ao nível de 4 dígitos. Um índice mais elevado indica um maior nível de comércio intraindustrial (Anexo 3.2). ASEAN = Associação das Nações do Sudeste Asiático; UE = União Europeia; NAFTA = Acordo de Comércio Livre da América do Norte; PAFTA = Área de Livre Comércio Pan-Árabe.

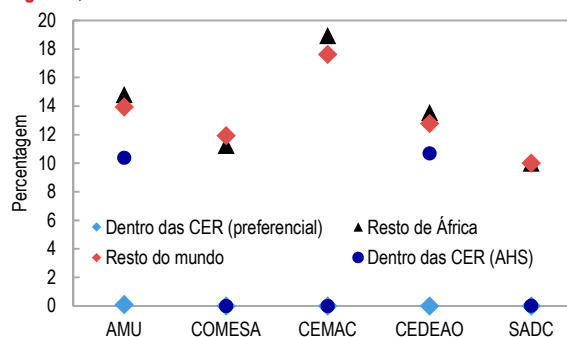
Na realidade, os países destas últimas CER apresentam alguns dos custos não tarifários mais elevados na região (Figura 3.9) e bases exportadoras relativamente pouco diversificadas (Anexo Online 3.2).

Além disso, o comércio entre países que pertencem a diferentes CER continua a ser limitado (Anexo Online 3.2). Tal reflete porventura as tarifas ainda relativamente elevadas aplicadas ao comércio entre países de diferentes CER que, em média, são cerca de 12% a 15% (Figura 3.8). O grau limitado de comércio entre alguns países também pode espelhar um problema antigo: muitos países são parte de diferentes CER e acordos, que aplicam regras comerciais distintas (por exemplo, regras de origem), o que aumenta o custo de comercialização no seio do continente. Responder a estas questões é um objetivo e, ao mesmo tempo, um desafio para a ZCLCA.

COMO É QUE A ZCLCA PODE APOIAR A INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO REGIONAL EM ÁFRICA?

A expansão dos fluxos comerciais a nível internacional e regional tem desempenhado um papel relevante para o rápido crescimento registado nos últimos anos em África (FMI 2015, 2018c). A ZCLCA de 2018 assinala outro marco rumo a

Figura 3.8. África: Tarifas médias por comunidade económica regional, 2010–17



Fontes: UNCTAD, Sistema de Informação e Análise do Comércio; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Uma tarifa preferencial próxima de zero numa CER não implica necessariamente a não aplicação de tarifas, uma vez que em algumas CER nem todos os membros são parte do acordo de livre comércio associado. AHS = efetivamente aplicadas. O resto da África e o resto do mundo se referem à AHS. AMU = União do Magrebe Árabe; CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; COMESA = Mercado Comum para a África Oriental e Austral; CEDEAO = Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; CER = comunidades económicas regionais; SADC = Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

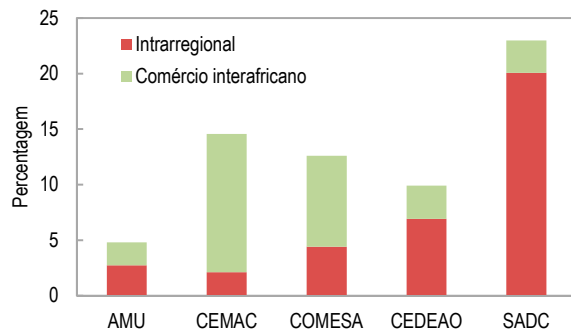
uma maior integração regional e a um crescimento mais robusto e sustentável. Contudo, a panóplia de resultados das CER africanas sugere que a integração regional é um processo complexo que implica vários fatores e não apenas as tarifas. Esta secção analisa o potencial da ZCLCA para expandir mais o comércio regional e identifica as alavancas políticas para aprofundar a integração regional em África.

Potencial para um maior grau de integração comercial regional

Uma questão essencial quando se pretende avaliar a ZCLCA é o potencial de expansão do comércio intrarregional. Um dos princípios fundamentais da teoria comercial afirma que os fluxos comerciais aumentam quanto maior for a dimensão, o nível de desenvolvimento e a proximidade geográfica e cultural dos países. Esta secção avalia o grau de integração regional em África medindo o impacto destas características nos fluxos comerciais. Para tal, recorre à literatura empírica e calcula equações gravitacionais que abrangem 148 países no período 2000–15, utilizando dados sobre o comércio de bens desagregados por setor.

As estimativas indicam que os países africanos deverão, em média, comercializar menos do que os países noutras regiões (Figura 3.10). Por outras palavras, há outras características particulares das economias africanas – para além da dimensão e

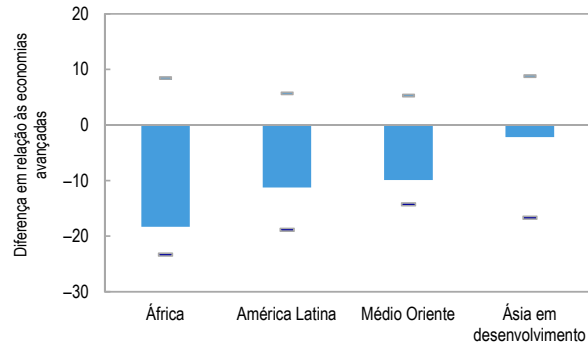
Figura 3.9. África: Integração comercial nas CER
(Importações intrarregionais das CER como parcela do total de importações, 2015)



Fontes: Base de dados COMTRADE das Nações Unidas; Banco Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O comércio interafricano exclui o comércio com países da mesma comunidade económica regional (CER). AMU = União do Magrebe Árabe; CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; COMESA = Mercado Comum para a África Oriental e Austral; CEDEAO = Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; SADC = Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Figura 3.10. Papel das características nacionais no comércio das regiões
(Mediana e intervalo interquartil dos efeitos nacionais fixos do modelo gravitacional)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

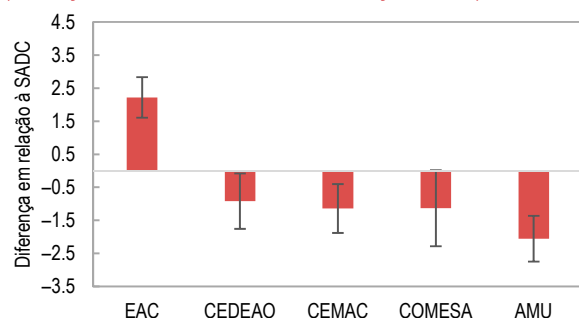
Nota: A contribuição das características nacionais é medida usando os efeitos fixos combinados da indústria importadora e indústria exportadora para cada região a partir de uma regressão de gravidade (Anexo online 3.3). As linhas acima e abaixo indicam os quartis de 25 por cento e 75 por cento dos efeitos fixos.

do nível de desenvolvimento – que explicam o menor fluxo comercial face a outras regiões. Estas características incluem fatores estruturais das economias africanas e fatores ligados às políticas, como as tarifas, as más condições logísticas, a infraestrutura precária e o crédito limitado (Anexo Online 3.3). Uma análise empírica também sugere que existe margem considerável para aprofundar a integração comercial em determinadas sub-regiões e indústrias. Várias CER – como a CEMAC, a União do Magrebe Árabe (AMU), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) – abrangem uma grande parte dos países africanos e têm menos trocas comerciais do que as CER no continente que registam um melhor desempenho, o que indica que existe potencial para uma maior integração comercial nestas sub-regiões (Figura 3.11). Estimativas empíricas mostram igualmente que o comércio intrarregional de bens – como produtos alimentares, produtos da silvicultura, outros produtos primários e produtos transformados – é inferior ao previsto no modelo gravitacional, o que sugere que há espaço para uma maior expansão comercial nestas indústrias (Figura 3.12).

O comércio intrarregional apresenta estas lacunas não obstante o efeito positivo das CER e das tarifas preferenciais praticamente nulas para o comércio. Tal pode refletir a persistência de barreiras não tarifárias significativas nestas comunidades, juntamente com outros obstáculos, tais como

Figura 3.11. Lacunas de comércio das comunidades económicas sub-regionais africanas

(Diferença na elasticidade do comércio em relação à SADC)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As linhas cinza indicam os intervalos de confiança de 95 por cento. Ver Anexo online 3.3 para pormenores sobre a regressão de gravidade. AMU = União do Magrebe Árabe; CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; COMESA = Mercado Comum para a África Oriental e Austral; EAC = Comunidade da África Oriental; CEDEAO = Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; SADC = Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

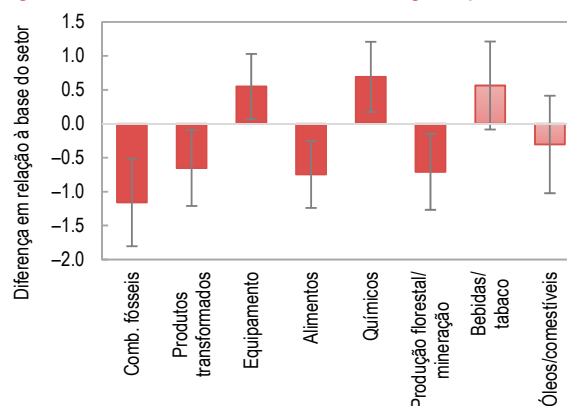
diferentes regimes comerciais que prejudicam as trocas comerciais entre as comunidades.

Benefícios da ZCLCA e ampla margem para políticas de promoção da integração do comércio regional

A compreensão dos fatores subjacentes às lacunas significativas no comércio intrarregional e a identificação de políticas para impulsionar o comércio na região serão a chave para o sucesso da ZCLCA.

A barreira ao comércio mais observável e mensurável – e um dos pontos centrais da ZCLCA — é o nível tarifário. As tarifas representam um obstáculo significativo ao comércio intrarregional em África? Uma análise empírica baseada num modelo gravitacional para os países africanos mostra que as reduções tarifárias podem impulsionar o comércio intrarregional na região, sobretudo nos setores dos minerais, da indústria transformadora e da agricultura (Figura 3.13). Embora a elasticidade estimada dos fluxos comerciais para as tarifas em África seja um pouco limitada, o efeito global de uma extensa redução das tarifas, como previsto ao abrigo da ZCLCA, poderá ser considerável. A eliminação das tarifas sobre 90% dos fluxos comerciais intrarregionais atualmente taxados iria

Figura 3.12. África: Lacuna de comércio intrarregional por setor



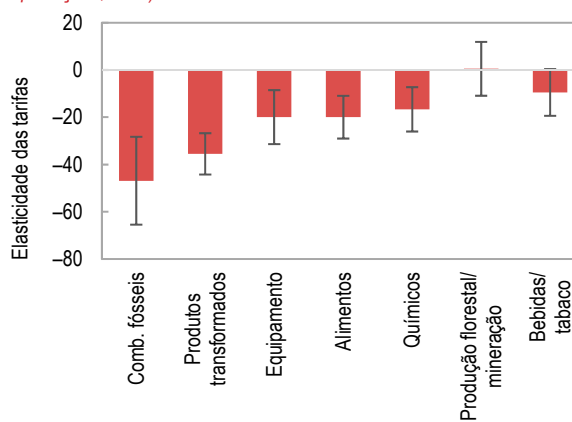
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Setores ordenados da maior para a menor quota do comércio intra-africano. As barras indicam a lacuna dentro de cada setor em relação ao comércio intra-africano a partir do modelo de gravidade (Anexo 3.3). As linhas cinza indicam os intervalos de confiança de 95 por cento. Vermelho claro = coeficiente não significativo.

aumentar o comércio intrarregional em cerca de USD 16 mil milhões, ou cerca de 16% face à média recente (Anexo Online 3.3). Reduções tarifárias menores teriam, obviamente, um impacto global menor sobre o comércio.⁵

Figura 3.13. Elasticidade do comércio intrarregional em relação às tarifas por setor

(Importações intrarregionais das CER como parcela do total de importações, 2015)



Fontes: UNCTAD, Sistema de Informação e Análise do Comércio; e estimativas do corpo técnico do FMI.

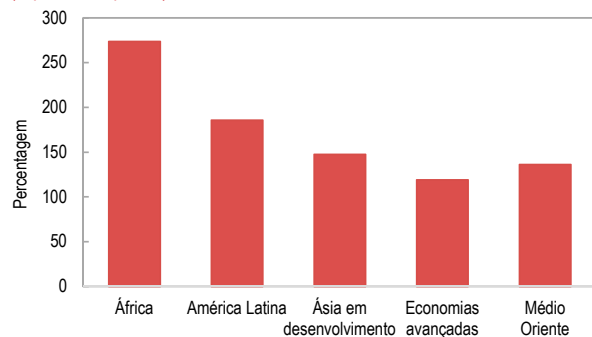
Nota: Setores ordenados da maior para a menor quota do comércio intra-africano. As barras indicam a sensibilidade do comércio às tarifas a partir do modelo de gravidade (Anexo 3.3). As linhas cinza indicam os intervalos de confiança de 95 por cento.

⁵ Ao abrigo da ZCLCA, os países deverão eliminar as tarifas sobre 90% dos produtos, deixando em aberto a possibilidade de aplicar a redução às linhas tarifárias ou aos valores de importação. O impacto potencial destas duas opções na liberalização do comércio é deveras distinto. Um enfoque nas linhas tarifárias poderá resultar em reduções tarifárias na ordem dos 15% apenas em termos de valores de importação (UNECA 2018).

Além das tarifas, a distância parece constituir um maior obstáculo ao comércio intrarregional em África do que noutras regiões do mundo (Anexo Online 3.3). Tal indica que outros fatores, para além das tarifas, fazem com que o comércio de bens para países africanos seja especialmente dispendioso e contribua provavelmente para as lacunas do comércio regional. Um elemento essencial é a fraca qualidade dos serviços de promoção do comércio, incluindo os meios logísticos e as infraestruturas de transporte, os processos fronteiriços e as práticas alfandegárias. Barreiras não tarifárias típicas, como quotas, licenças e regras de origem complexas ou diferentes—bem como barreiras sanitárias, fitossanitárias e técnicas—também desempenham um papel crucial, assim como o ambiente empresarial e regulamentar inadequado. A este respeito, os custos não tarifários dos países africanos estão entre os mais altos do mundo (Figura 3.14).

Quais os fatores não tarifários que ajudam a explicar as lacunas do comércio intrarregional em África? Para ajudar a esclarecer esta questão, alargou-se o modelo gravitacional por forma a incluir outros fatores determinantes como a qualidade das infraestruturas e da logística. De acordo com a literatura, o modelo gravitacional aumentado também considera fatores que afetam indiretamente o comércio, como o nível de crédito disponível para o setor privado e os indicadores relativos ao clima de negócios e à educação.⁶ Constatou-se que estes fatores constituem um entrave maior e

Figura 3.14. Custos não tarifários do comércio, 2015
(Equivalente pautal)

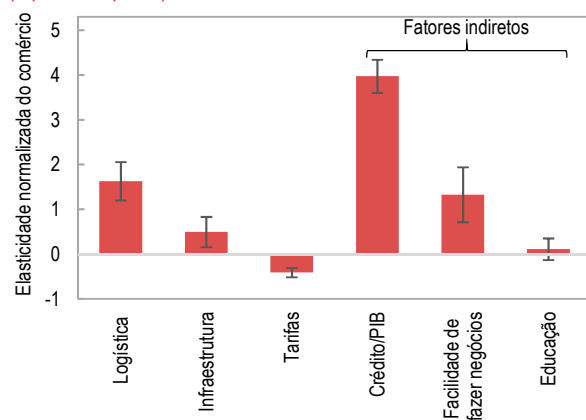


Fonte: UNESCAP; e base de dados do Banco Mundial sobre o custo do comércio.

mais importante ao comércio intrarregional em África do que as próprias tarifas. Em igualdade de circunstâncias, melhores condições em matéria de logística e infraestruturas, juntamente com maior facilidade de acesso ao crédito e um clima de negócios mais propício, estão associadas a um maior nível de fluxos comerciais intrarregionais (Figura 3.15). Relativamente à logística, os serviços relacionados com as alfândegas—incluindo processos de desalfandegamento e, em certa medida, algumas atividades de setores tipicamente regulados, como os serviços de intermediação—revestem-se de uma importância especial (Anexo Online 3.3).

Muito embora os fatores não tarifários constituam barreiras fundamentais ao comércio intrarregional, é importante que os decisores políticos consigam identificar quais são os mais relevantes. Para responder a esta questão, este capítulo recorre a análises de componentes principais e técnicas de aprendizagem automática (machine learning) para captar a natureza complexa dos vários fatores que facilitam o comércio e as interações não lineares entre estes fatores e os fluxos comerciais, que normalmente são ignorados nos modelos gravitacionais padrão.

Figura 3.15. Elasticidade do comércio intrarregional
(Equivalente pautal)



Fontes: UNCTAD, Sistema de Informação e Análise do Comércio; e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As barras indicam os coeficientes normalizados pelo desvio padrão de cada variável (elasticidade do comércio) a partir da regressão de segunda etapa. As linhas cinza indicam os intervalos de confiança de 95 por cento. A elasticidade das tarifas se refere ao modelo não-aumentado.

⁶ Os fatores não tarifários são definidos, em termos latos, como os fatores que dificultam o comércio ou o tornam mais dispendioso, como as barreiras não tarifárias típicas (por exemplo, quotas, subsídios, licenças e a aplicação restritiva de medidas não tarifárias, como regras de origem e medidas sanitárias e fitossanitárias); infraestrutura logística e de transportes; e outros fatores que podem afetar indiretamente o comércio (por exemplo, crédito, capital humano, clima de negócios).

Os resultados baseados nos padrões do comércio mundial confirmam que a logística comercial é o fator não tarifário mais importante para prever o comércio internacional, seguida das infraestruturas e outros fatores, entre os quais, o crédito, a educação e o clima de negócios (Figura 3.16; ver também Anexo Online 3.4).

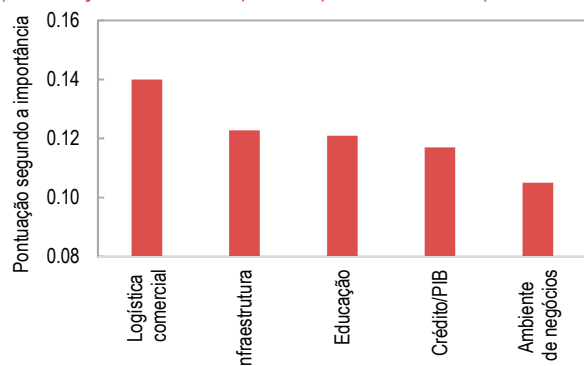
Concentrando-se no comércio intrarregional, os resultados do modelo gravitacional confirmam que, para África (Figura 3.17)

- A logística comercial constitui o maior impedimento direto ao comércio intrarregional. Se a qualidade da logística estivesse em linha com a média mundial (o que implicaria uma melhoria de cerca de 19%), tal iria reduzir o custo da circulação transfronteiriça de bens e aumentaria o comércio intrarregional em mais de 12%. A melhoria dos serviços aduaneiros, incluindo os procedimentos de desalfandegamento e, em certa medida, a qualidade dos serviços de operações e intermediação, reveste-se de uma importância especial para os fluxos comerciais intrarregionais em África (Anexo Online 3.3).
- A infraestrutura constitui outro importante estrangulamento não tarifário aos fluxos comerciais, embora o seu impacto seja mais limitado. As estimativas do modelo gravitacional para África sugerem que se a qualidade das infraestruturas estivesse ao mesmo nível que a média mundial (o que implicaria uma melhoria de 40%), os fluxos comerciais intrarregionais subiriam 7%. A este respeito, os

esforços envidados recentemente por muitos países africanos para colmatar as lacunas em termos de infraestruturas podem ajudar os países a colherem os frutos da ZCLCA.

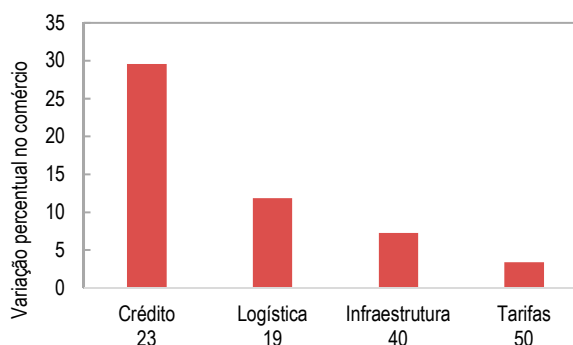
- O acesso ao crédito para o setor privado, o clima de negócios e o capital humano também são importantes para fomentar o comércio intrarregional. Um maior aprofundamento financeiro para níveis comparáveis ao agregado global daria um contributo significativo para a expansão do comércio. A integração financeira deve concentrar-se no desenvolvimento da infraestrutura financeira regional por forma a apoiar o comércio. Tal inclui desenvolver e harmonizar os sistemas de pagamento regionais para facilitar mais os pagamentos transfronteiriços; criar acordos swap entre os bancos centrais e câmaras de compensação multimodas na região para reduzir os riscos de realizar negócios em várias moedas regionais; e intensificar a coordenação da supervisão dos bancos pan-africanos que podem facilitar o comércio intrarregional (Anexo Online 3.9). Esta expansão teria de ser acompanhada por quadros prudenciais adequados para gerir os riscos correspondentes. Mais esforços para melhorar o clima de negócios e o capital humano também teriam um impacto favorável. Para tal são necessárias políticas a médio prazo para colmatar as lacunas do continente em matéria de educação e competências e para ultrapassar os obstáculos aos negócios.

Figura 3.16. Importância das barreiras não tarifárias
(Classificação otimizada da importância por floresta aleatória)



Fontes: Banco Mundial, base de dados do índice de desempenho logístico; Fórum Económico Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3.17. África: Aumento potencial do comércio regional
(Variação percentual nos fluxos comerciais)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Os números no eixo horizontal indicam a variação percentual em cada indicador para chegar à média mundial.

A importância de combater as barreiras não tarifárias para colher os frutos das reduções tarifárias

Os fatores não tarifários também podem influenciar a eficácia das políticas tarifárias. Por exemplo, a redução das tarifas poderá ter um efeito limitado nos fluxos comerciais, caso existam estrangulamentos logísticos significativos. Para avaliar em que medida os estrangulamentos não tarifários reduzem a eficácia das políticas tarifárias, este capítulo baseia-se em análises empíricas usando um modelo de limiar de painel global que abrange mais de 120 países no período 1990–2017 (Anexo Online 3.4).

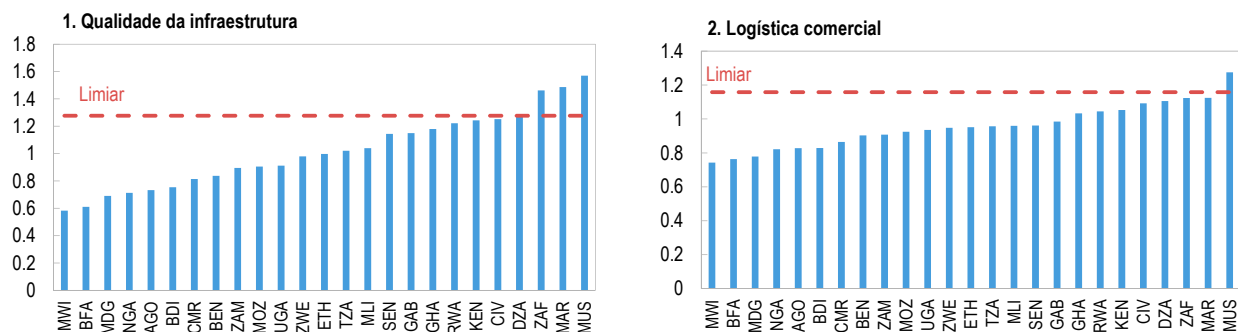
As análises empíricas mostram que os fatores não tarifários como as infraestruturas e a logística comercial prejudicam o potencial de promoção do comércio das políticas tarifárias, assim reduzindo porventura o impacto da ZCLCA no comércio intrarregional.⁷ Mais especificamente, a redução das tarifas terá um efeito relativamente limitado nos fluxos comerciais se a qualidade das infraestruturas for baixa (por exemplo, abaixo de um limiar mínimo). Para os países com infraestruturas precárias, as melhorias nesta matéria poderiam duplicar o impacto das reduções tarifárias sobre as trocas comerciais. Este efeito é especialmente forte nos países interiores. Estes resultados são relevantes para África. A maioria dos países africanos ocupam uma posição relativamente baixa em termos de qualidade das infraestruturas (Figura 3.18) e cerca

de um terço destes são países interiores, o que sugere que a baixa qualidade das infraestruturas em África diminui a eficácia das reduções tarifárias que visam impulsionar o comércio no continente. No que diz respeito aos países interiores, a logística também constitui um fator importante. Tem um maior impacto na capacidade comercial do que noutros países e os serviços básicos de logística aumentam grandemente o impacto das reduções tarifárias sobre o comércio. De uma forma geral, as melhorias em termos de logística e infraestruturas comerciais básicas são especialmente importantes para os países interiores colherem os frutos das reduções tarifárias.

Para os países de baixos rendimentos, há vários fatores não tarifários que influenciam a eficácia das reduções tarifárias. Nestes países, tanto a baixa qualidade das infraestruturas como do nível de capital humano prejudicam a eficácia das reduções tarifárias que visam impulsionar a integração comercial.

Em geral, a investigação empírica sugere que as políticas para reduzir os estrangulamentos não tarifários são fundamentais para impulsionar o comércio intrarregional em África. A análise, até ao momento, assenta em abordagens de equilíbrio parcial e não tem em conta efeitos de feedback. Os modelos de equilíbrio geral calculável (EGC) possibilitam efeitos de desvio de comércio e criação de comércio como resposta aos choques tarifários e não tarifários, explorando as vantagens comparativas

Figura 3.18. Lacunas na infraestrutura e na logística comercial em África



Fontes: Banco Mundial, base de dados do índice de desempenho logístico; Fórum Económico Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os limiares são estimados a partir do modelo de Hansen (1999) de limiar de painel de efeito fixo. Os limiares identificam quebras estruturais que dividem a equação de estimação em dois regimes com diferentes elasticidades tarifas-comércio. Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

⁷ Todos os índices são medidas sintéticas dos indicadores existentes. Por exemplo, o índice de infraestruturas inclui oito indicadores, entre os quais a qualidade das estradas e das vias férreas e o acesso a eletricidade.

dos países e os ajustamentos dos salários e preços a nível mundial.⁸ Quando são aplicados ao comércio intrarregional em África, os modelos EGC invariavelmente confirmam que a redução dos custos comerciais não tarifários tem um impacto bastante superior nos fluxos comerciais do que a eliminação das tarifas. Calcula-se que a eliminação das tarifas sobre o comércio intrarregional aumente o comércio na região em cerca de 15% a 25% a médio prazo, enquanto a redução das barreiras não tarifárias em 50% iria mais do que duplicar estes efeitos. Os modelos mostram ainda que as reduções das tarifas têm um efeito limitado no bem-estar e apenas uma diminuição simultânea das tarifas e dos estrangulamentos não tarifários poderia produzir efeitos positivos e significativos no bem-estar e no PIB dos países (Anexo Online 3.5).⁹

Até ao momento, o debate sobre a ZCLCA tem estado focado sobretudo no comércio de bens, mas a liberalização do comércio de serviços, incluindo serviços financeiros, é igualmente importante para o bem-estar dos países. A falta de dados, porém, muitas vezes impede uma análise aprofundada. Na maioria dos países africanos, o setor dos serviços representa a maior parte da economia (FMI 2017b) e, sendo assim, o comércio de serviços pode desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento dos países. Além disso, pode ter um impacto positivo no comércio de bens uma vez que possibilita que os países explorem melhor as suas vantagens comparativas (Banco Mundial 2012). Contudo, as barreiras ao comércio de serviços em África continuam relativamente elevadas (BAfD 2019) e os serviços muitas vezes cobrem atividades que tipicamente são reguladas. Assim, uma maior liberalização do comércio de serviços exige a articulação das políticas comerciais e reformas regulamentares a nível interno. Trata-se de um processo que poderá ser complexo dado que implica informação detalhada sobre regulamentos e restrições comerciais em cada setor e capacidade técnica considerável que costuma não existir em muitos países.

IMPLICAÇÕES DA ZCLCA PARA OS PAÍSES AFRICANOS: BEM-ESTAR, DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS E RECEITAS FISCAIS

Embora haja bastante margem para expandir o comércio em África, não é certo que os benefícios e os custos da expansão comercial sejam repartidos de forma homogênea entre países e dentro dos mesmos. A agenda de integração comercial para o continente apenas terá êxito se beneficiar todos e considerar os custos de ajustamento que a abertura comercial implica. Esta secção avalia os efeitos potencialmente diferenciados da ZCLCA nos países africanos, assim como o impacto sobre a distribuição de rendimentos dentro dos países e sobre as receitas fiscais de cada país. Identifica ainda políticas complementares para garantir que a integração comercial serve todas as partes.

Reforço do impacto da ZCLCA utilizando reformas estruturais

Uma questão fundamental para os decisores políticos é se a ZCLCA irá melhorar o bem-estar dos países. Vários estudos baseados em modelos EGC concluem que a capacidade das economias africanas beneficiarem da ZCLCA depende da sua estrutura económica. Economias mais diversificadas e orientadas para a indústria, os centros de comércio regional e as pequenas economias – que já estão relativamente mais expostas à concorrência internacional – beneficiam mais de uma maior integração regional do que as economias baseadas na agricultura e algumas economias baseadas nos recursos naturais (Anexo Online 3.5).

O que os países podem fazer para aproveitar ao máximo as oportunidades proporcionadas pela ZCLCA? A literatura sobre este tema sugere que maiores fluxos comerciais podem despoletar alterações estruturais profundas ao aumentar a eficiência produtiva e disseminar conhecimentos e tecnologias nos países (FMI 2016). Neste

⁸ Embora captem várias interações económicas, estes modelos ainda não têm em consideração o efeito transformador do comércio nas economias dos países.

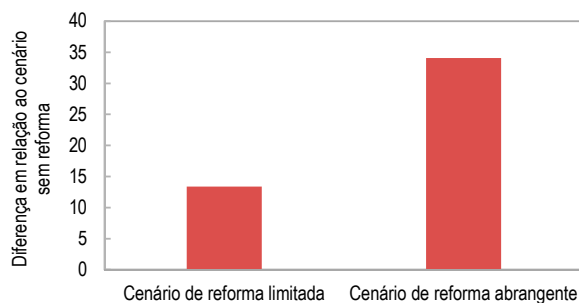
⁹ Uma revisão de estudos recentes sugere que a eliminação das tarifas do comércio intrarregional iria aumentar o bem-estar em até 0,5% a médio prazo. A conjugação da eliminação das tarifas com a redução para metade das barreiras não tarifárias iria aumentar o bem-estar a médio prazo em até 3,8% e o PIB em cerca de 1% (Anexo Online 3.5).

contexto, reformas estruturais complementares que impulsionem a eficiência em setores nos quais as economias em desenvolvimento têm vantagem competitiva (por exemplo, agricultura) podem potenciar o efeito positivo do reforço dos fluxos comerciais e aumentar o PIB mais do que o comércio por si só. Embora as reformas estruturais possam ser úteis para todos os países, a questão que se coloca é se poderão ajudar economias menos diversificadas e orientadas para a agricultura a beneficiarem mais da liberalização do comércio.

Para analisar esta questão, é utilizado o modelo de equilíbrio geral estocástico com vários setores e diferentes produtividades setoriais. O modelo é calibrado para uma economia africana de exportação agrícola estilizada. O modelo de referência é alterado mediante a redução das tarifas (o que reflete o impacto da ZCLCA) e o aumento da produtividade do setor agrícola (onde a economia já possui uma vantagem competitiva) ao mesmo tempo que permite a mobilidade da mão de obra entre setores. Tal crescimento da produtividade pode refletir reformas estruturais que, por exemplo, aumentem os rendimentos nas principais exportações agrícolas (Anexo Online 3.6).

A análise sugere que se a ZCLCA fosse complementada com reformas estruturais, teria um impacto significativamente maior no PIB das economias em desenvolvimento e economias de base agrícola. O efeito adicional do comércio sobre

Figura 3.19. Impacto adicional sobre o PIB da expansão comercial em cenários de reforma estrutural, exportador agrícola (Porcentagem)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A expansão comercial é definida como um aumento da abertura (exportações mais importações em relação ao PIB). O “cenário de reforma limitada” implica um efeito de longo prazo adicional de 3 por cento sobre os níveis do PIB, enquanto o “cenário de reforma abrangente” implica um aumento adicional de 7 por cento no PIB.

as reformas estruturais complementares aumenta com a eficácia das reformas. Reformas estruturais efetivas podem incrementar em até um terço o impacto da expansão do comércio sobre o PIB (Figura 3.19). Assim, mesmo as economias em desenvolvimento e orientadas para a agricultura podem obter ganhos substanciais decorrentes da integração comercial, se forem implementadas as reformas estruturais apropriadas.

A integração do comércio regional afeta a distribuição de rendimentos

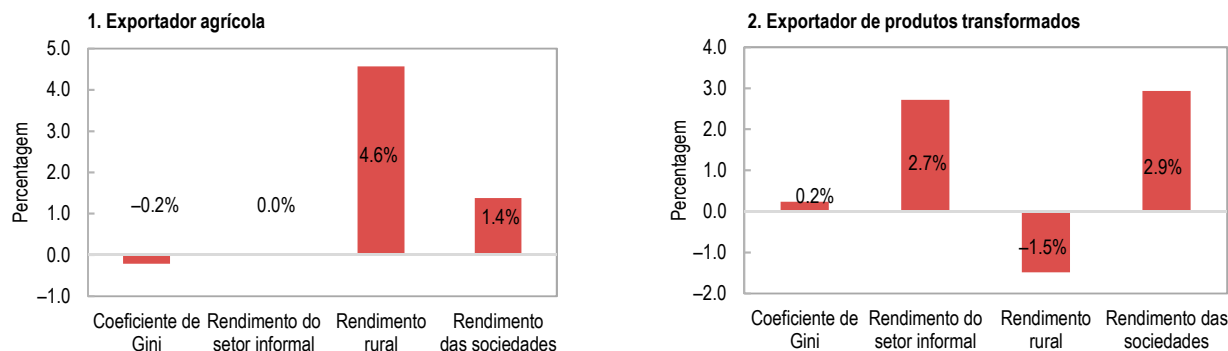
A desigualdade em África é muito elevada e vale a pena analisar o possível impacto da expansão dos fluxos comerciais associados à ZLCC sobre a desigualdade na região.¹⁰

A entrada de muitas economias em desenvolvimento no mercado mundial nas últimas décadas coincidiu com alterações significativas em matéria de desigualdade de rendimentos. Enquanto a desigualdade caiu a nível mundial, com milhões de trabalhadores a saírem da pobreza, nomeadamente na Ásia, a desigualdade dentro dos países muitas vezes aumentou. Embora fosse esperado que a globalização ajudasse as pessoas com menos qualificações e melhorasse a distribuição de rendimentos, o fosso salarial entre a mão de obra qualificada e não qualificada alargou-se, ao mesmo tempo que a percentagem de rendimentos do trabalho no total do valor acrescentado caiu, assim contribuindo para um agravamento da desigualdade em muitos países (Ravallion 2017).

Para medir os efeitos da maior abertura comercial decorrente da ZCLCA sobre a desigualdade de rendimentos, esta secção reexamina este assunto crítico usando uma abordagem a dois níveis. Primeiro, emprega o modelo de equilíbrio geral estocástico da secção anterior, calibrado para economias africanas estilizadas (por exemplo, economias baseadas na agricultura e nos recursos naturais) de modo a prever as formas mediante as quais a integração comercial pode afetar a desigualdade. Depois, testa empiricamente as previsões do modelo usando regressões de painel que cobrem mais de 100 países para o período de 2000–14.

¹⁰ Sete dos dez países mais desiguais do mundo situam-se em África. www.indexmundi.com/facts/indicators/si.pov.gini/rankings.

Figura 3.20. Variação nos coeficientes de Gini e quotas de rendimentos
(Variação percentual com um aumento de 1 por cento na abertura comercial)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

As estimativas do modelo sugerem que o impacto do aumento do comércio na desigualdade de rendimentos a médio prazo é em geral limitado, mas os efeitos diferem entre economias (Figura 3.20):

- Em economias orientadas para a agricultura e, em certa medida, em economias exportadoras de recursos naturais, a abertura comercial diminui ligeiramente a desigualdade de rendimentos.¹¹ Mais exportações agrícolas traduzem-se em maiores rendimentos nas zonas rurais onde vive uma grande parte da população pobre. O efeito é maior se as tarifas para os consumos intermédios para a produção agrícola (por exemplo, adubos e equipamentos) descenderem, porque isto baixa os custos de produção e aumenta mais os rendimentos nas zonas rurais.¹²
- Em países exportadores de produtos transformados, a abertura comercial aumenta um pouco a desigualdade. Uma subida das exportações de produtos transformados tende a favorecer empresas que contratam mão de obra altamente qualificada e melhor remunerada, assim agravando a desigualdade de rendimentos. A

redução das tarifas dos consumos intermédios iria potenciar este efeito sobre os rendimentos.

Um dos motivos pelos quais uma maior integração comercial tem um impacto limitado ao nível da desigualdade é a presença, em muitos países africanos, de vastos setores informais. Por natureza, o setor informal está associado a uma maior desigualdade (se estiver concentrado em atividades de baixas qualificações), mas também está concentrado nos bens e serviços não transacionáveis e, por conseguinte, é relativamente insensível aos efeitos da integração comercial, assim isolando uma grande fatia da população do impacto do comércio (Anexo Online 3.6).¹³

A análise empírica confirma amplamente as previsões do modelo com algumas conclusões importantes. Em termos agregados, uma maior integração comercial não está associada a um aumento da desigualdade de rendimentos a médio prazo. Porém, resulta numa maior desigualdade a curto prazo, com um possível declínio na parte dos rendimentos que resulta para os mais pobres.¹⁴ Este facto sugere que o efeito distributivo inicial e adverso da abertura do comércio desaparece à

¹¹ Calcula-se que o coeficiente de Gini caia 0,2% por cada aumento de 1% nos fluxos comerciais. Assim, como se prevê que a ZCLCA irá provocar um aumento de 16% nos fluxos comerciais (ver secções anteriores), o coeficiente de Gini poderá cair até 3% face ao seu nível inicial.

¹² A desigualdade diminui menos nos países exportadores de recursos naturais do que nos países exportadores de produtos agrícolas. Embora as atividades de recursos naturais sejam um setor de capital intensivo e favoreçam os grandes detentores de capital, estas atividades também sofrem uma tributação maior, assim gerando mais recursos para serem redistribuídos.

¹³ Parte-se do pressuposto que o setor informal produz principalmente bens e serviços não transacionáveis, que não são afetados pelo comércio internacional. Para uma análise da informalidade em África e a sua grande dimensão na África Subsariana, ver Medina e Cangul 2017.

¹⁴ Alguns estudos recentes concluíram que a abertura comercial está associada a um baixo nível de desigualdade (Jaumotte, Lall e Papageorgiou 2013). Porém, estes estudos abrangem dados apenas até o início da década de 2000, e o uso de dados mais recentes explica as conclusões diferentes (Anexo Online 3.7).

medida que as economias se vão ajustando ao longo do tempo. A este respeito, as economias africanas não divergem significativamente das economias de outros países. Além disso, há indícios de que uma maior integração comercial não está relacionada com um aumento da pobreza. Tal como no modelo, as estimativas empíricas confirmam que a liberalização comercial está associada a uma melhor distribuição dos rendimentos nas economias com setores agrícolas relativamente maiores e que, apesar de a informalidade estar associada a uma maior desigualdade de rendimentos, tende a atenuar os efeitos a curto prazo da liberalização comercial sobre a distribuição de rendimentos (Anexo Online 3.7).¹⁵

Reduções limitadas nas receitas fiscais com algumas exceções

Uma das preocupações associadas à ZCLCA é o facto de as reduções tarifárias poderem resultar em perdas de receitas fiscais e pressões orçamentais. A ZCLCA implicará perdas significativas de receitas? O que é que os países podem fazer para preservar a sustentabilidade orçamental?

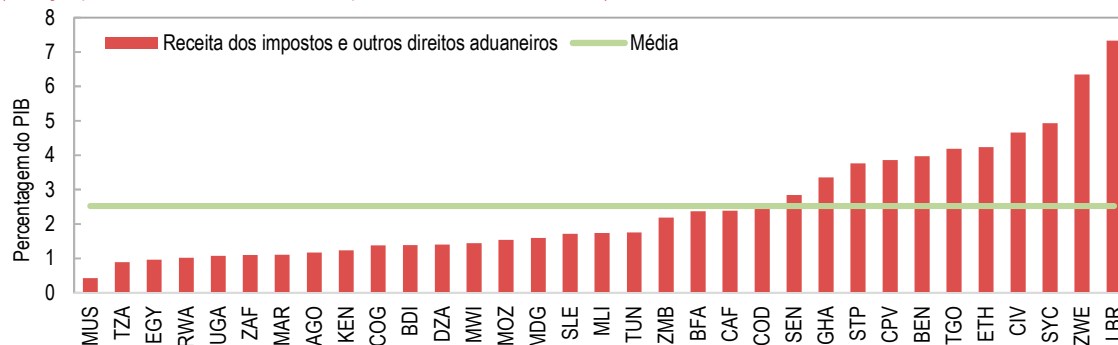
Uma análise aos dados comerciais e receitas fiscais dos países africanos sugere que, em média, as perdas de receitas fiscais devido à ZCLCA deverão ser limitadas. O total de receitas aduaneiras

em África é relativamente baixo e apenas uma pequena proporção dessas receitas depende do comércio regional (Figura 3.21). Durante o período 2010–2015, as receitas aduaneiras situaram-se, em média, em cerca de 2,5% do PIB (16% do total de receitas fiscais) e o total de importações regionais, incluindo importações às quais é aplicada uma taxa zero nas CER, atingiu uma média de 17% do total das importações. O panorama era drasticamente diferente há duas décadas, antes de muitos países africanos aderirem à Organização Mundial do Comércio (OMC) e assinarem vários acordos comerciais (Anexo Online 3.8).

Contudo, estas médias reduzidas escondem uma heterogeneidade considerável e importantes exceções entre os países. No período 2010–15, as receitas aduaneiras da maioria dos países ficaram, em média, abaixo dos 2% do PIB, mas em alguns países foram superiores a 5% do PIB. Além disso, para alguns países, as importações da região ultrapassaram os 35% do total de importações (por exemplo, Côte d'Ivoire, Maláui, Zâmbia, Zimbábue), o que sugere riscos de avultadas perdas de receitas.

De maneira a avaliar o impacto direto da ZCLCA nas receitas fiscais, este capítulo aplica a tarifa média efetiva aos dados de importação dos países por produto.¹⁶ Assumindo a eliminação de

Figura 3.21. Receita aduaneira nos países africanos, 2010–15
(Variação percentual com um aumento de 1 por cento na abertura comercial)



Fonte: FMI, Departamento de Finanças Públicas, base de dados de indicadores da receita fiscal.

Nota: Excluindo os países da União Aduaneira da África Austral (SACU), exceto a África do Sul, uma vez que a receita aduaneira dos países da SACU é agrupada. Ver na página vi o quadro de abreviaturas de países.

¹⁵ É de salientar que embora a análise se centre em medidas agregadas de desigualdade de rendimentos, a desigualdade entre regiões e grupos sociais – tais como mulheres e jovens – dentro dos países pode variar significativamente, em função das circunstâncias dos países.

¹⁶ Para cada país i , o total de receitas aduaneiras é calculado como a soma (para todos os tipos de produtos e todos os países) da tarifa efetiva média imposta pelo país i sobre o bem Z importado do país y^* multiplicado pelo valor dessas importações. Este processo tem em conta as diferenças tarifárias resultantes de acordos bilaterais ou comunidades económicas sub-regionais.

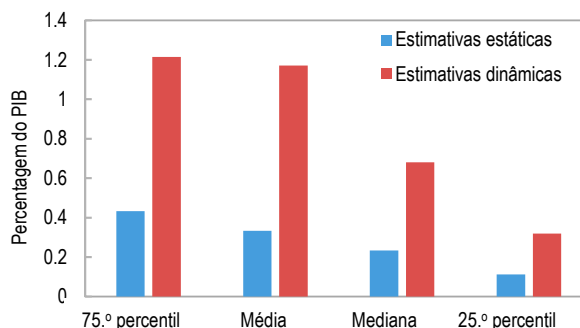
todas as tarifas sobre as importações regionais e considerando as perdas no imposto sobre o valor acrescentado resultantes de bases fiscais mais pequenas, a perda média de receitas estimada é baixa, cerca de 0,3% do PIB (Anexo Online 3.8).¹⁷ Contudo, considerando as tarifas em vigor e as ligações comerciais regionais, as perdas de receitas podem ser grandes em alguns países, ultrapassando 1% a 2% do PIB (por exemplo, na República Democrática do Congo, Serra Leoa e Zimbábwe).

Essas perdas estáticas de receitas estimadas não têm em conta, por um lado, a possibilidade de os países da ZCLCA, por conveniência, desviarem o comércio e substituírem as importações de países com tarifas altas por importações de membros da ZCLCA e, por outro, que a ZCLCA pode elevar o PIB dos países. Partindo de elasticidades conservadoras (estimadas na literatura) ao crescimento e ao desvio do comércio, a análise demonstra que estes efeitos dinâmicos poderão implicar perdas de receitas maiores, mas ainda assim limitadas. Em média, as perdas de receitas cifrar-se-ão em 0,5% a 0,8% do PIB consoante as elasticidades assumidas. Contudo, em alguns países, as perdas de receitas podem chegar a 3%–5% do PIB (Figura 3.22; ver o Anexo Online 3.8 para mais pormenores). Relativamente a estes países, as autoridades deviam definir políticas claras de mobilização de recursos internos ao aderir à ZCLCA.

RESUMO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS

Este capítulo sugere que existe uma margem significativa para África expandir ainda mais o comércio intrarregional, que já tem vindo a registar um rápido crescimento. A redução das tarifas e, principalmente, a resolução dos estrangulamentos não tarifários contribuiriam para uma maior integração do comércio regional. A melhoria da logística comercial inadequada e, em menor grau, da infraestrutura precária apresenta um grande potencial para impulsionar a integração do comércio regional, sobretudo no que diz respeito aos países interiores e de baixos rendimentos. A experiência das CER em África confirma que a redução das

Figura 3.22. Perdas estimadas de receitas, estáticas e dinâmicas, resultantes das reduções tarifárias



Fonte: UNCTAD, base de dados do Sistema de Informação e Análise do Comércio; e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: As perdas incluem perdas com a redução tarifária e com o imposto sobre o valor acrescentado. As perdas dinâmicas têm em conta os desvios no comércio e as variações no PIB.

tarifas por si só poderá não ser suficiente para impulsionar o comércio intrarregional visto que os fatores não tarifários também colocam entraves aos fluxos comerciais.

O que é que isto significa para a ZCLCA e o que é que os países podem fazer para fomentar e aproveitar a integração regional e ajudar a promover a produtividade e o crescimento em África? Caso sejam aplicadas a uma grande parte dos fluxos comerciais, as conclusões apresentadas neste relatório sugerem que as reduções tarifárias podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento do comércio intrarregional. Contudo, as reduções tarifárias devem ser acompanhadas de políticas de redução dos estrangulamentos não tarifários ao comércio. Tais políticas devem estar na linha da frente dos esforços para fomentar a integração do comércio regional em África. Dentro de muitas CER, o comércio não tem praticamente restrições tarifárias; como tal, a resolução dos problemas em matéria de infraestruturas e logística comercial, incluindo os serviços alfandegários e os procedimentos de desalfandegamento, daria o apoio tão necessário ao crescimento do comércio intrarregional. A eliminação destes obstáculos seria especialmente benéfica para os países interiores e de baixos rendimentos. Além disso, o estabelecimento de um mecanismo para identificar e monitorizar a eliminação de outros tipos de barreiras não tarifárias – como quotas, licenças, subsídios e a aplicação

¹⁷ Isto representa um limite superior para eventuais perdas de receitas uma vez que a ZCLCA exige a eliminação de tarifas relativas a apenas 90% dos bens comerciais. Os resultados são confirmados quando se utiliza as taxas efetivas das nações mais favorecidas, isto é, a tarifa máxima que um país pode impor sobre outros países ao abrigo da OMC. Neste caso, as previsões apontam para uma perda média de cerca de 0,5% do PIB.

restritiva de medidas não tarifárias como as regras de origem e as medidas sanitárias e fitossanitárias – contribuiria significativamente para aumentar a eficácia da ZCLCA. O desenvolvimento de sistemas regionais de pagamento e a introdução de acordos de swap entre os bancos centrais e de uma câmara de compensação multimoedas poderiam ajudar à integração comercial. Em termos mais gerais, a liberalização do comércio de serviços poderá obrigar a uma articulação entre as políticas comerciais e as reformas regulamentares a nível interno. À luz deste contexto, a ZCLCA pode ser o catalisador que irá estimular os esforços para resolver estes estrangulamentos e estas questões de coordenação tanto a nível nacional como sub-regional.

A fim de assegurar que todos usufruem dos benefícios económicos e do bem-estar resultantes da integração comercial regional, as políticas devem dar resposta aos custos de ajustamento que a integração poderá implicar. A análise neste capítulo sugere que para que os países com orientação

agrícola e menos diversificados colham os benefícios da integração comercial, as políticas comerciais devem ser acompanhadas de reformas estruturais que impulsionem a produtividade agrícola para melhor alavancar as suas vantagens competitivas. Também é provável que uma maior integração do comércio regional afete negativamente as receitas fiscais em alguns países, que terão de conceber estratégias fiscais que visem o aumento das receitas fiscais internas, tendo igualmente em conta os possíveis efeitos no crescimento e na distribuição (FMI 2018c). Para que sejam coroadas de êxito, as políticas de integração do comércio regional devem mitigar os eventuais efeitos adversos da integração comercial sobre a distribuição de rendimentos, em especial nas economias mais diversificadas, por meio de programas sociais bem direcionados (por exemplo, apoio ao rendimento) e programas de formação para facilitar a mobilidade de mão de obra entre setores e promover o emprego.

REFERÊNCIAS

- Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) 2012. “Informal Cross Border Trade in Africa: Implications and Policy Recommendations.” *Africa Economic Brief* 3 (10 de novembro).
- . 2019. *African Economic Outlook 2019*. Abidjan.
- Banco Mundial. 2012. “De-Fragmenting Africa.” Washington, DC.
- Cherif, R., F. Hasanov e L. Wang. 2018. “Sharp Instrument: A Stab at Identifying the Causes of Economic Growth.” IMF Working Paper 18/117, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). 2018. “African Continental Free Trade Area: Towards the Finalization of Modalities on Goods.” Addis Ababa.
- Hansen, B. 1999. “Threshold Effects in Non-Dynamic Panels: Estimation, Testing, and Inference.” *Journal of Econometrics* 93 (2): 345-368.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2015. “Global Value chains: Where Are You? The Missing Link in Sub-Saharan Africa’s Trade Integration.” In *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Washington, DC, abril.
- . 2016. “Global Trade, What’s behind the Slowdown?” In *World Economic Outlook*. Washington, DC, outubro.
- . 2017a. “Restarting the Growth Engine.” *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa*. Washington, DC, abril.
- . 2017b. “Fiscal Adjustment and Economic Diversification” *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa*. Washington, DC, outubro.
- . 2018a. *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa: Growth Challenges for the Next Decade and Beyond*, Washington, DC, outubro.
- . 2018b. “Domestic Revenue Mobilization and Private Investment.” *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa*. Washington, DC, maio.
- . 2018c. “Regional Spillovers in Sub-Saharan Africa.” IMF Spillover Note 18/01, Washington, DC.
- Jaumotte F., S. Lall e C. Papageorgiou. 2013. “Rising Income Inequality: Technology, or Trade and Financial Globalization?” *IMF Economic Review* 61 (2): 271-309.
- Medina, L. A. W. Jonelis e M. Cangul. 2017. “The Informal Economy in Sub-Saharan Africa: Size and Determinants.” IMF Working Paper 17/156, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ravallion M. 2017. “Inequality and Globalization: A Review Essay.” ECINEX Working Paper 2017/435, Society for the Study of Economic Inequality, Milão.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 23 de março de 2019 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2019 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Tabelas adicionais contendo dados históricos e previsões para as principais variáveis macroeconómicas são publicadas online no Documento de Referência e no Apêndice Estatístico.

Grupos de países

Os países são classificados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 56 o quadro com os grupos de países).

- Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também repartidos em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 56 o quadro com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto per capita (média sobre três anos) e a pontuação no índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a USD 995,00 no período 2015–17 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a USD 995,00 no período 2015–17 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países em situação frágil são aqueles com pontuação CPIA igual ou inferior a 3,2 no período 2015–17 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.
- Na página 56, os países da África Subariana são agrupados segundo a sua participação nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nas tabelas AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à massa monetária são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada

pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Na tabela AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em

percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nas tabelas AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da massa monetária, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de tabelas do anexo estatístico AE1—AE4

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média.....	64
AE2. Saldo orçamental global, incluindo donativos e dívida pública.....	65
AE3. Massa monetária e conta corrente externa, incl. donativos.....	66
AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor, e reservas.....	67

Lista de fontes e notas de rodapé das Tabelas Estatísticas AE1–AE4:

Tabelas AE1–AE3

Fonte: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, abril de 2019.

¹ Dados do exercício orçamental.

² Em fevereiro de 2019, o Zimbábue adotou uma nova moeda nacional, o dólar RTGS, que se tornou a unidade de conta oficial. Estão a ser desenvolvidos esforços para revisar e atualizar todas as séries das contas nacionais para o novo dólar RTGS. Os dados atuais têm como base estimativas do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em dólares dos EUA (e RTGS). As estimativas do corpo técnico sobre a cotação do dólar podem diferir daquela das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE4

Fonte: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, abril de 2019.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício orçamental.

⁴ Em fevereiro de 2019, o Zimbábue adotou uma nova moeda nacional, o dólar RTGS, que se tornou a unidade de conta oficial. Estão a ser desenvolvidos esforços para revisar e atualizar todas as séries das contas nacionais para o novo dólar RTGS. Os dados atuais têm como base estimativas do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em dólares dos EUA (e RTGS). As estimativas do corpo técnico sobre a cotação do dólar podem diferir daquela das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Quênia	Angola	Botswana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Ruanda	Botswana	Eswatini	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Gabão	Eritreia	Tanzânia	Congo, Rep. Dem. do	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Guiné Equatorial	Eswatini	Uganda	Eswatini	Namíbia	Gâmbia
Níger	Rep. Centro-Africana	Etiópia		Lesoto		Gana
Senegal		Madagáscar		Madagáscar		Guiné
Togo		Malawi		Malawi		Guiné-Bissau
		Maurícias		Maurícias		Libéria
		Quênia		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Seicheles		Nigéria
		Uganda		Tanzânia		Senegal
		Zâmbia		Zâmbia		Serra Leoa
		Zimbabwe		Zimbabwe		Togo

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países em situação frágil
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Benim	Burundi
Camarões	Botswana	Burundi	Angola	Burkina Faso	Chade
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Botswana	Burundi	Comores
Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Comores	Cabo Verde	Chade	Congo, Rep. Dem. do
Gabão	Gana	Côte d'Ivoire	Camarões	Comores	Congo, Rep. do
Guiné Equatorial	Guiné	Eritreia	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Côte d'Ivoire
Nigéria	Libéria	Eswatini	Côte d'Ivoire	Eritreia	Eritreia
Sudão do Sul	Mali	Etiópia	Eswatini	Sudão do Sul	Gâmbia
	Namíbia	Gâmbia	Gabão	Tanzânia	Guiné
	Níger	Guiné-Bissau	Gana	Togo	Guiné-Bissau
	Rep. Centro-Africana	Lesoto	Guiné Equatorial	Uganda	Libéria
	Serra Leoa	Madagáscar	Lesoto	Zimbabwe	Madagáscar
	Tanzânia	Malawi	Maurícias		Malawi
	Zâmbia	Maurícias	Namíbia		Mali
	Zimbabwe	Moçambique	Nigéria		Rep. Centro-Africana
		Quênia	Quênia		São Tomé e Príncipe
		Ruanda	São Tomé e Príncipe		Sudão do Sul
		São Tomé e Príncipe	Seicheles		Togo
		Seicheles	Senegal		Zimbabwe
		Senegal	Zâmbia		
		Togo			
		Uganda			

Tabela AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB real						Preços no consumidor, média anual					
	<i>(Variação percentual anual)</i>						<i>(Variação percentual anual)</i>					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
Angola	4.6	-2.6	-0.2	-1.7	0.4	2.9	10.6	30.7	29.8	19.6	17.5	11.1
Benim	4.3	4.0	5.8	6.5	6.5	6.5	2.0	-0.8	0.1	1.0	2.0	2.0
Botswana	5.5	4.3	2.9	4.6	3.9	4.1	6.1	2.8	3.3	3.2	3.6	3.8
Burkina Faso	5.9	5.9	6.3	6.0	6.0	6.0	1.2	-0.2	0.4	2.0	2.0	2.0
Burundi	3.3	-1.0	0.0	0.1	0.4	0.5	8.7	5.5	16.6	1.2	7.3	9.0
Cabo Verde	1.5	4.7	4.0	4.7	5.0	5.0	1.7	-1.4	0.8	1.3	1.6	2.0
Camarões	4.8	4.6	3.5	4.0	4.3	4.7	2.2	0.9	0.6	0.9	1.2	1.5
Rep. Centro-Africana	-3.4	4.5	4.3	4.3	5.0	5.0	5.2	4.6	4.1	3.0	3.0	2.5
Chade	6.2	-6.4	-3.1	3.1	4.5	6.0	2.7	-1.1	-0.9	2.5	2.9	3.0
Comores	2.3	2.2	2.7	2.8	2.8	2.9	2.8	1.8	1.0	2.0	2.0	2.0
Congo, Rep. Dem. do	7.7	2.4	3.4	3.9	4.3	4.4	7.1	18.2	41.5	29.3	8.4	6.7
Congo, Rep. do	4.8	-2.8	-3.1	0.8	5.4	1.5	2.6	3.2	0.4	1.2	1.5	1.8
Côte d'Ivoire	5.8	8.0	7.7	7.4	7.5	7.2	2.0	0.7	0.8	0.3	2.0	2.0
Guiné Equatorial	-1.2	-8.8	-4.7	-5.7	-4.0	-4.7	3.8	1.4	0.7	1.3	2.6	2.7
Eritreia	4.7	1.9	5.0	4.2	3.8	4.1	7.8	9.0	9.0	9.0	9.0	9.0
Eswatini	3.3	3.2	1.9	0.2	-0.4	0.2	6.0	7.8	6.2	4.8	5.6	5.5
Etiópia ¹	10.2	8.0	10.1	7.7	7.7	7.5	15.1	6.6	10.7	13.8	9.3	8.0
Gabão	5.4	2.1	0.5	1.2	3.1	3.9	1.7	2.1	2.7	4.8	3.0	2.5
Gâmbia	2.9	0.4	4.6	6.6	5.4	5.2	5.5	7.2	8.0	6.5	6.3	6.0
Gana	7.9	3.4	8.1	5.6	8.8	5.8	11.0	17.5	12.4	9.8	9.1	8.4
Guiné	4.5	10.5	9.9	5.8	5.9	6.0	13.6	8.2	8.9	9.7	8.9	8.3
Guiné-Bissau	3.6	6.3	5.9	3.8	5.0	5.0	1.6	1.5	1.1	1.4	2.0	2.1
Quênia	6.0	5.9	4.9	6.0	5.8	5.9	7.8	6.3	8.0	4.7	4.4	5.0
Lesoto	4.2	3.1	-1.6	1.5	3.9	0.3	4.8	6.2	4.5	5.2	5.4	5.6
Libéria	5.3	-1.6	2.5	1.2	0.4	1.6	8.0	8.8	12.4	23.4	22.3	20.5
Madagáscar	2.2	4.2	4.3	5.2	5.2	5.3	7.3	6.7	8.3	7.3	6.7	6.3
Malawi	4.6	2.3	4.0	3.2	4.0	5.0	18.4	21.7	11.5	9.2	8.7	8.2
Mali	3.9	5.8	5.4	4.9	5.0	4.9	1.9	-1.8	1.8	1.7	1.7	2.2
Maurícias	3.8	3.8	3.8	3.8	3.9	3.9	3.6	1.0	3.7	3.2	2.1	3.7
Moçambique	7.0	3.8	3.7	3.3	4.0	4.0	6.1	19.9	15.1	3.9	4.2	5.5
Namíbia	5.7	0.6	-0.9	-0.1	1.4	2.0	5.2	6.7	6.1	4.3	5.2	5.5
Níger	6.6	4.9	4.9	5.2	6.5	6.0	0.5	0.2	2.4	3.0	2.4	2.1
Nigéria	5.8	-1.6	0.8	1.9	2.1	2.5	10.4	15.7	16.5	12.1	11.7	11.7
Ruanda	7.5	6.0	6.2	8.6	7.8	8.1	3.8	5.7	4.8	1.4	3.5	5.0
São Tomé e Príncipe	4.9	4.2	3.9	3.0	4.0	4.5	9.8	5.4	5.7	7.9	7.8	5.5
Senegal	4.3	6.2	7.2	6.2	6.9	7.5	1.0	0.8	1.3	0.5	1.3	1.5
Seicheles	5.1	4.5	5.3	3.6	3.4	3.3	2.8	-1.0	2.9	3.7	3.4	3.0
Serra Leoa	5.3	6.4	3.8	3.7	5.4	5.4	6.2	10.9	18.2	16.9	15.8	13.0
África do Sul	2.3	0.4	1.4	0.8	1.2	1.5	5.2	6.3	5.3	4.6	5.0	5.4
Sudão do Sul	-5.1	-16.7	-5.5	-1.2	8.8	5.2	24.9	379.8	187.9	83.5	24.5	16.9
Tanzânia	6.5	6.9	6.8	6.6	4.0	4.2	9.2	5.2	5.3	3.5	3.5	4.5
Togo	6.1	5.6	4.4	4.7	5.0	5.3	1.9	0.9	-0.7	0.7	1.8	2.0
Uganda	5.3	2.3	5.0	6.2	6.3	6.2	7.5	5.5	5.6	2.6	3.6	4.4
Zâmbia	6.0	3.8	3.4	3.5	3.1	2.9	8.1	17.9	6.6	7.0	10.7	12.0
Zimbabwe ²	9.4	0.7	4.7	3.4	-5.2	3.3	1.5	-1.6	0.9	10.6	73.4	9.4
África Subsariana	5.1	1.4	2.9	3.0	3.5	3.7	7.7	11.2	11.0	8.5	8.1	7.4
<i>Mediana</i>	5.0	3.8	4.0	3.8	4.3	4.7	4.9	5.5	5.3	3.9	4.2	5.0
Excl. África do Sul e Nigéria	5.8	3.4	4.7	4.5	5.0	5.1	7.3	10.6	10.3	8.0	7.4	6.0
Países exportadores de petróleo	5.3	-1.8	0.5	1.4	2.2	2.7	9.4	17.5	17.1	12.2	11.1	10.3
Excl. Nigéria	4.1	-2.2	-0.3	0.0	2.3	3.2	6.9	22.4	18.6	12.4	9.6	6.7
Países importadores de petróleo	4.9	3.5	4.6	4.1	4.3	4.3	6.6	7.0	7.2	6.2	6.3	5.7
Excl. África do Sul	6.4	5.1	6.1	5.6	5.7	5.5	7.4	7.3	8.1	6.9	6.9	5.8
Países de rendimento médio	4.7	0.4	2.0	2.2	2.9	3.1	7.7	11.6	11.0	8.2	8.1	7.9
Excl. África do Sul e Nigéria	5.3	2.7	3.7	3.4	4.7	4.6	6.7	11.1	9.6	6.9	6.8	5.9
Países de baixo rendimento	6.5	4.4	5.9	5.7	5.3	5.6	8.0	10.0	11.0	9.2	8.1	6.0
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	7.0	5.9	7.0	6.6	6.0	6.0	8.7	5.9	7.3	6.7	5.6	5.6
Países em situação frágil	5.5	2.3	3.9	4.4	4.6	5.1	5.5	13.4	13.5	10.4	10.1	5.4
Zona do franco CFA	4.6	3.4	3.8	4.4	5.2	5.2	2.0	0.6	0.9	1.4	1.9	2.0
CEMAC	3.9	-0.3	0.1	1.7	3.3	3.3	2.6	1.3	0.8	1.9	2.0	2.1
UEMOA	5.2	6.4	6.6	6.3	6.6	6.5	1.5	0.1	1.0	1.0	1.8	1.9
COMESA (membros da ASS)	6.8	4.8	5.8	5.6	5.3	5.7	8.7	8.1	10.4	9.3	9.2	6.8
CAO-5	6.1	5.4	5.6	6.3	5.3	5.4	8.0	5.7	6.5	3.6	3.9	4.8
CEDEAO	5.9	0.5	2.8	3.2	3.8	3.8	9.0	12.8	12.9	9.7	9.4	9.3
SACU	2.6	0.6	1.4	0.9	1.3	1.6	5.3	6.2	5.2	4.6	4.9	5.3
SADC	3.9	1.3	2.3	1.8	1.9	2.6	6.6	10.3	9.9	7.7	8.0	6.5

Ver fontes e notas de rodapé na página 62.

Tabela AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos						Dívida pública					
	(Percentagem do PIB)						(Percentagem do PIB)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
Angola	1.1	-4.5	-6.3	2.4	0.1	-0.1	37.2	75.7	68.5	88.1	90.5	82.8
Benim	-0.6	-5.9	-5.8	-4.7	-2.7	-1.8	30.6	49.7	54.4	54.6	54.0	51.5
Botswana	4.5	0.7	-1.0	-3.1	-3.5	-2.6	18.6	15.6	14.1	12.9	12.8	13.4
Burkina Faso	-0.8	-3.6	-7.9	-4.7	-3.0	-3.0	30.3	39.2	38.4	43.0	42.5	42.1
Burundi	-8.2	-6.2	-7.8	-8.6	-9.1	-10.0	41.4	48.4	51.7	58.4	63.5	69.1
Cabo Verde	-3.4	-3.0	-3.1	-2.7	-2.3	-2.6	97.8	127.6	124.6	127.7	125.3	120.8
Camarões	7.9	-6.1	-4.9	-2.7	-2.2	-1.7	19.6	32.5	36.9	37.7	38.1	37.4
Rep. Centro-Africana	0.5	1.6	-1.1	0.7	0.7	-0.1	39.7	56.0	52.9	48.5	42.2	39.2
Chade	1.2	-2.0	-0.1	1.4	-0.2	1.5	34.1	51.8	52.4	46.6	42.9	38.4
Comores	-1.7	-7.4	0.6	-1.8	-2.6	-2.8	33.9	27.8	31.8	31.2	35.1	36.3
Congo, Rep. Dem. do	0.1	-1.0	-1.5	-0.5	-0.5	-0.5	22.3	19.3	18.1	15.7	14.0	13.2
Congo, Rep. do	14.6	-20.4	-7.5	5.4	7.2	9.6	60.3	127.8	125.4	98.5	90.2	83.7
Côte d'Ivoire	-1.0	-4.0	-4.5	-4.0	-3.0	-3.0	52.1	48.4	49.8	52.2	50.9	49.1
Guiné Equatorial	16.3	-10.9	-2.6	2.8	2.1	2.2	12.4	43.4	38.0	35.9	37.5	37.0
Eritreia	-17.9	-14.7	-14.5	-13.2	-13.0	-14.4	132.2	132.8	131.2	129.4	127.3	136.2
Eswatini	1.4	-10.8	-6.5	-10.1	-8.8	-5.1	15.1	26.0	29.2	34.9	41.1	43.1
Etiópia ¹	-3.4	-2.3	-3.3	-3.0	-3.0	-3.0	46.3	56.1	59.0	61.1	57.4	56.3
Gabão	8.5	-4.7	-1.7	1.5	0.3	-0.0	29.0	64.2	62.6	58.2	58.5	55.7
Gâmbia	-1.6	-6.5	-5.4	-6.6	-0.2	-3.5	56.0	82.3	87.9	83.2	78.7	75.2
Gana	-3.8	-6.9	-4.1	-7.0	-5.6	-4.4	41.8	57.1	57.3	59.6	62.0	60.0
Guiné	-1.1	-0.1	-2.0	-2.0	-2.3	-1.7	44.2	42.0	40.4	38.7	46.0	45.3
Guiné-Bissau	-5.4	-5.6	-1.4	-5.1	-2.8	-3.1	53.8	57.9	53.9	56.1	54.9	51.8
Quênia	-1.9	-8.3	-7.8	-7.3	-5.2	-4.0	45.9	53.2	54.8	57.2	55.5	52.8
Lesoto	7.6	-6.3	-3.1	-4.9	-5.4	-5.2	37.3	37.2	36.8	39.0	37.9	37.3
Libéria	0.5	-3.7	-5.1	-5.6	-6.0	-6.5	20.7	28.3	34.1	40.5	46.7	52.6
Madagáscar	-2.6	-1.3	-2.4	-2.2	-2.5	-4.1	35.3	41.9	40.3	39.7	41.0	42.1
Malawi	-2.3	-7.3	-7.3	-5.1	-0.9	-2.7	46.6	61.3	61.9	61.3	59.0	58.5
Mali	3.6	-3.9	-2.9	-4.7	-3.0	-3.0	26.5	35.9	35.4	36.6	36.9	37.6
Maurícias	-3.6	-3.5	-2.4	-2.4	-2.8	-2.7	59.6	66.2	63.7	65.2	67.5	67.8
Moçambique	-2.9	-6.3	-3.4	-5.3	-5.4	-6.0	54.2	121.6	103.2	100.4	124.5	119.9
Namíbia	1.9	-8.7	-4.8	-5.9	-8.0	-7.2	25.6	39.5	41.5	47.1	51.6	55.9
Níger	7.1	-6.1	-5.7	-4.9	-4.5	-3.0	27.8	43.7	49.0	55.1	55.6	54.1
Nigéria	4.7	-4.0	-5.4	-4.5	-5.1	-4.6	16.9	23.4	25.3	28.4	30.1	31.4
Ruanda	0.6	-2.3	-2.5	-2.6	-3.2	-3.4	22.0	32.9	36.5	40.7	50.0	51.3
São Tomé e Príncipe	31.5	-4.2	-2.6	-2.1	-1.9	-1.8	77.6	92.0	88.6	81.3	74.1	67.3
Senegal	-2.0	-3.3	-2.9	-3.4	-3.0	-3.0	36.5	47.7	60.6	64.4	62.0	60.4
Seicheles	-0.7	0.2	0.4	0.5	0.6	1.2	75.5	69.0	63.6	58.2	54.5	49.5
Serra Leoa	2.2	-8.5	-8.7	-6.8	-4.3	-5.0	39.8	55.5	57.6	71.3	72.4	72.0
África do Sul	0.1	-4.1	-4.4	-4.4	-5.1	-5.1	42.4	51.5	53.0	56.7	57.8	59.8
Sudão do Sul	...	-22.0	3.9	-1.0	0.0	-6.9	26.8	89.3	65.2	43.8	37.8	34.2
Tanzânia	-2.5	-2.1	-1.2	-1.8	-2.6	-3.1	30.4	36.4	36.6	36.0	36.6	37.2
Togo	-1.5	-9.5	-0.3	-3.1	-1.5	-1.2	55.6	81.1	75.6	74.6	70.4	65.8
Uganda	-0.8	-4.8	-3.8	-4.8	-6.7	-8.4	27.2	37.1	39.7	42.2	44.8	48.1
Zâmbia	2.1	-5.8	-7.7	-6.5	-5.0	-5.9	31.8	60.7	62.7	72.4	80.5	83.5
Zimbabwe ²	-3.0	-6.5	-8.4	-3.8	-2.0	-2.5	41.5	54.2	52.9	29.8	21.0	20.5
África Subsariana	1.7	-4.5	-4.7	-3.7	-4.0	-3.8	31.9	44.4	46.4	49.2	49.2	48.9
<i>Mediana</i>	-0.7	-4.8	-3.4	-3.8	-2.8	-3.0	36.0	51.5	52.9	54.6	54.0	51.8
Excl. África do Sul e Nigéria	1.1	-4.9	-4.5	-3.1	-3.0	-2.9	36.4	53.0	53.1	55.4	55.2	53.4
Países exportadores de petróleo	5.3	-4.6	-5.3	-2.5	-3.5	-3.3	21.7	36.5	38.5	42.4	41.6	40.6
Excl. Nigéria	6.6	-6.0	-5.1	1.4	0.2	0.3	32.4	66.1	62.6	69.9	69.2	64.2
Países importadores de petróleo	-0.5	-4.4	-4.3	-4.4	-4.3	-4.1	40.0	49.8	51.1	53.0	53.7	53.7
Excl. África do Sul	-1.2	-4.6	-4.3	-4.4	-3.8	-3.7	38.4	48.9	50.0	51.0	51.5	50.7
Países de rendimento médio	2.2	-4.7	-5.1	-3.9	-4.3	-4.0	31.1	43.5	45.9	49.9	49.9	49.5
Excl. África do Sul e Nigéria	2.5	-6.0	-5.3	-3.0	-3.0	-2.5	37.0	57.4	57.1	62.0	61.7	59.0
Países de baixo rendimento	-1.3	-3.6	-3.5	-3.2	-3.0	-3.4	35.7	47.5	47.8	46.9	47.2	46.8
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-1.6	-3.2	-3.3	-3.3	-3.5	-3.9	36.0	49.2	50.2	51.9	53.1	52.8
Países em situação frágil	0.6	-5.0	-4.1	-2.7	-1.9	-1.9	40.1	49.4	49.2	45.1	43.0	41.6
Zona do franco CFA	4.7	-5.6	-4.0	-2.2	-1.7	-1.3	32.9	49.3	51.6	51.5	50.4	48.6
CEMAC	9.3	-7.3	-3.6	0.4	0.3	0.9	27.3	52.4	53.5	49.7	48.6	46.2
UEMOA	-0.1	-4.4	-4.3	-4.2	-3.0	-2.8	39.0	46.9	50.1	52.8	51.7	50.3
COMESA (membros da ASS)	-1.6	-4.8	-5.1	-4.5	-3.9	-3.9	39.3	49.3	50.8	51.3	50.6	50.0
CAO-5	-1.9	-5.4	-4.8	-5.0	-4.6	-4.5	35.9	44.2	45.8	47.6	48.1	47.7
CEDEAO	2.8	-4.3	-5.0	-4.7	-4.7	-4.2	23.0	31.6	34.5	37.7	38.6	38.8
SACU	0.3	-4.1	-4.3	-4.5	-5.1	-5.0	40.6	49.0	50.5	54.0	55.1	57.1
SADC	0.3	-3.9	-4.4	-3.0	-3.7	-3.8	38.8	52.8	52.4	56.1	56.7	56.5

Ver fontes e notas de rodapé na página 62.

Tabela AS3. Massa monetária e conta corrente externa, incl. donativos

	Massa monetária (Porcentagem do PIB)						Conta corrente externa, incl. donativos (Porcentagem do PIB)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
Angola	35.2	39.5	32.2	29.9	31.4	31.5	4.4	-4.8	-0.3	1.3	-3.8	-1.9
Benim	37.5	41.0	39.2	39.0	39.0	43.7	-8.5	-9.4	-9.9	-8.9	-8.4	-7.4
Botswana	43.9	41.4	40.2	40.9	41.4	41.7	5.4	13.7	12.3	9.6	8.6	8.0
Burkina Faso	30.5	40.4	44.2	46.1	48.8	51.7	-6.9	-7.6	-9.4	-7.5	-5.8	-4.8
Burundi	24.6	21.7	22.9	25.8	26.4	26.3	-16.8	-13.1	-12.3	-13.4	-12.6	-11.9
Cabo Verde	87.4	102.6	104.5	103.5	103.5	102.8	-9.7	-2.4	-6.2	-7.1	-7.3	-6.5
Camarões	21.6	22.5	22.6	23.3	23.4	23.3	-3.3	-3.2	-2.7	-4.0	-3.7	-3.4
Rep. Centro-Africana	23.4	26.2	26.7	25.5	28.4	29.2	-8.7	-5.5	-8.3	-8.6	-6.1	-6.0
Chade	13.4	15.8	15.8	15.7	16.1	16.0	-9.0	-9.2	-5.7	-4.8	-6.1	-4.3
Comores	37.7	46.1	45.2	45.2	45.2	45.2	-4.3	-6.5	-4.0	-9.1	-8.9	-8.8
Congo, Rep. Dem. do	11.3	12.5	11.4	13.2	13.4	13.3	-5.6	-3.1	-0.5	-0.5	-1.8	-2.9
Congo, Rep. do	33.5	42.7	33.8	28.6	28.8	29.2	-0.0	-46.2	-3.9	5.5	4.7	5.9
Côte d'Ivoire	15.6	14.6	13.6	13.7	16.4	16.4	1.8	-1.2	-2.8	-3.4	-3.0	-2.8
Guiné Equatorial	14.5	17.4	16.4	14.3	15.2	15.9	-8.4	-13.0	-5.8	-3.6	-4.7	-5.7
Eritreia	112.1	100.8	101.4	101.7	101.6	110.7	1.0	-2.1	-2.4	-1.6	-2.0	-2.0
Eswatini	25.1	29.8	29.3	28.9	28.9	28.7	9.5	14.3	12.5	9.9	10.0	11.6
Etiópia ¹	27.3	28.9	31.7	33.6	34.3	35.8	-5.7	-9.3	-8.6	-6.5	-6.0	-5.4
Gabão	23.0	24.7	22.7	23.8	26.9	29.5	11.0	-9.9	-4.4	-1.9	-3.6	-1.2
Gâmbia	35.0	36.7	40.5	43.1	44.5	44.9	-7.5	-9.4	-7.1	-11.5	-9.8	-12.7
Gana	23.1	26.4	25.8	26.1	27.0	27.7	-7.3	-5.2	-3.4	-3.2	-3.0	-3.5
Guiné	24.5	24.9	23.8	22.9	22.4	22.1	-13.8	-31.6	-6.8	-16.1	-20.1	-17.3
Guiné-Bissau	35.9	47.9	44.7	44.2	44.6	45.5	-3.4	1.3	-0.6	-1.6	-3.9	-3.3
Quênia	41.5	38.4	36.9	36.9	37.2	37.6	-8.2	-5.2	-6.3	-5.4	-5.0	-4.9
Lesoto	32.7	31.1	35.3	35.1	33.4	32.4	-7.4	-8.4	-4.6	-5.8	-12.6	-4.3
Libéria	23.3	20.5	19.9	22.5	23.6	24.5	-21.7	-18.6	-23.4	-23.3	-23.4	-23.6
Madagáscar	25.6	28.5	29.7	29.3	30.4	30.2	-5.9	0.6	-0.5	0.3	-1.4	-3.5
Malawi	24.6	22.8	23.6	23.6	23.6	23.6	-8.6	-12.9	-11.0	-9.2	-6.8	-7.6
Mali	26.8	28.9	29.0	29.0	29.1	30.0	-5.1	-7.2	-5.9	-7.3	-5.6	-6.1
Maurícias	99.9	109.9	114.1	113.7	113.7	113.7	-7.6	-4.0	-5.6	-6.2	-7.4	-6.7
Moçambique	32.8	37.1	35.8	34.2	34.2	34.2	-34.6	-39.3	-20.2	-34.4	-51.1	-63.8
Namíbia	58.4	51.8	53.4	54.1	54.1	54.1	-6.6	-12.8	-6.2	-4.3	-3.9	-3.2
Níger	22.6	26.8	24.4	22.0	21.6	21.6	-18.0	-15.5	-15.7	-16.3	-21.0	-23.1
Nigéria	20.5	25.4	24.7	25.4	26.2	27.1	1.8	0.7	2.8	2.1	-0.4	-0.2
Ruanda	21.0	23.9	23.6	25.3	25.6	25.9	-9.7	-14.3	-6.8	-7.8	-9.2	-8.7
São Tomé e Príncipe	38.9	34.3	31.4	32.9	32.8	32.8	-20.4	-6.5	-12.7	-10.6	-9.4	-8.2
Senegal	30.3	37.4	37.5	36.5	37.7	37.7	-6.6	-4.0	-7.3	-7.2	-7.3	-10.2
Seicheles	61.4	71.8	77.7	78.1	77.4	77.9	-19.5	-20.1	-20.5	-16.3	-16.0	-15.7
Serra Leoa	22.4	25.1	23.6	23.9	24.4	24.0	-27.0	-2.3	-10.9	-13.8	-10.9	-9.7
África do Sul	73.1	72.4	72.4	72.4	72.4	72.4	-4.1	-2.8	-2.4	-3.4	-3.4	-3.7
Sudão do Sul	19.9	29.8	16.6	16.1	13.7	13.2	-2.1	0.1	-6.6	-12.5	-12.0	-19.3
Tanzânia	23.6	21.4	20.7	20.2	20.7	21.0	-9.7	-4.4	-3.3	-3.7	-3.9	-4.2
Togo	45.1	53.4	56.1	56.1	56.1	56.1	-9.2	-9.7	-7.9	-7.9	-6.2	-5.2
Uganda	20.6	21.7	22.3	21.9	19.3	19.7	-7.9	-3.4	-5.0	-6.8	-8.2	-9.1
Zâmbia	20.7	20.6	22.0	22.1	22.4	22.6	2.5	-4.5	-3.9	-5.0	-2.9	-2.7
Zimbabwe ²	21.2	27.1	29.6	18.9	15.1	15.3	-12.1	-3.6	-1.3	-4.0	-3.0	-4.6
África Subsariana	35.8	37.3	36.6	36.5	36.8	37.2	-2.5	-3.7	-2.1	-2.6	-3.7	-3.7
Mediana	26.8	28.9	29.6	28.9	28.9	29.5	-7.2	-5.5	-5.8	-6.2	-6.0	-5.2
Excl. África do Sul e Nigéria	28.7	30.5	29.6	29.3	29.8	30.3	-4.4	-6.4	-4.3	-4.4	-5.5	-5.5
Países exportadores de petróleo	22.5	27.1	25.3	25.4	26.2	26.9	1.8	-1.8	1.1	1.2	-1.3	-0.8
Excl. Nigéria	27.3	31.3	26.6	25.2	26.1	26.4	1.6	-7.4	-1.8	-0.7	-3.6	-2.3
Países importadores de petróleo	45.4	44.4	44.1	43.7	43.5	43.6	-5.8	-5.0	-4.1	-4.8	-5.1	-5.5
Excl. África do Sul	29.2	30.2	30.4	30.3	30.7	31.3	-7.3	-6.1	-5.1	-5.5	-5.9	-6.3
Países de rendimento médio	38.8	40.6	39.6	39.5	40.0	40.3	-0.9	-2.4	-0.9	-1.2	-2.4	-2.2
Excl. África do Sul e Nigéria	31.9	33.6	31.6	31.1	32.0	32.3	-1.0	-5.0	-2.8	-2.3	-3.4	-3.1
Países de baixo rendimento	25.0	26.9	27.3	27.3	27.4	28.2	-9.5	-8.3	-6.3	-7.1	-7.9	-8.5
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	25.7	27.3	28.1	28.4	28.7	29.7	-10.9	-8.7	-7.5	-7.9	-9.1	-9.8
Países em situação frágil	22.9	24.8	23.4	22.4	22.7	22.9	-4.9	-8.0	-3.9	-4.6	-4.7	-4.8
Zona do franco CFA	23.6	27.0	26.3	26.1	27.3	28.1	-3.2	-7.8	-5.5	-5.0	-5.1	-5.1
CEMAC	21.0	24.1	22.4	21.9	22.8	23.4	-1.8	-11.0	-4.0	-2.6	-3.2	-2.4
UEMOA	26.1	29.4	29.2	29.1	30.4	31.3	-4.9	-5.4	-6.6	-6.7	-6.5	-6.9
COMESA (membros da ASS)	30.8	31.4	32.3	32.4	32.3	33.0	-6.2	-5.6	-5.2	-4.9	-4.8	-5.0
CAO-5	29.4	27.9	27.1	27.0	26.9	27.2	-8.9	-5.3	-5.3	-5.3	-5.5	-5.7
CEDEAO	21.9	26.4	25.9	26.3	27.3	28.1	-0.5	-1.6	-0.2	-0.9	-2.4	-2.4
SACU	70.5	69.4	69.4	69.4	69.4	69.4	-3.6	-2.2	-1.7	-2.7	-2.8	-3.0
SADC	53.7	52.9	51.9	51.0	51.1	50.9	-3.5	-3.8	-2.1	-2.9	-4.1	-4.5

Ver fontes e notas de rodapé na página 62.

Tabela AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor, e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor (Porcentagem do PIB)						Reservas (Meses de importações de bens e serviços)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
Angola	22.0	44.4	37.5	45.7	54.2	51.3	7.8	10.3	6.9	6.7	6.2	6.7
Benim ¹	17.5	21.4	23.1	26.5	27.3	26.7
Botswana	12.5	10.0	13.9	11.2	10.4	8.8	11.6	14.6	13.4	12.5	11.9	11.9
Burkina Faso ¹	23.4	26.5	25.3	23.8	24.0	23.0
Burundi	21.2	16.7	15.3	14.9	14.1	13.5	3.4	1.4	1.4	1.3	1.3	1.3
Cabo Verde	72.2	91.4	96.5	91.1	92.8	89.0	4.8	6.1	5.3	5.4	5.2	5.1
Camarões ²	11.0	19.6	22.5	23.6	26.1	25.9
Rep. Centro-Africana ²	18.3	28.2	29.1	25.5	24.9	23.2
Chade ²	23.2	25.8	28.7	26.5	26.8	24.3
Comores	32.5	26.4	29.5	28.7	32.6	33.6	7.1	6.7	6.5	7.3	6.4	6.0
Congo, Rep. Dem. do	17.4	13.8	13.1	12.9	11.7	11.3	1.4	0.5	0.5	0.7	0.7	0.7
Congo, Rep. do ²	24.0	49.3	39.9	31.6	31.6	32.5
Côte d'Ivoire ¹	34.2	27.7	32.4	35.9	37.0	34.1
Guiné Equatorial ²	7.1	9.1	9.2	9.0	12.0	13.9
Eritreia	30.2	20.5	20.1	20.1	19.9	20.3	2.2	2.0	1.5	1.5	1.5	1.5
Eswatini	7.8	9.2	10.2	11.7	13.4	14.8	4.2	3.5	3.3	2.8	3.1	3.9
Etiópia ³	25.5	34.9	35.8	31.8	29.8	28.0	2.0	2.1	2.0	1.6	1.9	2.3
Gabão ²	21.9	35.6	40.6	36.8	41.7	41.8
Gâmbia	30.3	40.9	46.2	44.2	42.3	40.7	4.5	1.2	2.5	2.4	3.0	3.1
Gana	20.4	29.9	29.1	27.9	29.9	27.8	2.8	2.6	2.8	2.7	2.7	2.9
Guiné	29.7	22.2	20.4	21.1	30.7	32.0	2.4	1.4	1.4	1.8	2.1	2.4
Guiné-Bissau ¹	27.0	22.8	20.8	22.7	23.4	22.7
Quênia	21.9	26.1	26.9	28.4	28.9	27.2	4.1	4.7	4.1	4.3	4.3	4.6
Lesoto	31.0	34.8	32.9	32.9	33.8	34.2	5.2	4.4	4.5	3.4	3.2	2.6
Libéria	9.3	20.1	24.3	28.7	33.5	38.3	2.0	2.8	3.0	2.7	2.1	1.4
Madagascar	25.7	28.6	28.4	29.0	30.9	32.9	2.8	3.0	3.8	3.9	4.1	4.1
Malawi	20.3	31.3	32.8	30.3	29.8	30.0	2.0	2.8	3.4	3.1	3.7	4.0
Mali ¹	21.1	23.8	25.6	23.3	23.8	23.5
Maurícias	14.1	14.6	12.9	11.5	16.4	17.4	5.7	8.3	9.3	9.3	9.2	9.1
Moçambique	45.2	92.4	94.3	84.4	106.7	102.6	3.1	2.8	3.9	2.8	2.3	2.3
Namíbia	7.9	16.6	15.5	15.8	16.6	16.2	2.6	2.6	1.7	1.5	1.7	1.9
Niger ¹	19.2	29.4	32.8	32.6	34.8	35.9
Nigéria	3.1	4.0	6.3	8.8	8.7	8.6	5.8	6.5	7.2	7.1	6.3	5.7
Ruanda	18.9	33.6	36.9	40.1	40.6	39.9	5.0	4.1	4.5	4.6	4.6	4.5
São Tomé e Príncipe	77.6	78.8	74.7	66.7	64.0	59.0	4.0	3.9	3.6	2.6	2.5	2.8
Senegal ¹	25.9	31.2	41.0	43.6	44.9	42.6
Seicheles	42.8	31.8	30.0	28.1	26.5	24.1	3.2	3.7	3.8	3.7	3.4	3.3
Serra Leoa	26.9	36.7	40.3	42.9	44.4	44.6	2.6	3.5	3.7	3.2	3.2	3.5
África do Sul	12.7	18.9	21.3	18.8	20.6	20.8	5.2	5.7	5.6	5.5	5.2	4.9
Sudão do Sul	2.8	0.3	0.1	0.2	0.6	0.5
Tanzânia	22.2	27.6	27.5	27.0	27.0	27.0	4.0	5.4	6.1	6.1	5.5	4.6
Togo ¹	15.8	19.2	20.7	23.6	25.9	25.1
Uganda	16.0	21.8	25.4	27.3	29.3	31.2	4.6	5.0	4.8	4.3	4.1	4.1
Zâmbia	16.2	38.2	36.7	44.5	51.2	56.3	3.0	2.4	2.1	1.6	0.9	0.6
Zimbábwe ⁴	37.0	33.8	31.1	27.0	32.2	27.7	0.5	0.6	0.4	0.2	0.6	0.9
África Subsariana	13.8	20.5	22.4	22.8	23.8	23.2	5.1	5.6	5.4	5.2	4.9	4.7
Mediana	21.5	27.1	28.5	27.6	29.5	27.8	3.5	3.5	3.7	3.1	3.2	3.3
Excl. África do Sul e Nigéria	21.5	30.1	30.2	30.8	32.7	31.6	4.4	4.8	4.2	4.0	3.8	3.9
Países exportadores de petróleo	8.1	13.8	15.7	18.0	18.1	17.3	6.2	7.2	7.1	7.0	6.2	5.9
Excl. Nigéria	19.2	36.1	33.1	36.3	41.1	39.6	7.3	10.1	6.7	6.5	6.0	6.5
Países importadores de petróleo	18.3	25.0	26.4	25.5	27.1	26.7	4.3	4.5	4.4	4.3	4.1	4.0
Excl. África do Sul	22.6	28.2	29.3	29.2	30.5	29.6	3.4	3.6	3.6	3.4	3.4	3.5
Países de rendimento médio	11.6	18.0	20.2	21.0	22.0	21.3	5.6	6.3	6.1	5.9	5.5	5.3
Excl. África do Sul e Nigéria	20.2	30.8	30.4	32.4	35.0	33.6	5.7	6.7	5.3	5.1	4.8	5.0
Países de baixo rendimento	23.7	29.1	29.9	28.7	29.9	29.1	2.8	2.8	2.9	2.7	2.7	2.7
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	24.1	33.1	34.4	33.0	34.1	33.4	3.3	3.6	3.9	3.6	3.5	3.4
Países em situação frágil	25.3	24.9	25.4	25.2	26.2	25.0	1.8	1.0	1.0	1.0	1.2	1.3
Zona do franco CFA	20.6	26.0	29.1	29.4	31.2	30.3	5.3	3.2	3.2	3.7	3.9	4.1
CEMAC	15.6	25.0	26.6	25.2	27.7	27.8	5.2	2.3	2.4	2.8	3.4	3.9
UEMOA	25.7	26.8	30.9	32.5	33.6	32.1	5.3	3.9	3.9	4.3	4.4	4.3
COMESA (membros da ASS)	21.4	27.1	27.6	27.5	28.0	27.3	3.0	3.1	2.9	2.8	2.9	3.1
CAO-5	20.7	26.1	27.2	28.2	28.7	28.1	4.2	4.9	4.8	4.8	4.6	4.5
CEDEAO	8.6	11.4	14.4	16.6	16.8	16.2	5.4	5.9	6.4	6.3	5.7	5.2
SACU	12.6	18.4	20.7	18.4	20.0	20.1	5.3	6.0	5.8	5.7	5.4	5.1
SADC	16.7	26.0	26.1	25.6	28.0	27.7	5.2	5.9	5.4	5.2	4.8	4.7

Ver fontes e notas de rodapé na página 62.

